

**UNIJUÍ – UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PPGDR – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO – PLANEJAMENTO E GESTÃO
LINHA DE PESQUISA – POLÍTICAS PÚBLICAS, PLANEJAMENTO
URBANO E GESTÃO DO TERRITÓRIO**

PATRICIA HARTER SAMPAIO STASIAK

**OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA: INSERÇÃO TERRITORIAL E REPERCUSSÕES
SOCIOECONÔMICAS REGIONAIS NO RIO
GRANDE DO SUL (BRASIL)**

IJUÍ – RS

2022

PATRICIA HARTER SAMPAIO STASIAK

**OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA: INSERÇÃO TERRITORIAL E REPERCUSSÕES
SOCIOECONÔMICAS REGIONAIS NO RIO
GRANDE DO SUL (BRASIL)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional, Área de Concentração – Planejamento e Gestão; Linha de Pesquisa – Políticas Públicas, Planejamento Urbano e Gestão do Território, da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Luís Allebrandt

IJUÍ – RS

2022

Catálogo na Publicação

S796i

Stasiak, Patricia Harter Sampaio

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: inserção territorial e repercussões socioeconômicas regionais no Rio Grande do Sul (Brasil) / Patricia Harter Sampaio Stasiak. – Ijuí, 2022.

151 f. ; il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Campus Ijuí). Desenvolvimento Regional.

“Orientador: Sérgio Luís Allebrandt.”

1. Política pública. 2. Institutos federais. 3. Desenvolvimento. 4. Inserção social. I. Allebrandt, Sérgio Luís. II. Título.

CDU: 373.6(816.5)

UNIJUÍ – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
PPGDR – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Doutorado
Área de Concentração – Planejamento e Gestão
Linha de Pesquisa – Políticas Públicas, Planejamento Urbano e Gestão do Território

A Banca Examinadora, abaixo assinada, aprova a Tese

**OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA: INSERÇÃO TERRITORIAL E REPERCUSSÕES
SOCIOECONÔMICAS REGIONAIS NO RIO
GRANDE DO SUL (BRASIL)**

elaborada por

PATRICIA HARTER SAMPAIO STASIAK

como requisito parcial para a obtenção do grau de
Doutora em Desenvolvimento Regional

Banca Examinadora participou pela ferramenta *Google Meet*, conforme possibilita a CAPES –
Ofício Circular nº 10/2020-DAV/CAPES:

Prof. Dr. Sérgio Luís Allebrandt (PPGDR/UNIJUÍ): _____

Prof. Dr. Fernando Batista Bandeira da Fontoura (PPGDR/UNISC): _____

Prof. Dr. Iván Gerardo Peyré Tartaruga (CEGOT/Univ. Porto, Portugal): _____

Prof. Dr. Airton Adelar Mueller (PPGDR/UNIJUÍ): _____

Prof. Dr. Pedro Luis Buttenbender (PPGDR/UNIJUÍ): _____

Ijuí (RS), 08 de abril de 2022

Dedico este trabalho às pessoas que contribuíram para que este trabalho se concretizasse de modo a potencializar mudanças em nossas vidas: minha família, amigos, colegas, professores, em especial aos meus filhos e sua futura geração.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela vida e, em especial, à minha família pelo apoio, força, paciência, em todos os momentos; à minha mãe, meu pai (*in memoriam*), à minha avó materna (*in memoriam*), aos tios e tias, enfim, àqueles que estiveram presentes em minha vida desde criança e motivaram-me a estudar e ir atrás dos meus objetivos. Aos irmãos, pelo companheirismo e incentivo em todas as horas de que precisava de apoio e descontração, especialmente quando a exaustão chegava. Aos meus filhos, Pietro e Nicholas e ao esposo, pelos momentos de compreensão pela minha ausência e pela paciência; principalmente ao pequeno Nicholas que nasceu no decorrer deste Doutorado e trouxe muitas alegrias, amor, estimulando em mim a garra e determinação nesta caminhada; e ao filho Pietro que, todo dia, desejava-me a produção de um bom texto, fazendo-me sorrir e lembrar seu desejo. Aos amigos que me apoiaram nesta conquista e a todos que estiveram do meu lado nesse percurso.

Um agradecimento aos colegas, companheiros de horas de aulas e trabalhos conjuntos, principalmente àqueles com os quais publicamos artigos em parceria e socializamos conhecimentos por mensagens ou pelo *Google Meet*, neste período de pandemia que se vivemos. Enfim, um agradecimento pelas aprendizagens, compartilhamento de experiências, ajuda mútua, apoio nos desafios enfrentados e superados no coletivo. Obrigada pelos ótimos anos que passamos juntos os quais ficarão na memória afetiva.

Aos Institutos Federais do Rio Grande do Sul, pela disponibilidade, atenção, informações fornecidas, sem as quais este trabalho não seria possível, meus sinceros agradecimentos.

Gostaria de destacar, ainda, minha enorme gratidão aos meus professores, pela contribuição que significaram na construção de conhecimentos, possibilitando que vencesse essa jornada. À UNIJUÍ pela oportunidade de fazer parte dessa instituição como discente.

Em especial, agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Sérgio Luís Allebrandt, que, desde o início e durante os quatro anos, promoveu momentos de estudos, pesquisas e inspirou-me com seus conhecimentos e orientações, também por auxiliar-me a vencer dificuldades e possibilitar que minha criatividade e reflexões fossem desenvolvidas durante a realização desta tese. Sua paciência, sua segurança e conhecimentos foram essenciais para esquecer a cansaça, aprofundar estudos e concluir este trabalho.

*“Há um tempo em que
é preciso mudar.
Mudar para conhecer,
conhecer para aprender e
aprender para transformar”.*

(A autora)

RESUMO

Esta tese trata sobre a dinâmica dos Institutos Federais presentes no Estado do Rio Grande do Sul e sua contribuição no desenvolvimento econômico e social. Este estudo tem como objetivo geral analisar e compreender a repercussão destes Institutos na dinâmica regional por meio de sua inserção no território. Para isso realizou-se entrevistas abertas com dirigentes e gestores de unidades e da sociedade civil organizada, localizadas no Estado do Rio Grande do Sul, a fim de compreender como ocorre a inserção no território e suas contribuições no desenvolvimento econômico e social. A investigação apoiou-se na abordagem teórico-metodológica da hermenêutica profunda e abordagem epistemológica inserida no paradigma da teoria social crítica, mediante procedimentos metodológicos qualitativos, por exemplo, o uso de ilustrações para caracterização dos entrevistados, regiões e municípios. A contextualização aborda a trajetória histórica, o papel das políticas públicas no desenvolvimento e a territorialidade, também apresenta a atuação das Instituições Federais no desenvolvimento e a trajetória dos Institutos Federais desde a sua concepção. Após, com base nas entrevistas, foram coletadas doze respostas dos participantes, a fim de verificar, com base nas categorias definidas, e percepção dos entrevistados, o grau de inserção e impacto no desenvolvimento socioeconômico das regiões. As interpretações tiveram como referência a análise de discurso, e as sete categorias eleitas, que são: Dimensão econômica, social e cultural; Soluções técnicas e tecnológicas; Cidadania; Inserção social; Diálogo com outras políticas setoriais; Abrangência da região de atuação dos Institutos; Aderência à prática dos objetivos de criação desde a sua concepção. Os resultados apresentam uma dinâmica bastante complexa em relação ao processo de desenvolvimento, pois envolve inúmeros fatores, tais como: a política de educação presente, os atores envolvidos, a demanda de investimentos, a localização, o tempo de existência, e a existência de um processo gradativo. Os resultados ainda mostram que a inserção no território não ocorre somente nos municípios em que os Institutos Federais estão presentes, mas também em seu entorno, a partir das parcerias de projetos de pesquisa e extensão, nos eventos do campus, nas mídias, nas audiências públicas, nas avaliações, nas escolhas de cursos, na participação na e da sociedade, o que propicia uma maior interação com a sociedade e ampliar a inserção no território. Portanto, as repercussões das ações das Instituições para o desenvolvimento regional consideram a pesquisa, ensino e extensão, bem como outros fatores, assim como: os investimentos em educação, na infraestrutura das instituições de ensino e nos municípios; no fortalecimento dos arranjos produtivos locais, nas inter-relações das instituições de ensino com os municípios, governos, empresas e sociedade civil organizada a fim de se ampliar e consolidar a inserção territorial de forma mais abrangente e proporcionar o desenvolvimento econômico e social. A que pesem esses elementos é possível afirmar que o estudo aponta a relevância das instituições.

Palavras-chave: Política pública. Institutos federais. Desenvolvimento. Inserção social.

ABSTRACT

This thesis deals with the dynamics of the Federal Institutes present in the State of Rio Grande do Sul and their contribution to economic and social development. The general objective of this study is to analyze and understand the repercussion of these Institutes in the regional dynamics through their insertion in the territory. To this end, open interviews were conducted with directors and managers of units and of organized civil society, located in the state of Rio Grande do Sul, in order to understand how the insertion in the territory occurs and its contributions to economic and social development. The investigation was supported by the theoretical-methodological approach of deep hermeneutics and epistemological approach inserted in the critical social theory paradigm, through qualitative methodological procedures, for example, the use of illustration for a characterization of the interviewees, regions and municipalities. The contextualization addresses the historical trajectory, the role of public policies in development and territoriality, also presenting the role of Federal Institutions in development and the trajectory of the Federal Institutes since their conception. Then, based on the interviews, twelve answers were collected from the participants, in order to verify, based on the defined categories, and respondent perception the degree of insertion and impact on the socioeconomic development of the regions. The interpretations had as reference the speech analysis, and the seven elected categories, which are: Economic, social and cultural dimension; Technical and technological solutions; Citizenship; Social insertion; Dialogue with other sectoral policies; Coverage of the region where the Institutes operate; Adherence to the practice of creation goals since its conception. The results present a very complex dynamic in relation to the development process, as it involves innumerable factors, such as: the education policy present, the players involved, the demand for investments, the location, the time of existence, and the existence of a gradual process. The results also show that the insertion in the territory does not occur only in the municipalities where the Federal Institutes is present, but also in its surroundings, through partnerships in research and extension projects, campus events, in the media, in public audiences, in evaluations, in the choice of courses, in the participation in society, which provides a greater interaction with society and expands the insertion in the territory. Therefore, the repercussions of the Institutions' actions for regional development consider research, teaching, and extension, as well as other factors, such as: investments in education, in the infrastructure of the educational institutions and in the municipalities; in the strengthening of local productive arrangements, in the inter-relations of the educational institutions with the municipalities, governments, companies, and organized civil society in order to expand and consolidate the territorial insertion in a more comprehensive way and provide economic and social development. Despite these elements, it is possible to state that the study points to the relevance of the institutions.

Keywords: Public policy. Federal institutes. Development. Social insertion.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Hermenêutica profunda: etapas metodológicas	26
Figura 2 – As instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e suas unidades no Brasil	56
Figura 3 – Modalidades de cursos dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia	61
Figura 4 – Localização dos câmpus que compõem o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	64
Figura 5 – Estrutura organizacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	66
Figura 6 – Mapa com a localização das unidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (reitoria e câmpus)	70
Figura 7 – Estrutura organizacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha	74
Figura 8 – Mapa das unidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (reitoria e câmpus)	75
Figura 9 – Mapa de localização do Rio Grande do Sul	86
Figura 10 – Mapa do Rio Grande do Sul com a divisão por Conselhos Regionais de Desenvolvimento	88
Figura 11 – Mapa do Rio Grande do Sul com as regiões funcionais de planejamento	88
Figura 12 – Gráfico da evolução do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico do Rio Grande do Sul por blocos 2013-2018	89
Figura 13 – Evolução do Produto Interno Bruto <i>per capita</i> do Brasil e Rio Grande do Sul – 2010-2017 (em R\$)	90
Figura 14 – Perfil dos respondentes por gênero	91
Figura 15 – Perfil dos respondentes por idade	92
Figura 16 – Perfil dos respondentes por escolaridade	92
Figura 17 – Perfil dos respondentes por tempo na função atual	93

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Atores que participam da formulação das políticas públicas	42
Quadro 2 – Trajetória da rede federal.....	53
Quadro 3 – Objetivos estratégicos voltados ao tema pesquisado	73
Quadro 4 – Objetivos estratégicos	78
Quadro 5 – Estrutura organizacional do IFSUL	79
Quadro 6 – Categorias de análise	80
Quadro 7 – Região funcional de planejamento e Conselhos Regionais de Desenvolvimento das cidades pesquisadas	91
Quadro 8 – Síntese das percepções dos entrevistados à luz das categorias e critérios de análise	126
Quadro 9 – Desafios e possibilidades de desenvolvimento.....	131

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Instituições de educação superior, por organização acadêmica e localização (capital e interior), Brasil e Rio Grande do Sul, segundo a categoria administrativa das IEs – 2018...	59
Tabela 2 – Total de instituições federais no Brasil e no Rio Grande do Sul	59
Tabela 3 – Quantidade de alunos matriculados e concluintes	63

LISTA DE SIGLAS

APL(s)	Arranjo(s) Produtivo(s) Local(is)
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAFW	Colégio Agrícola de Frederico Westphalen
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFET(s)	Centro(s) Federal(is) de Educação Tecnológica
CEGOT	Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território
CODIR	Colégio de Dirigentes
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CONSUP	Conselho Superior
COREDE(s)	Conselho(s) Regional(is) de Desenvolvimento
CPA	Comissão Própria de Avaliação
EAD	Educação a Distância
EAF	Escola Agrotécnica Federal
EBTT	Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FAMURS	Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul
FAPERGS	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul
FORPROEX	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras
FORPROEXT	Fórum de Pró-Reitores de Extensão ou Cargos Equivalentes das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
GPDeC	Grupo Interdisciplinar de Estudos em Gestão e Políticas Públicas, Desenvolvimento, Comunicação e Cidadania
HP	Hermenêutica Profunda
IDESE	Índice de Desenvolvimento Socioeconômico
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IE	Instituições de Ensino
IF	Instituições Federais
IFES	Institutos Federais
IFET(s)	Instituto(s) Federal(is) de Educação, Ciência e Tecnologia
IFFAR	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
IFRS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
IFSUL	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEC	Ministério da Educação
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONGs	Organizações Não Governamentais
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIB	Produto Interno Bruto
PNE	Plano Nacional de Educação
PNP	Plataforma Nilo Peçanha
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPA	Plano Plurianual
PPGDR	Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> em Desenvolvimento Regional
PRODIN	Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
RFEPECT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
RFP	Regiões Funcionais de Planejamento
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNIJUÍ	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 AS RELAÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO.....	31
2.1 ORGANIZAÇÃO, ESTADO E GESTÃO	35
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E A SOCIEDADE	40
2.3 O DESENVOLVIMENTO E O TERRITÓRIO.....	44
3 A EMERGÊNCIA E A TRAJETÓRIA DOS INSTITUTOS FEDERAIS.....	52
4 OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL	63
4.1 IFRS – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL	63
4.2 IFFAR – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA	69
4.3 IFSUL – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE.....	75
5 CATEGORIAS DE ANÁLISE, CARACTERIZAÇÃO DO LÓCUS DA PESQUISA E PERFIL DOS ENTREVISTADOS	80
5.1 CATEGORIAS E CRITÉRIOS DE ANÁLISE	80
5.1.1 Dimensão econômica, social e cultural	81
5.1.2 Soluções técnicas e tecnológicas	82
5.1.3 Cidadania	82
5.1.4 Inserção social.....	83
5.1.5 Diálogo com outras políticas setoriais.....	83
5.1.6 Abrangência de atuação dos institutos	84
5.1.7 Aderência à prática dos objetivos de criação desde a sua concepção	84
5.2 CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS REGIONAIS, SOCIAIS E ECONÔMICAS DO RIO GRANDE DO SUL	85
5.3 PERFIL DOS ENTREVISTADOS	91
6 ANÁLISE DA DINÂMICA DOS INSTITUTOS FEDERAIS DO RIO GRANDE DO SUL COM BASE NA PERCEPÇÃO DAS REITORIAS E DIRIGENTES, GESTORES.....	94
6.1 DIMENSÃO ECONÔMICA, SOCIAL E CULTURAL.....	94
6.2 SOLUÇÕES TÉCNICAS E TECNOLÓGICAS.....	98
6.3 CIDADANIA	99
6.4 INSERÇÃO SOCIAL.....	101
6.5 DIÁLOGO COM OUTRAS POLÍTICAS SETORIAIS.....	105
6.6 ABRANGÊNCIA DE ATUAÇÃO DOS INSTITUTOS	107
6.7 ADERÊNCIA À PRÁTICA DOS OBJETIVOS DE CRIAÇÃO DESDE A SUA CONCEPÇÃO.....	109
7 PERCEPÇÃO DOS GESTORES LOCAIS DOS INSTITUTOS FEDERAIS DO RIO GRANDE DO SUL	112
7.1 DIMENSÃO SOCIAL, ECONÔMICA E CULTURAL.....	112

7.2 SOLUÇÕES TÉCNICAS E TECNOLÓGICAS	116
7.3 CIDADANIA	116
7.4 INSERÇÃO	118
7.5 DIÁLOGO COM OUTRAS POLÍTICAS SETORIAIS	120
7.6 ABRANGÊNCIA DE ATUAÇÃO DOS INSTITUTOS	121
7.7 ADERÊNCIA À PRÁTICA DOS OBJETIVOS DE CRIAÇÃO DESDE A SUA CONCEPÇÃO.....	122
8 PERCEPÇÃO DA SOCIEDADE NOS LOCAIS DE ATUAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DO RIO GRANDE DO SUL	123
9 SÍNTESE DAS PERCEPÇÕES, DESAFIOS E POSSIBILIDADES	125
9.1 SÍNTESE DAS PERCEPÇÕES A PARTIR DAS CATEGORIAS ANALISADAS NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	125
9.2 DESAFIOS E POSSIBILIDADES NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL	129
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
REFERÊNCIAS	135
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS REITORES DOS INSTITUTOS FEDERAIS DO RIO GRANDE DO SUL.....	143
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS DIRIGENTES DOS INSTITUTOS FEDERAIS DO RIO GRANDE DO SUL.....	146
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A SOCIEDADE	149
APÊNDICE D – LISTA DE PERIÓDICOS PESQUISADOS SOBRE OS INSTITUTOS FEDERAIS NA PLATAFORMA SCIELO	150

1 INTRODUÇÃO

Os avanços tecnológicos, bem como as mudanças sociais, econômicas e políticas ocorridas nas últimas décadas proporcionaram modificações nos modelos e projetos de Estado e no seu gerenciamento. Razão pela qual estas mudanças estão exigindo alterações na maneira de fazer Gestão Pública, tendo em vista a capacidade de ser eficiente ao propor e realizar políticas públicas que visem o desenvolvimento qualitativo da sociedade em todos os aspectos. Isso exige capacidade no sentido de conferir ao Estado a eficiência de promover ações de interesse coletivo, atendendo as demandas da sociedade. Tal fenômeno interfere em vários âmbitos da sociedade civil e das instituições e demanda ser compreendido e analisado, por isso esse foi um dos motivos desta pesquisa, especialmente focada na área da educação e suas políticas públicas, inicialmente no contexto macro e, posteriormente, micro, no âmbito de nosso Estado.

Intenciona-se, nesse capítulo, contextualizar teoricamente a pesquisa, apresentar e delimitar o tema proposto, problematizando-o, definindo os objetivos, além de justificar a importância do estudo. Também discorre acerca da abordagem teórico-metodológica da Hermenêutica Profunda (HP) e uma abordagem epistemológica inserida no paradigma da teoria social crítica que sustentam as reflexões.

O objeto de estudo é o desenvolvimento regional e tem como referência a atuação dos Institutos Federais (IFES) do Rio Grande do Sul na dinâmica socioeconômica regional, cujas características e finalidades apontaram algumas questões que contribuirão no seu delineamento. O objetivo geral é analisar e compreender a repercussão dos IFES do Rio Grande do Sul na dinâmica regional, por meio de sua inserção do território. Ou seja, refletir e compreender acerca dessa repercussão e de sua atuação no desenvolvimento regional. Desta opção decorre o próprio tema em questão. E, para fins desta pesquisa, o seu âmbito está delimitado ao estudo da análise socioeconômica junto aos câmpus dos IFES existentes e atuantes no Rio Grande do Sul e sua capacidade de interação junto às comunidades locais.

E, considerando o objetivo geral proposto, foram demarcados os objetivos específicos que nortearam a pesquisa: a) descrever a emergência e trajetória dos IFES no Rio Grande do Sul; b) analisar o processo de inserção e integração dos IFES na sociedade regional; c) mapear e analisar as repercussões socioeconômica, dos Institutos nas suas regiões de abrangência.

No que concerne à escolha do tema pode-se afirmar que ela decorre do desejo da pesquisadora de aprofundar estudos sobre o tema pela sua inserção numa das instituições. Quanto à relevância, deve-se à crença na capacidade de os IFES criar e inovar em alternativas para a interação das Instituições de Ensino (IE) público e a sociedade, com base no desenvolvimento territorial, melhoramentos no direcionamento das políticas públicas, no quantitativo e qualitativo das estratégias de atuação das IE, redução das desigualdades sociais. Além dos benefícios sociais esperados com a apresentação dos resultados da pesquisa, ressalta-se a importância acadêmica para as IE referente ao tema proposto junto aos IFES de ensino profissional e tecnológico, por fazer parte de uma política que atende um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que é a Educação com qualidade até 2030 e por atender o próprio objetivo de criação dos IFES no que se refere à expansão e interiorização no Estado da educação pública com qualidade dos IFES analisados.

Cabe ressaltar que o art. 205 da Constituição Federal de 1988 estabelece que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1990).

A educação é um direito constitucionalmente assegurado a todos e o Estado tem o dever de prover condições indispensáveis ao seu pleno exercício. As políticas públicas de educação são uma forma de prover essas condições, reduzindo as desigualdades sociais e melhorando a qualidade de vida da população, estando inserida nas necessidades da sociedade, se aproximando das realidades locais e, desta forma, proporcionar o desenvolvimento regional. A educação por si só não gera desenvolvimento imediato, mas atua como impulsionadora essencial para desenvolver potencialidades e melhorar a qualidade de vida da população tanto em médio quanto em longo prazo. As políticas públicas de educação são relevantes para o desenvolvimento da região, no entanto, ocorrem de forma lenta e dependem de outras políticas públicas. Se analisarmos o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos locais no Rio Grande do Sul, constata-se que se diferenciam devido ao contexto no qual estão inseridos, sendo necessário outras inter-relações para desenvolver o local e o regional.

Portanto, e levando em conta que as políticas públicas em Educação são essenciais para melhorar a qualidade de vida da população, desenvolver potenciais e reduzir as desigualdades sociais, se contextualiza a importância desse estudo na área de políticas públicas, sociedade e

desenvolvimento local e regional, na ótica evidenciar as formas de como essas políticas públicas em educação interagem com a comunidade local e contribuem para o desenvolvimento local a partir dos IFES do Rio Grande do Sul. Aqui também cabem algumas perguntas? Que políticas públicas de educação de fato promovem o desenvolvimento humano e social? Qual o desenvolvimento defendido pelo Estado? A quem interessa e afeta diretamente as políticas públicas propostas? Que impactos os IFES geram no desenvolvimento social e como isso transforma as comunidades locais e regionais?

O Relatório de Desenvolvimento Humano de 2019, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), faz diversas recomendações de políticas públicas na tentativa de reduzir as desigualdades sociais. O relatório propõe que as políticas de combate à desigualdade, devem ir além da renda, focalizando também em intervenção ao longo da vida, em esferas como a saúde e a educação e iniciando mesmo antes do nascimento de uma pessoa (BRASIL, 2019c). O relatório evidencia que as desigualdades entre os grupos populacionais em diferentes locais e, ao longo do tempo, necessitam ser observadas e estas deverão interagir no futuro com as principais forças sociais, econômicas e ambientais para determinar a vida dos jovens de hoje e de futuras gerações. Afirma que a proporção da população adulta com ensino superior está crescendo seis vezes mais rápido em países com desenvolvimento humano muito alto do que em países com baixo desenvolvimento humano. Além disso, os desafios para o desenvolvimento humano no próximo século serão as mudanças de clima e as transformações tecnológicas, sendo que os mais pobres se encontram entre os mais vulneráveis aos impactos da mudança de clima, pois terão muita dificuldade em superá-los, porém, ao mesmo tempo em que os avanços tecnológicos não estão favorecendo a sociedade igualmente, existem pessoas com mais capacidades que se beneficiam amplamente dos progressos tecnológicos (BRASIL, 2019c).

Entretanto, o Brasil em 2018, apresentou um leve crescimento no IDH em relação a 2017, passando de 0,760 para 0,761, mantendo na 79ª posição entre os 189 países membros da ONU. O Relatório de 2020, no entanto, mostra uma perda de cinco (5) posições no *ranking*, passando a ocupar a posição 84, apesar da melhora no índice para 0,765. Esses resultados mantêm o Brasil no grupo de países com desenvolvimento humano alto. Considerando a América Latina e o Caribe, o Brasil ocupa a 16ª posição entre os 33 países desta região listados pela ONU. Sete (7) destes países integram o grupo de desenvolvimento muito alto (acima de 0,8000), entre eles Chile, Argentina e Uruguai que ocupam, nesta ordem, as três primeiras posições. O Brasil

também aparece atrás de países como Cuba (9ª posição), Peru (14ª posição) e Colômbia (15ª posição). Considerando o IDH ajustado pela desigualdade dos países (IDH-D), e a situação piora significativamente, passando de 0,765 para 0,570, perdendo vinte (20) posições no *ranking*, ou seja, passando para a 104ª posição entre os 189 países da ONU. Considerando os 25 países da América Latina e Caribe, para os quais foi calculado este ajuste pela desigualdade, o Brasil ocupa a 15ª posição.

Isso é resultado da grande desigualdade existente historicamente no Brasil. De acordo com o *World Inequality Report* (2022), os 10% mais ricos ficaram, em 2020, com 59% da renda nacional total, enquanto a metade inferior da população ficou com apenas cerca de 10%. A desigualdade de riqueza no Brasil está entre as mais altas do mundo. Em 2021, os 50% mais pobres possuem menos de 1% da riqueza nacional, enquanto o 1% mais rico detém 48,9% da riqueza total e os 10% mais ricos ficam com 79,8%.

É pertinente destacar que para o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID, 2007), existem certas características das políticas públicas que afetam a sua qualidade, dentre elas consta a eficiência como sendo um aspecto chave da boa formulação de políticas públicas, a capacidade do Estado de alocar seus recursos escassos em atividades em que eles tenham os maiores retornos, em outras palavras, que assegure retornos sociais elevados. De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2008, p. 5), “Políticas públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais, municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público”. “É a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou por meio de agentes e que influenciam a vida dos cidadãos” (PETERS, 1993, p. 4). Para Dias e Matos (2017), as políticas públicas podem ser de diferentes tipos: política social (saúde, educação, habitação, previdência social); política macroeconômica (fiscal, monetária, cambial, industrial) e política administrativa (democracia, descentralização, participação social); política específica ou setorial (meio ambiente, cultura, agrária, direitos humanos etc.).

O aspecto fundamental, de acordo com Dias e Matos (2017), é que a perspectiva de desenvolvimento local nos leva à discussão sobre a necessidade de diferentes formas de organização e estruturação e elementos singulares de cada localidade para se obter vantagem competitiva do território em vários níveis. E, segundo os autores, este é um processo fundamentalmente cultural e está diretamente ligado com a melhoria da qualidade de vida da

população local e a participação plena desta na discussão dos rumos do desenvolvimento das localidades.

Ressaltando que desenvolvimento local implica na articulação de vários atores e esferas de poder, seja a sociedade civil, Organizações Não Governamentais (ONGs), instituições privadas, públicas e o próprio governo. Cada um dos atores tem seu papel para contribuir com o desenvolvimento local (BUARQUE, 1999). Entretanto, nem sempre o “localismo”, de acordo com Brandão (2012), proporciona o desenvolvimento de um determinado território, sendo necessário outras inter-relações para obtê-lo.

Sobre fatores que determinam a ocorrência de desenvolvimento, Sen (2011, p. 18) afirma que para que este “requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade, pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos”. Ou seja, defende o desenvolvimento como liberdade e redução às desigualdades sociais.

Furtado (1984) entende o desenvolvimento como um processo de transformação do mundo realizado pelo homem com o intento de atender as suas necessidades. Porém, não se limita a isso, pois para que consigam atender essas necessidades os seres humanos e as sociedades precisariam elevar os seus potenciais de invenção cultural, conseguindo assim as transformações esperadas.

Nesse sentido, se faz necessária a implantação de uma política pública que esteja inserida em seu espaço local de forma a proporcionar integração com a comunidade local através dos incentivos públicos ao ensino, pesquisa e extensão. E esta política pública decorrente dos incentivos em Educação com qualidade tem sua relevância também por fazer parte de um dos objetivos dos ODS que é a educação com qualidade até 2030.

De acordo com Jatobá (2010) existem ao menos duas formas de se promover o desenvolvimento dos espaços subnacionais em territórios de dimensão continental como o brasileiro.

Uma é através de política explícitas de desenvolvimento regional onde o planejamento fundado em estratégias, diretrizes, programas e projetos apoiados por instrumentos orçamentários, fiscais e financeiros destina-se a equacionar e resolver problemas que comprometem o desenvolvimento econômico e a equidade, social e regional. Ou seja, dificultam a prosperidade econômica, a inclusão social, a redução da pobreza e a

mitigação dos desequilíbrios regionais. Tais objetivos seriam formulados e implementados-obedecidas as devidas hierarquias técnicas, administrativas e políticas-por uma instituição (superintendência, agência, seja o que for) responsável pela formulação e implantação das políticas regionais.

[...]

A outra forma é através de políticas implícitas pelas quais os espaços subnacionais são beneficiados pela aderência de políticas gerais de caráter social, setorial ou macroeconômica às desigualdades regionais. Isso ocorre quando há, pelo menos, uma equivalência entre a participação regional em algum atributo econômico, social ou demográfico e a proporção de recursos orçamentários, financeiros e fiscais alocados pelo governo central às regiões. Por exemplo, equivalência entre a participação de uma dada região na pobreza nacional e a proporção dos recursos orçamentários federais destinados a erradicar a pobreza daquela região. (JATOBÁ, 2010, p. 1).

No âmbito das políticas implícitas, pode-se citar a implementação dos IFES de educação que por sua natureza são políticas públicas que a longo prazo produzem impactos no desenvolvimento das regiões em que se inserem.

Entretanto, o desenvolvimento requer inúmeras inter-relações para que de fato aconteça, por isso uma instituição necessita estar inserida no contexto e na dinâmica regional, abrangendo as dimensões política, social e econômica em diferentes escalas, pois estas são de suma importância para que ocorra o efetivo desenvolvimento e precisam ser constantemente analisadas para verificar e analisar se suas estratégias de fato estão atingindo os objetivos, por exemplo, aqueles relacionados ao foco deste estudo que analisa os propostos na política em educação nacional e as demandas da sociedade.

No contexto brasileiro, Brandão (2012, p. 204) argumenta que:

O grande desafio da proposta multiescalar é aprender a tratar dialeticamente as heterogeneidades estruturais (produtivas, sociais e regionais) de um país continental, periférico e subdesenvolvido, como o Brasil, a fim de fazer operar essa sua imensa diversidade e criatividade no sentido de avanço social, político e produtivo [...].

Brandão (2012, p. 205) ainda ressalta que: “As ações devem ser mais ágeis, potentes e sistemáticas e devem ser empreendidas simultaneamente em várias direções escalares”. E, no entendimento de Becker e Wittman (2003), para que se possa desenvolver uma região, é imprescindível implementar um diferencial social, ambiental, cultural, apostar na diversidade econômica viável e ser plural em seus valores políticos e ideológicos.

No caso da gestão pública, como um meio para colocar em prática a política pública, Nascimento (2014) enfatiza que ela existe para reduzir os níveis de pobreza, melhorar a

educação, aumentar a competitividade da economia, preservar e estender os serviços públicos objetivando sempre o bem da coletividade. Neste sentido, o Estado, a partir de suas políticas públicas em educação, possui um papel estratégico nas instituições, já que são as suas ações que proporcionarão a integração para com a comunidade local e o desenvolvimento.

Razão pela qual, nas organizações públicas, se faz necessária uma análise de como ocorre essa relação com a sociedade, demonstrando a realidade interna e externa da organização, não deixando de observar as mudanças no cenário externo atual. Estar promovendo o desenvolvimento econômico e social é estar cada vez mais atendendo os interesses da população, uma vez que isso refletirá na redução das desigualdades sociais e em melhores condições de vida para a população. A área de conhecimento da Administração Pública fez parte da história e contribuiu para desenvolver as sociedades (PROCOPIUCK, 2013). Ela tem em seus princípios constitucionais pautados na legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, a base de sustentação de todas as ações, sendo eles os mandamentos que irradiam sobre as normas (NASCIMENTO, 2014).

Ao buscar as origens da educação superior no Brasil para empreender este trabalho, percebe-se que foi fortemente marcada por arranjos institucionais por diversos embates, o que acarretou uma implementação tardia das organizações acadêmicas por meio da criação de universidades. Não por acaso, a história desse nível de ensino no Brasil, desde o começo, foi permeada pela efetivação de instituições isoladas de ensino no Brasil. Consta que somente na década 20 foi institucionalizada a primeira universidade do Brasil. Fávero (1999) pondera que, apoiada na reforma de 1915, o governo Federal cria em 1920, através do Decreto nº 24.343, a primeira instituição universitária do país, a Universidade do Rio de Janeiro, sendo o reitor e os diretores nomeados pelo Presidente da República.

Em relação aos incentivos para a criação da Educação Tecnológica, estes se deram a partir de uma política desenvolvimentista, em que na área da educação as políticas que se contrapõem às concepções neoliberais e abrem oportunidades para milhões de jovens e adultos da classe trabalhadora. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia surgiram no contexto de expansão e valorização da educação profissional desencadeado pelo Governo Lula no país, a partir do ano de 2003, através de um plano estruturante de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), que, até 2010, teria que ter passado de cento e quarenta (140) para trezentas e cinquenta e quatro (354) instituições. Cada Instituto Federal é

estruturado com uma reitoria e vários câmpus, com gestão interdependente entre ambos. Territorialmente, à reitoria competirá a função estratégica de definição de políticas, supervisão e controle. Para tanto, necessita de uma estrutura administrativa que congregue, além do gabinete, pró-reitorias e diretorias de atuação sistêmica, cabendo a esses órgãos a função de trabalhar matricialmente vinculados às unidades afins dos câmpus (FERNANDES, 2008).

Atualmente trinta e oito (38) IFES, dois (2) Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e o Colégio Pedro II integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT). São seiscentos e quarenta e três (643) câmpus, mais de um milhão de matrículas, sendo que as instituições têm o compromisso social de oferecer educação profissional pública, gratuita e de excelência a jovens e trabalhadores, do campo e da cidade; viabilizar o acesso efetivo às conquistas científicas e tecnológicas, por meio da oferta de qualificação profissional em diversas áreas de conhecimento; promover a pesquisa aplicada e a inovação e atuar fortemente na extensão tecnológica. Caracterizam-se como uma instituição moderna, conectada e interativa e que investe na internacionalização da educação profissional, através de várias parcerias firmadas com IE de mais de trinta (30) países. Em razão disso, foram criadas oportunidades de mobilidade e intercâmbio científico e acadêmico, proporcionando novas experiências aos estudantes, que participam ativamente de projetos de cooperação técnica que promovem o fortalecimento institucional e o compartilhamento de boas práticas (CONIF, 2019).

De acordo com o CONIF (2019), os IFES, em 2008, foram criados para atender as demandas de expansão, interiorização e consolidação da Rede Federal, cobrindo o território brasileiro. Trouxeram, desde sua criação, os objetivos de incentivar: a democratização e ampliação do acesso às conquistas científicas e tecnológicas; a formação de profissionais qualificados; o fomento ao desenvolvimento regional; o estímulo à permanência de profissionais qualificados no interior do Brasil; a inclusão social e redução das desigualdades; o atendimento aos municípios populosos com arranjos produtivos locais identificados, baixa receita *per capita* e mais de 50.000 habitantes; o desenvolvimento de produtos, processos e serviços. Nessa época, trinta e um (31) CEFETs, setenta e cinco (75) unidades descentralizadas de ensino, trinta e nove (39) escolas agrotécnicas, sete (7) escolas técnicas federais e oito (8) escolas vinculadas às universidades foram transformadas em IFES, ou seja, as antigas escolas agrícolas em 2008, chamadas CEFETs passaram a ser IFES tendo como propósito a expansão e interiorizar a Rede Federal.

As Instituições Federais (IF) possuem quarenta (40) unidades no Brasil e cada unidade administrativa, ou seja, uma reitoria que possui em suas ramificações inúmeras instituições de ensino espalhadas pelo interior do Brasil com diversos cursos, sendo que cada um se vincula a uma reitoria e esta é constituída como uma unidade administrativa vinculada, mas que possui um orçamento público próprio para se manter.

O Rio Grande do Sul possui três unidades administrativas estabelecidas: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFAR), e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSUL), que estão se expandindo pelo interior do Estado a partir dos câmpus, cada unidade com seu plano de ação de desenvolvimento local. Os IFES ressaltam a valorização da educação e das instituições públicas, pressupõe o combate às desigualdades estruturais de toda ordem.

Em seus estudos sobre os Institutos Pacheco (2010) afirma que é na compreensão das estruturas institucionais e na intervenção nas relações sociais moldadas por diferentes interesses e expectativas que os IFES assumem o papel de agentes estratégicos na estruturação das políticas públicas para a região que polarizam, estabelecendo uma relação mais direta junto ao poder público e às comunidades locais. Diante desse contexto, pode-se verificar-se como os IFES estão inseridos no território e como sua atuação contribui para o desenvolvimento de suas regiões.

A política macro de avançar na redução das desigualdades sociais e no desenvolvimento territorial tem feito com que as instituições públicas estejam integradas cada vez mais com o mercado e sociedade. Em que o Estado, a partir de suas políticas públicas em educação, tem sido o início de tudo. No entanto, as instituições públicas têm enfrentado diversas mudanças no decorrer de sua história, o que impulsiona as organizações a trabalharem cada vez de forma alinhada com os objetivos da instituição e as necessidades da região.

Diante das mudanças no país, dificuldades para o Estado equilibrar o orçamento, aumento da população, cortes de investimentos, contingenciamentos na Educação, no primeiro semestre de 2019, em que está em voga a educação de diferentes áreas, e com o surgimento de novas propostas para equilibrar os orçamentos é pertinente analisar e verificar a contribuição para a sociedade se torna primordial para justificar os recursos e incentivar as ações de pesquisas, ensino e extensão. Fica evidente que, em meio a tantas buscas por eficiência, a análise do

retorno socioeconômico, que as IFES estão proporcionando para a região e sua inserção está sendo uma importante contribuição para o desempenho das IE pesquisadas.

De acordo com a Lei nº 11.892, art. 6º:

Os Institutos Federais têm por finalidades e características: I – ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; II – desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais; [...]. (BRASIL, 2008).

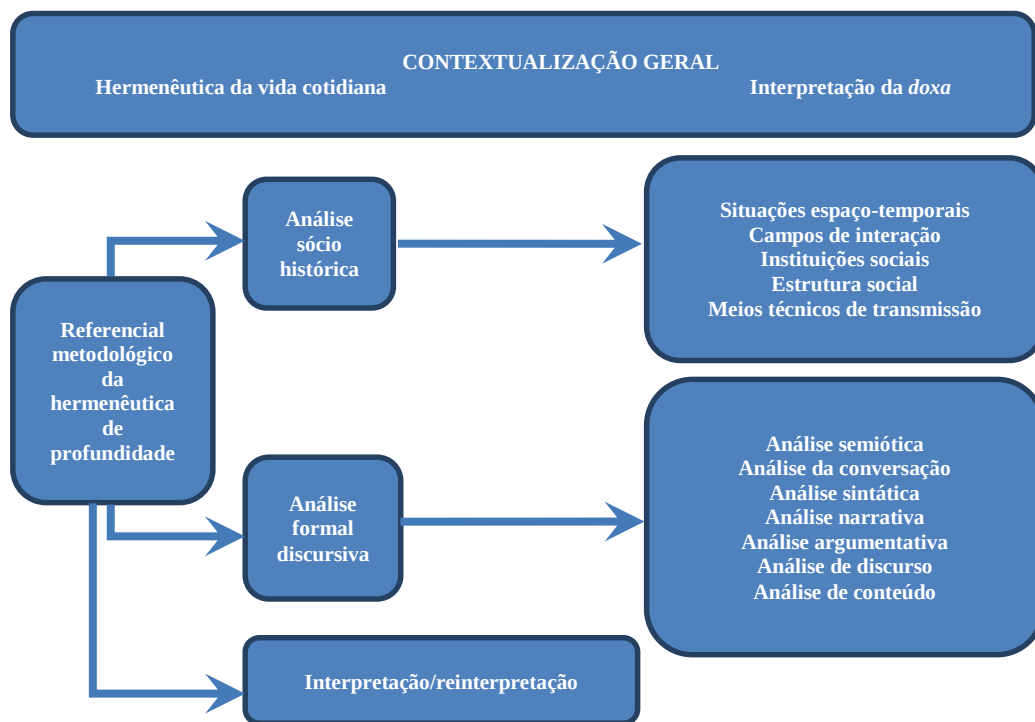
Neste trabalho, em termos ontológicos e epistemológicos, parte-se de Alves-Mazzotti (1998), para quem o debate contemporâneo nas ciências sociais apresenta três paradigmas: o construtivismo social, influenciado pelas correntes filosóficas da fenomenologia e do relativismo; o pós-positivismo, com preferência por modelos experimentais e quase experimentais com teste de hipóteses, com vistas a formular teorias e explicações das relações casuais; e a teoria crítica, que enfatiza o papel da ciência na transformação da sociedade e cuja abordagem é essencialmente relacional, já que procura investigar o que ocorre nos grupos e instituições relacionado as ações humanas com a cultura e as estruturas sociais e políticas, visando compreender como as redes de poder são produzidas, mediadas e transformadas.

Os estudos realizados na linha de pesquisa Políticas Públicas, Planejamento Urbano e Gestão do Território do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional/Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (PPGDR/UNIJUÍ), à qual se vincula a pesquisa desta Tese, se inserem no paradigma da teoria crítica. E, para atender os propósitos deste estudo, utilizou-se a metodologia da HP proposta por John B. Thompson. Nesta abordagem, considera-se que eventos econômicos são também eventos humanos, que, por sua vez, encontram-se entrelaçados com eventos sociais e culturais. Conforme Thompson (2011, p. 99): “[...] no curso real das análises históricas ou sociológicas (bem como políticas) é de grande importância lembrar que os fenômenos sociais e culturais não correm atrás do econômico após longa demora; estão na sua origem, imersos no mesmo nexos relacional”. É ainda pertinente lembrar que esses fenômenos só adquirem sentido a partir da experiência de homens e mulheres reais. Portanto, na análise de Thompson (2011), os fenômenos sociais e culturais ganham relevância e deixam de ser pensados apenas como reflexo imediato da vida econômica. Analisá-los significa, por meio das evidências, investigar suas

particularidades e, ao mesmo tempo, perceber como se expressam em condições materiais constituídas historicamente. Assim, os próprios valores de uma sociedade são percebidos fazendo parte desse nexo relacional e, principalmente, como resultado das experiências humanas.

As etapas metodológicas propostas por Thompson (2011) no uso da HP são: análise sócio-histórica, análise formal discursiva e interpretação/reinterpretação (Figura 1). Na etapa da análise sócio-histórica como meio de análise se utilizou as situações espaço-temporais, campos de interação, instituições sociais, estrutura social e meios técnicos de transmissão.

Figura 1 – Hermenêutica profunda: etapas metodológicas



Fonte: PREDIGER; SCHERER; ALLEBRANDT (2018) adaptado de THOMPSON (1995).

Dentre as várias opções propostas por Thompson (2011) para conduzir esse trabalho na parte da análise formal ou discursiva, tem-se a análise semiótica, análise de conversação, análise sintática, análise narrativa e análise argumentativa. No entanto, entende-se que a HP é uma abordagem ampla e aberta, em especial nesta fase da análise formal discursiva (VERONESE; GUARESCHI, 2006). Prediger, Scherer e Allebrandt (2018) também propõem inclusão de alguns métodos analíticos nesta fase de análise formal discursiva: a análise de conteúdo e a análise de discurso. Nesta pesquisa optou-se pela análise de discurso.

Corresponde à de **interpretação/reinterpretação**, parte-se da **análise formal** ou **discursiva** e **os resultados da análise sócio-histórica**, considerando, também, as instâncias de produção, transmissão e recepção das mensagens, **mas exige um movimento novo do pensamento, pois procede por síntese, por construção criativa de possíveis significados, ou seja, uma explicação interpretativa do que está representado ou do que é dito**, já que as formas simbólicas ou discursivas possuem “aspecto referencial” e são construções que tipicamente representam algo, referem-se a algo, dizem alguma coisa sobre algo. (THOMPSON, 1995, p. 375, grifos do autor).

E, em sua última etapa, utilizou a análise de interpretação e reinterpretação das entrevistas para atender os objetivos propostos nesta tese.

Os dados coletados durante o processo serviram de embasamento para o projeto e foram tratados de forma qualitativa e, como explicitado, foram utilizados procedimentos da metodologia HP de Thompson constituída em três fases: análise sócio-histórica, análise formal discursiva, interpretação e reinterpretação. E, para análise das entrevistas, foi utilizada a análise de discurso, a partir de um roteiro de entrevistas semiestruturado, permitindo uma análise consistente e detalhada destes dados, com base na interpretação e reinterpretação para um aprofundamento da análise dos dados coletados e do embasamento teórico.

A presente pesquisa se baseou no estudo multicase dos IFES do Rio Grande do Sul, seu *locus* geral e, num segundo nível da pesquisa, a opção foi pelo aprofundamento em uma unidade de cada um dos IFES que atuam no Estado. A amostra foi dimensionada a partir da acessibilidade da pesquisadora junto às instituições e de acordo com os níveis pesquisados, optando-se por um câmpus de cada um dos três IFES gaúchos. Portanto, parte da pesquisa de campo foi junto aos sujeitos do nível 1 e 2 (nível 1: Reitores e Pró-reitores dos três IFES do Rio Grande do Sul; nível 2: dirigentes coordenadores de uma unidade pertencente à cada Instituto Federal do Rio Grande do Sul), sendo que entrevistas foram realizadas junto aos reitores dos Institutos pesquisados, dirigentes das unidades selecionadas de forma intencional, conforme disponibilidade de acesso. As cidades selecionadas foram, Ibirubá, Passo Fundo e Santo Ângelo.

E, com o intuito de cotejar as informações com outros atores envolvidos, foram entrevistados representantes integrantes da sociedade que tenham um relacionamento com a unidade, principalmente com instituições públicas, prefeituras, conselhos, instituições privadas e sociedade civil organizada, que tenham relevância no levantamento a partir da análise documental e entrevistas realizadas no nível 1.

Além de dados secundários (Planos de Desenvolvimento Institucional, relatórios de gestão, índices sociais e econômicos, pesquisa sobre os projetos de pesquisa e extensão realizados para coleta de alguns nomes), ressalta-se que a principal fonte de coleta de dados foi a realização das entrevistas semiestruturadas.

As entrevistas foram gravadas e foi utilizado o *Google docs* e o *Excel* para transcrição, e o *software* N-Vivo para análise do discurso. As informações foram sistematizadas em forma de gráficos, tabelas e a interpretação dos dados obtidos ocorreu com base principalmente nas entrevistas e nos enfoques teóricos sobre as repercussões sociais e econômica e a inserção territorial dos IFES, apontados no referencial teórico do estudo.

As categorias foram definidas durante o processo, são elas: dimensão econômica, social e cultural; soluções técnica e tecnológica; cidadania; inserção social; diálogo com outras políticas setoriais; abrangência e atuação dos Institutos; aderência a prática dos objetivos de criação desde a sua concepção.

A pesquisa bibliográfica serviu de embasamento para a realização do trabalho desenvolvido e foi realizada em livros e periódicos científicos, que deram seguimento ao objetivo do trabalho, visando analisar e compreender a repercussão dos IFES do Rio Grande do Sul na dinâmica regional por meio de sua inserção no território. Esta etapa foi realizada a partir de uma seleção de autores que escreveram sobre: desenvolvimento regional, sociedade civil organizada, políticas públicas e a história de criação dos Institutos.

Esta Tese está estruturada em dez capítulos. Este primeiro, introdutório, faz uma breve contextualização conceitual, trata da delimitação do tema, da definição do problema, dos objetivos, da relevância do estudo e da opção teórico-metodologia.

O segundo capítulo apresenta os referenciais teóricos relevantes ao tema; as inter-relações que se estabelecem a partir das políticas públicas, educação, sociedade e o desenvolvimento, trazendo a ideia de que a relação das políticas públicas com as dimensões macro e micro são fundamentais e necessárias. Na sequência, apresenta-se a discussão teórica acerca da gestão pública, o Estado e sua estrutura, a fim de elucidar o objeto de estudo, cuja análise abrange instituições públicas que têm suas ações pautadas em princípios legais e normativos, além de algumas características dos IFES que são peculiares para a análise das repercussões e de sua

inserção. Também se elucidam algumas definições, características e modalidades de políticas públicas e sua relação com a sociedade, e o quanto implicam no estabelecimento de uma ou mais estratégias orientadas à solução de problemas públicos e a obtenção de níveis mais abrangentes de bem-estar social. Coloca-se, ainda, como os atores são necessários e interferem no processo de formulação das políticas públicas. Além disso, aborda-se sobre desenvolvimento e território, uma vez que vários autores trazem concepções de desenvolvimento, haja vista a complexidade do assunto, em que o desenvolvimento do território depende de várias conexões, relações do acesso às políticas públicas e a participação ativa da sociedade.

O terceiro capítulo, aproximando-se do objeto de estudo, trata da emergência e evolução dos IFES. Em termos históricos, consta a criação e a evolução dos IFES, uma vez que a trajetória da rede Federal e a criação dos IFES implicaram na modificação e alteração do perfil institucional e de atuação da Rede. Isso porque alguns elementos importantes surgiram no processo e contribuíram para entender como acontecem as repercussões e as inserções, o tempo de criação, os objetivos e sua forma de constituição, por isso foram considerados.

No quarto capítulo aborda-se o *lócus* específico do estudo, descrevendo e analisando as características do IFES do Rio Grande do Sul, dedicando uma seção para cada um dos três Institutos: o IFRS, o IFFAR e o IFSUL.

O quinto capítulo trata das categorias de análise, caracteriza o *lócus* amplo da pesquisa e traça um perfil dos sujeitos que participaram das entrevistas. Está organizado em três seções. A primeira, que aborda as sete categorias e os critérios de análise que foram utilizados para a condução do estudo objeto desta Tese. Na seção seguinte apresenta-se uma breve caracterização socioeconômica do Rio Grande do Sul e a terceira seção apresenta um perfil dos sujeitos que participaram das entrevistas.

No sexto capítulo apresentam-se os resultados decorrentes da análise realizada com base nas percepções dos dirigentes máximos dos três IFES gaúchos. O capítulo foi organizado em sete seções, uma para cada categoria de análise utilizada no estudo.

No sétimo capítulo a análise se foca nos elementos trazidos à tona a partir das percepções dos dirigentes das unidades locais dos IFES escolhidas para o estudo. Também neste capítulo organizam-se seções para cada uma das categorias de análise.

No capítulo oito a análise se volta para as percepções trazidas ao estudo pelos entrevistados da sociedade que de alguma forma se relacionam com os Institutos em suas regiões.

Para concluir os capítulos analíticos do estudo, o capítulo nove elabora uma síntese dos principais resultados com base na análise a partir das percepções dos entrevistados e da análise documental. Na segunda seção deste capítulo abordam-se desafios e possibilidades para os IFES.

O décimo capítulo traz as considerações finais do estudo. Seguem-se as referências e os apêndices.

2 AS RELAÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO

A relação das políticas públicas com tudo ao seu redor está sendo cada vez mais importante levar como um dos principais aspectos de estudo neste campo. A expansão das relações humanas em termos planetários provocou o surgimento de uma vida social e de uma consciência a nível mundial, uma comunidade global com interesses comum.

Conforme Dias e Matos (2017, p. 23):

Para o atendimento dessa comunidade de interesses tão ampla, deveriam ser estabelecidas políticas públicas de cunho global, considerando o atual paradigma que se estabelece e que emanam do Estado. Ocorre que não há, e não aparenta despotar num futuro próximo ou mediano um Estado mundial dotado de um aparato coercitivo que em última instância faria com que se concretizassem as medidas políticas necessárias para permitir o atendimento dos interesses comuns dessa comunidade global. Acontece que embora haja um Estado, com um governo capaz de gerenciar o processo de globalização, há na realidade uma governabilidade global que vem permitindo a convivência de diversas culturas numa condição nunca antes experimentada pela humanidade. De fato, há uma governança global, instituída, formada por um número indefinido de organismos e organizações mundiais, em sua maioria, relacionadas com a estrutura da ONU que, através de recomendações, de modo geral seguidas pelos Estados, estabelecem normas e regulamentos em diversas áreas e que permitam uma convivência relativamente harmônica dos diversos atores da cena mundial como as pessoas, os diversos tipos de organizações e Estados nacionais. Esse quadro configura uma situação em que muitas políticas públicas realizadas pelos diversos níveis de articulação do Estado – Federal, Estadual, Municipal, no caso do Brasil – têm um marco de referência cuja origem são os diversos organismos que integram a estrutura de governança global.

Atualmente, não pode ser ignorado esse quadro de referência global para as políticas públicas, pois o processo e a consequente integração global em todos os aspectos – político, econômico, cultural e social – é irreversível e tende a se consolidar cada vez mais. A globalização é um processo que ocorre sustentado pela expansão do comércio e dos investimentos em escala mundial, o qual depende do apoio das tecnologias de informação e comunicação, e este processo produz efeitos no meio ambiente, na cultura, nos sistemas políticos, no desenvolvimento econômico e no bem-estar físico dos seres humanos. No entanto, a globalização não é algo novo, porém o que a torna diferente hoje é a velocidade em que ocorre e como afeta de forma profunda as nações de todo o planeta. São diversos os fatores que contribuíram para o desenvolvimento da atual fase da globalização, entre os quais podemos enumerar: a revolução das tecnologias de informação; o desenvolvimento de um mercado global; a redução de custos; e as políticas governamentais. Um dos maiores desafios a serem enfrentados nesse processo é

a identificação do papel a ser desenvolvido pelo Estado-Nação, pois este tem perdido gradativamente algumas prerrogativas, econômicas, políticas, culturais e sociais.

As relações tradicionais entre o Estado, o mercado e a sociedade estão sendo modificadas substancialmente e passam, por um processo de reestruturação. Novos autores se fazem presentes no tecido social, como as ONGs e as estruturas transnacionais (Mercosul, União Europeia, entre outras) não subordinadas a nenhum Estado particular e gozando de autonomia relativa na proposição de políticas comuns a serem seguidas por vários Estados (DIAS; MATOS, 2017).

No entanto, o Estado deverá continuar exercendo seu papel, desempenhando sua função social como agente econômico destinado a realocar os recursos escassos e amenizar as contradições inerentes ao desenvolvimento das forças de produção do capital, em novas bases e com outro conteúdo. Assim como houve uma evolução da concepção de Estado, o conceito de gestão pública também evoluiu nos últimos anos do século XX, em função do aumento da complexidade da função e governar, reflexo do aumento da demanda e das necessidades de populações que estão se tornando cada vez mais exigentes quanto à utilização racional dos recursos públicos. No início do século XX, a ação do governo era bem menos complexa e se baseava numa política intervencionista do Estado em áreas que necessitavam sua forte presença para prevenção da ordem pública, que era realizada com interlocutores da sociedade civil, grupos sociais envolvidos ou afetados pelas eventuais medidas. Porém, ao longo do século XX, mudanças sociais e políticas fizeram com que o Estado assumisse cada vez mais a prestação de serviços em áreas como educação, saúde, habitação, assistência social entre outros, essa é a fase do Estado de Bem-estar Social que encontrou sua forma mais acabada nos Estados europeus, e que faz com que os governos atuem sob uma lógica, a da negociação, considerando os diversos grupos sociais que convivem num determinado território. No final do século XX, acontece uma crise do Estado do Bem-estar Social, que não consegue atender ao aumento da complexidade das demandas sociais, então ocorre um dimensionamento do setor público, que deixa de ser exclusivamente estatal, convertendo-se em um espaço de articulação no qual indivíduos e ONGs atuam e compartilham responsabilidades com os órgãos de governo em temas pontuais nos quais assumem a condição de especialistas.

Nesse contexto, a atuação governamental assume maior complexidade na medida em que os diversos segmentos nos quais se articula (educação, saúde, assistência social etc.) passam a ter

que desenvolver políticas públicas sempre em interação com ONGs que atuam na área. Assim, a governabilidade ocorre num compartilhamento de ações conjuntas entre setores estatais, ONGs e setor privado, que passam a se responsabilizar pela execução de políticas públicas em áreas determinadas. No que se refere ao compartilhamento das ações de políticas públicas, com a participação de outros atores, além dos organismos do Estado, a Constituição Federal definiu sistemas de gestão democrática em diversas áreas de atuação da administração pública, como os colegiados dos órgãos públicos na área da previdência social, nos quais os interesses profissionais e previdenciários são discutidos e deliberados pelos trabalhadores (art. 10) e, ainda, o planejamento participativo mediante a cooperação das associações representativas no planejamento municipal, como preceito a ser observado pelos municípios (art. 29, XII). Além da gestão democrática do ensino público na área da educação (art. 206, VI) e outros. Esses diferentes tipos de conselhos apontam para a existência de um espaço público de composição plural e paritária entre Estado e sociedade civil, de natureza de liberativa, no entanto, na prática isso não ocorre.

Nos IFES existem conselhos, cuja finalidade consiste em ter um espaço aberto e democrático para debates, com a representação da sociedade e da comunidade acadêmica. Porém, na prática, há muito o que se trabalhar nesse aspecto, pois, ainda, existe pouca participação da comunidade e ela também ocorre somente em alguns momentos. Em relação às decisões a serem compartilhadas e debatidas, estas ocorrem em alguns aspectos, pois muitas decisões seguem e dependem da legislação atualmente em vigor.

Em termos de conteúdo, a função da administração pública é atender, sem discriminação, as pessoas que habitam um país ou quaisquer de suas subdivisões, pois nenhum preconceito ou discriminação deve privar os grupos não privilegiados de sua oportunidade de usar os direitos formais distribuídos igualitariamente. Logo, a tarefa do Estado social seria a de assegurar condições de vida sociais, tecnológicas e ecológicas para que todos, em condições de igualdade de oportunidades, possam tirar proveito dos direitos cívicos distribuídos de maneira igual (HABERMAS, 2000 apud TENÓRIO; SARAIVA, 2006).

Desse modo, percebe-se que a administração pública tem como função explícita, gerenciar os propósitos de um governo e os negócios do Estado e que se procurar atender sem discriminação ao todo, ao coletivo, a sociedade, em que a gestão pública se orienta para o público, para o coletivo, para benefício da comunidade e não para o individual (TENÓRIO; SARAIVA, 2006).

Em meio a esta política de globalização e mercado, Bresser-Pereira (2016) aborda que o estado desenvolvimentista é sempre nacionalista, trazendo o nacionalismo como a ideologia do Estado-Nação e o desenvolvimentismo, como a estratégia de desenvolvimento desse mesmo Estado-Nação. Traz como duas ideologias centrais das sociedades modernas o nacionalismo e o liberalismo econômico, e que essas duas ideologias capitalistas atendem a duas necessidades centrais e contraditórias da classe capitalista: a proteção do Estado para suas atividades econômicas tanto internas como externas, e a liberdade de buscar a expansão e o lucro no mercado com a menor cobrança de impostos possível. Em relação ao liberalismo econômico, este parece mais influente do que o nacionalismo, pois as classes dirigentes não hesitam em se declararem liberais, enquanto dificilmente se declaram nacionalistas. A explicação para isto se dá a partir de que o nacionalismo é uma ideologia exclusivista; ela reúne os cidadãos em torno dos interesses nacionais, que, muitas vezes, são incompatíveis com os interesses dos demais países, especialmente dos mais poderosos. E o liberalismo econômico é uma ideologia universal, que ignora os Estados-Nações, pode se declarar liberal e, ao mesmo tempo, solidário com os interesses de todos. Além disso, no caso dos países mais poderosos (tanto em nível mundial quanto regional), o nacionalismo se confunde com o imperialismo – com a determinação de ocupar os mercados internos dos países mais fracos, havendo, portanto, grande interesse dos primeiros em esconder ou disfarçar seu nacionalismo que é forte, na medida em que seus cidadãos não têm qualquer dúvida que é dever de seu governo defender os interesses das suas empresas dentro do próprio país e principalmente no exterior.

Para o autor supracitado, o estado desenvolvimentista, posicionado entre o estado liberal e o estatismo, seria uma forma superior de organização econômica e política do capitalismo, uma forma de combinar de maneira sensata a coordenação pelo Estado e a coordenação pelo mercado nas economias capitalistas. No qual o Estado tende a continuar desenvolvimentista, pois cabe a ele coordenar o setor não competitivo de infraestrutura e de indústrias de base, fazer uma política macroeconômica ativa, incluindo uma política cambial, promovendo a redução das desigualdades econômicas e protegendo o meio ambiente, considerando que seria um conjunto de atividades que o mercado não teria condições de realizar. De fato, que desde o final dos anos 1970, diante da crise causada pelo segundo choque do petróleo, vários países latino-americanos não aceitaram realizar o ajustamento macroeconômico necessário e praticaram o populismo em nome do keynesianismo. Abrindo espaço para a hegemonia neoliberal na região. Porém, nos anos 2000, à medida que o Estado liberal e suas políticas e reformas neoliberais não cumpriram suas promessas, impactando em um crescimento lento, alta instabilidade financeira

e forte aumento das desigualdades, o desenvolvimentismo retornou à tona e se tornou objeto de crescente atenção nos países em desenvolvimento. Reaparecendo, como fenômeno histórico existente em que é expresso em vitórias eleitorais de governos de esquerda que poderiam identificá-los, tanto como um social-desenvolvimentismo, populismo de esquerda, quanto quadro teórico de estratégia de desenvolvimento (BRESSER-PEREIRA, 2016).

Importante ressaltar que desde a década de 1970, com domínio do neoliberalismo, se debate essas questões de um movimento de menos Estado e mais mercado e ao mesmo tempo tem o movimento de que essa política por si só não dá conta em combater as desigualdades e as reduções sociais no país.

Como visto, os IFES foram criados a partir de uma política pública inclusiva, com formação cidadã, sendo um espaço de diálogo com a sociedade na resolução de problemas, através de seus projetos de pesquisa, do ensino e da extensão, atingindo milhares de estudante e buscando proporcionar o desenvolvimento.

No entanto, as mudanças que acontecem nas políticas de educação interferem diretamente nessa expansão e afetam a continuidade e manutenção dessas IE e, conseqüentemente, nas suas ações e possíveis repercussões no âmbito econômico e social nas regiões de atuação. Por isso, a importância de se ter uma valorização da Educação a partir de Políticas públicas inclusivas de longa duração em nosso país.

2.1 ORGANIZAÇÃO, ESTADO E GESTÃO

Nesta seção são abordados conceitos relevantes para melhor entender o objeto de pesquisa e, para tanto, recorre-se aos autores que discorram sobre gestão pública, o Estado e sua estrutura. E, por tratar-se o estudo de uma Instituição Pública em que suas ações são pautadas em princípios legais e normativos, algumas características dos IFES são peculiares para a análise das repercussões e de sua inserção.

A área da Administração Pública contribui no desenvolvimento das sociedades, sendo a administração a parte mais óbvia do governo, pois é o governo em ação, é o lado executivo e operativo, tão antigo quanto o próprio governo, embora tenha passado a ser objeto de estudo apenas a partir de meados do século XIX. Para Procopiuck (2013, p. 10), “a explicitação de

conhecimentos de Administração Pública surgiu na proporção em que a administração geral ganhou espaço como disciplina acadêmica e como espaço de atuação profissional na modernidade”.

As atividades de governo, na opinião de Castro (2013), são fundamentadas a partir de orientações políticas, ideológicas ou doutrinárias. Já o ato de administrar está vinculado às normas e técnicas. Administração Pública e Governo são expressões diferentes com conceitos distintos, salienta o autor. Para ele, Governo significa autoridade, poder de direção que organiza e atende às necessidades coletivas. Em Paludo (2013) encontra-se a afirmação de que o termo administração é utilizado para designar funções de planejamento, direção e atividades de execução. O administrador é o profissional que atua nas organizações, sendo chamado na administração pública como agente público, que exerce as diversas funções: planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar.

De acordo com Oliveira (2014, p. 4):

Administração pública é o processo estruturado de planejamento, organização, orientação, execução, avaliação e aprimoramento das atividades da instituição pública no direcionamento para atender às necessidades e expectativas dos cidadãos da comunidade, visando ao bem comum.

A Administração Pública possui algumas características próprias: é executora – executa as atividades desejadas pelo Estado, tendo em vista o bem comum; presta serviços públicos e pratica atos administrativos através de seus órgãos; é instrumental – instrumento do Estado para a promoção do desenvolvimento do país e do bem comum da comunidade; é hierarquizada – a estrutura da Administração Pública obedece à uma hierarquia, onde há subordinação dos órgãos inferiores aos superiores; possui competência limitada – só possui poder para decidir e comandar a área de sua competência, sendo esta competência estabelecida por lei; tem responsabilidade técnica – obedece normas jurídicas e técnicas, sendo responsáveis pelos atos que praticam e estando sujeitos à prestação de contas perante órgãos de controle e sociedade; é neutra – a Administração Pública deve tratar a todos da mesma forma, sem distinção (PALUDO, 2013).

Com relação aos princípios, Nascimento (2014) explica que são os mandamentos que se irradiam sobre as normas, dando-lhe sentido e entendimento e que constituem a sustentação de

das ações da Administração Pública, representando o correto e o legal. Os princípios básicos da Administração Pública, encontram-se estabelecidos na Constituição Federal de 1988, definidos no artigo 37: “A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”. Pelo princípio da legalidade é possível perceber que a administração pública tem limites e que deverá seguir à lei (NASCIMENTO, 2014). O princípio da impessoalidade determina que a Administração não pode atuar com vistas a prejudicar ou beneficiar somente um grupo de pessoas, para tanto, o agente público, ao praticar os atos deve ser imparcial, deve buscar apenas o fim público, sem privilégios ou discriminações (CASTRO, 2013). Decorre do princípio da moralidade que todo servidor público deve ser ético em sua conduta, devendo necessariamente ser honesto, justo e legal, segundo Paludo (2013). No entanto, Castro (2013) acrescenta à esta definição que, a partir deste princípio, sejam observados preceitos éticos capazes de conduzir a lealdade e a transparência. De acordo com o princípio da publicidade, é dever da Administração Pública dar total transparência a todos os atos praticados (NASCIMENTO, 2014). A finalidade da publicação é dar conhecimento das ações ao público em geral, ou seja, as divulgações dos atos administrativos fazem parte de um princípio constitucional, que deve ser observado e aplicado, analisando a conveniência (PALUDO, 2013). O princípio da eficiência é o mais recente a incidir sobre a Administração Pública, instituído a partir da Emenda Constitucional de 1998 (NASCIMENTO, 2014). Este princípio, conforme Castro (2013), reforça a tese de que não basta atuar apenas de forma legal e neutra, e sim, é fundamental a atuação com rendimento funcional, tendo como parâmetro, o melhor resultado e a otimização dos recursos.

Na Administração Pública, deve-se considerar dois grupos de instituições, a administração direta e a indireta (OLIVEIRA, 2014). Independente da forma utilizada, a administração deve praticar a transparência nas suas ações, visando sempre o bem da coletividade (GEMELLI; FILIPPIM, 2010). A Administração Direta compreende, na visão de Oliveira (2014), a estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios, bem como os órgãos dos poderes Legislativos, Judiciário e do Ministério Público da União. Como descrito por Oliveira (2014), a Administração Indireta abrange as instituições com personalidade jurídica própria, sendo composta por pessoas administrativas que possuem autonomia. As entidades da Administração indireta exercem de forma descentralizada as atividades administrativas, sendo assim, quando prestam serviços públicos são denominadas autarquias ou fundações e quando exploram a atividade econômica dizem respeito às empresas públicas e sociedades de economia mista

(PALUDO, 2013). Conforme Oliveira (2014), as autarquias são serviços autônomos com personalidade jurídica, patrimônio e receitas próprias. As empresas públicas também são entidades com personalidade jurídica e patrimônio próprio, porém o capital é do ente estatal, ou seja, União, Estados ou Municípios (PALUDO, 2013).

Já as sociedades de economia mista são dotadas de personalidade jurídica de direito privado, instituídas em órgão próprio para exploração de atividade econômica, mas somente na forma de sociedade anônima (OLIVEIRA, 2014).

E, ainda, as fundações públicas possuem personalidade jurídica de direito privado, apresentam patrimônio próprio, sem fins lucrativos, funcionam a partir de recursos da União ou de outras fontes e desenvolvem atividades na área social, educação, saúde, cultura, entre outros, (PALUDO, 2013).

Neste estudo são *locus* os IFES que se constituem como autarquias vinculadas ao poder executivo federal. Desta perspectiva, são considerados uma autarquia Federal ligados à administração indireta, vinculados ao Ministério da Educação (MEC) e que possuem dentre outras características a autonomia em suas decisões, porém dependem diretamente de recursos públicos do MEC, para sua manutenção e de emendas parlamentares para novos investimentos. Essa autonomia ocorre até um dado momento, pois têm que seguir os princípios legais, além das legislações e decretos e suas alterações, e os orçamentos propostos. E tais condições impactam diretamente na capacidade de suas inserções na medida que dependem da estrutura física para ampliação de seus cursos e de pessoal para dar conta das demandas, de recursos para os projetos advindos das necessidades da sociedade.

Constata-se que as repercussões sociais, econômica e culturais nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs) presentes do Rio Grande do Sul, acontecem de várias formas: através; a) do ensino, com os cursos graduação, pós-graduação, profissionalizantes, disponibilizados pelos IFETs, cujos cursos foram decididos a partir de debates com a sociedade e de acordo com os arranjos produtivos locais; b) dos projetos de pesquisa, em que há a pesquisa científica intenciona aperfeiçoar, aprofundar os conhecimentos teóricos em busca de soluções; c) da extensão, momento em que ocorre a articulação dos conhecimentos produzidos na universidade com a sociedade, cujo diálogo possibilita estabelecer relações e abrir espaços para que ocorra a inserção dos IFES. Isso se evidencia nos projetos de extensão em parceria com a

sociedade e as IE mediante cursos de capacitação de curta duração, como: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), Mulheres Mil e outros.

Levando em consideração o exposto, entende-se que estes três aspectos sociais, econômicos e culturais estão interligados e são auferidos desde a forma dialógica de fazer a gestão nos IFES, criando uma cultura democrática de participação, com cidadão ativos, conscientes e presentes em suas comunidades.

No que concerne à gestão, para melhor compreender a atual conjuntura, se faz necessário repassar um pouco sobre o trajeto histórico no que se refere à gestão na educação, em que na década de 1930 no Brasil era chamada de administração escolar. Porém, antes deste período e até a primeira República, consistiam em “memórias, relatórios e descrições de caráter normativo, sistemático e legalista” (SANDER, 2007b, p. 21). Após esse período, a administração se desenvolve sob influências dos ideais progressistas da educação, contrapondo com a educação tradicional, no qual não favorecia as ideias de expansão industrial que o país vivenciava naquele momento, em que se apoiava a necessidade de aprimorar a cientificidade no campo educacional (SANDER, 2007a). Já no decorrer no século XX, a estrutura administrativa passa a ser concebida como uma organização baseada na hierarquia das funções, segundo a teoria de Fayol, assim o diretor passa a ser uma espécie de líder, aquele que conduz todos os envolvidos no processo escolar (LEÃO, 1945).

Após os anos de 1970, outra visão sobre gestão escolar surgiu, diferente de 1930, em que emergem estudos críticos sobre as formas de agir e pensar a Educação no país, avançando sobre Gestão educacional. Este novo enfoque tem sua origem nas lutas pela conquista da democracia e cidadania, e expressa a consolidação de estudos em nível de pós-graduação no país sob a influência dos estudos marxistas (SOUZA, 2006). Já na década de 1980, a sociedade brasileira convivia com a luta da democratização da escola pública, tanto para acesso como das práticas desenvolvidas, e, com a aprovação da constituição de 1988, emergem estudos voltados para a gestão democrática do Ensino Público. Gestão escolar passou a expressar e a significar, na década de 1980, o conceito de uma gestão democrática.

A Constituição Federal (BRASIL, 1990) destaca a gestão democrática como princípio norteador do processo de ensino e necessário para questões que necessitem da participação de profissionais de educação, na elaboração de projeto pedagógico da escola, com a participação

da comunidade em geral em conselhos escolares, para se efetivar a gestão democrática na escola. Portanto, nesse sentido, quando a educação constrói um compromisso de convivência democrática, necessita de amparo legal de um regimento com as formas e mecanismos, para garantir o exercício da democracia.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E A SOCIEDADE

Nesta seção, expõe-se definições, características e modalidades de políticas públicas e sua relação com a sociedade, e sua implicação no estabelecimento de uma ou mais estratégias orientadas à solução de problemas públicos e a obtenção de melhores e mais amplos níveis de bem-estar social. Destaca-se, também, como os atores são determinantes, significativos e o quanto interferem no processo de formulação das políticas públicas.

As políticas públicas adquiriram autonomia e *status* científicos a partir dos meados do século XX na Europa e Estados Unidos. Em 1936, Harold D. Lasswell publica o livro “Quem ganha o que, quando e como”, título considerado uma das definições de políticas públicas (RODRIGUES, 2010 apud DIAS; MATOS, 2017; BIRKLAND, 2010). Mas foi em 1951, com a publicação de dois livros fundamentais, que se tornaram um marco nos estabelecimentos da área disciplinar de estudos das políticas públicas, o “Processo Governamental”, de David B. Truman, e as “Ciências Políticas”, de Daniel Lerner e Harold D. Lasswell, que as políticas públicas se constituíram como campo de disciplinas específicas (SECCHI, 2010). No Brasil, entretanto, apenas no final dos anos de 1970 e começo dos anos de 1980 tiveram início efetivo os estudos de políticas públicas, com a publicação de trabalhos sobre a formação histórica das ações do governo.

Na abordagem de Dias e Matos (2017), as políticas públicas podem ser de diferentes tipos: política social: saúde, educação, habitação, previdência social; política macroeconômica: fiscal, monetária, cambial, industrial e política administrativa: democracia, descentralização, participação social; política específica ou setorial: meio ambiente, cultura, agrária, direitos humanos etc. E, conforme Mead (1995), política pública é um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas. Já Lynn (1980), a entende como um conjunto de ações do governo que produzirão efeitos específicos. Na ótica de Peters (1986), política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política

pública como a intenção do governo escolher fazer ou não fazer. A definição mais conhecida continua sendo a de Lasswell, ou seja, decisões análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz (SOUZA, 2006).

Mais recentemente, Secchi (2010) define política pública pela abordagem multicêntrica como uma diretriz elaborada para enfrentar problemas públicos, ou seja, é uma orientação à atividade ou à passividade de alguém na qual as atividades ou passividades decorrentes dessa diretriz também fazem parte da política pública. Para ele, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante.

Para Souza (2006) pode-se resumir política pública como o campo do conhecimento que busca colocar o governo em ação e analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo dessas ações. As políticas públicas, depois de desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Quando são implantadas, ficam submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação.

As definições de políticas públicas são múltiplas e diversas, por isso Secchi (2010) pondera que qualquer definição de política pública é arbitrária. De fato, não há um consenso dentre os autores e pesquisadores sobre o significado, conforme foi aqui explicitado.

No entanto, em se tratado de políticas públicas educacionais Farenzena (2011) considera que são decisões, ações governamentais que podem ser tanto do governo Federal, como dos governos estaduais e/ou municipais. Na perspectiva do autor Farenzena (2011, p. 103), elas compreendem os seguintes aspectos:

Como um fluxo de decisões e ações que se interpõe a autoridade do Estado para o setor educação essas encerram: interações entre os agentes governamentais e a sociedade civil; a configuração Institucional do Estado e da área da educação; o ordenamento jurídico, abrangendo direitos, garantias e condições de escolarização.

As relações com a sociedade ocorrem por meio de atores que fazer parte da construção da política pública. Existem indivíduos, grupos, organizações, movimentos, partidos políticos, que influenciam as decisões em todo o processo de formulação, implantação das políticas públicas, que dependerá dessa relação de força entre os grupos envolvidos, e que tenham representação

política, seja no âmbito do governo, ou com atuação política a partir da sociedade civil, com movimentos sociais. A participação de inúmeros atores com interesses diversos se torna uma condição necessária para tornar viável a implementação de uma política pública, alcançando seus objetivos de bem-estar social geral (DIAS; MATOS, 2017).

Desta forma, e de acordo com Maggiolo e Perozo Maggiolo (2007, p. 384), ao se entender o público como o ponto de encontro dos interesses coletivos, é essencial contar com a participação responsável da sociedade civil como elemento de confrontação e de acordo com cada uma das etapas dos programas públicos que são implementados (diagnósticos, projeto, execução, avaliação e controle) de modo que as organizações que compõem esta sociedade civil se constituam em um componente de avaliação da atuação pública, pois são parceiros privilegiados no monitoramento das políticas sociais, dada sua proximidade com a execução das mesmas.

Apresentam-se diferentes modos de classificar os atores que participam do processo de formulação de políticas públicas, tais como: atores formais e informais, individuais e coletivos, públicos e privados também conhecido como atores sociais. Conforme Dias e Mattos (2017) e, considerando todas essas abordagens de atores, além de outros estudos, podem ser identificados os principais atores em políticas públicas conforme o Quadro 1:

Quadro 1 – Atores que participam da formulação das políticas públicas

Atores	Descrição
Atores fundamentais	Políticos e alta equipe administrativa. Presidente, governadores, prefeitos, ministros, secretários, senadores, deputados e vereadores.
Partidos políticos	Tanto os de situação quanto os de oposição.
Equipe de governo	Pessoas nomeadas para integrar equipes que assessoram os políticos.
Corpo técnico	Burocracia, constituída por funcionários de carreira.
Juizes	Poder judiciário.
Mídia	Veículos de comunicação de massa (jornais, rádios, TVs, <i>internet</i>).
Empresas	Corporações Transnacionais, pequenas e médias empresas.
Sindicatos e associações	Organizações sindicais e de representação profissional.
Organização do terceiro setor	ONGs, entidades filantrópicas, fundações.
Atores do conhecimento	Escritório de assessoramento legislativo, institutos vinculados a partidos políticos, organismos internacionais, centro de pesquisa.
Grupo de pressão	Conjunto de indivíduos que procuram defender seus interesses junto aos órgãos do governo.
Movimentos sociais	Movimento de curta duração com objetivos bem determinados.
Associações comunitárias	Sociedades de amigos de bairros, associações representativas de comunidade territoriais específicas (quilombolas, caiçaras, ribeirinhos etc.).

Fonte: DIAS; MATOS (2017, p. 44).

Portanto, esses atores, essas organizações podem atuar em diferentes esferas, Estadual, Federal, de forma a influenciar a formulação e implementação das políticas públicas.

O processo de elaboração e implementação da política pode ser entendido como uma sucessão de negociações entre os atores, e a participação da sociedade é de fundamental importância para essa implantação para que de fato atendam as reais necessidades da população e se estabeleçam os limites de alcance. Os ciclos constituem um modelo de análise que decompõe a política em uma série de etapas que formam uma sequência lógica, constituindo uma ferramenta proposta pela primeira vez por Jones (1970). E, desde então, são apresentados em cinco fases como: a identificação do problema, a formulação de soluções, a tomadas de decisões, a implementação e a avaliação.

Constata-se que não existe um consenso entre os autores quanto ao número de estágios do processo de elaboração das políticas públicas, variando entre o modelo com quatro fases (HEIDMANN, 2010) e chegando a sete fases (TENÓRIO; SARAVIA, 2006; SECCHI, 2010).

Heidmann (2010) compreende quatro fases: decisões políticas tomadas para resolver problema previamente estudado; depois de formuladas, as políticas implementadas, verificar se as partes interessadas numa política foram satisfeitas; as políticas devem ser avaliadas com vistas a sua continuidade, aperfeiçoamento, reformulação ou descontinuidade.

Diferentemente para Tenório e Saravia (2006), o processo possui sete fases: agenda, elaboração (delimitação de um problema); formulação (seleção e identificação da alternativa); implementação (planejamento e organização necessários para executar a política); execução (pôr em prática a política); acompanhamento; e avaliação. Também para Secchi (2010) são sete fases: identificação do problema; formação de agenda; formulação de alternativas, tomada de decisões; implementação; avaliação; extinção, embora apresentem algumas pequenas distinções. No entanto, é relevante saber que, conforme o modelo adotado, as etapas são influenciadas por decisões durante todo o processo de implementação da política pública e que a participação dos atores é necessária durante todo o processo.

Na criação da política pública de educação dos IFES, a partir da Lei nº 11.892/2008, aconteceram diversas audiências públicas para sua aprovação. Oportunidade na qual diferentes forças políticas e a participação de vários atores definiram esta política pública e os locais de

atuação dos IFES. Diversas frentes fizeram parte deste debate, e a existência de uma diversidade de opiniões e, embora não conste um relato da participação de muitos especialistas da área da educação, a força política e a união de muitos atores prevaleceram para sua aprovação.

De acordo com Figueiredo (2019, p. 19), a criação da Política Pública dos IFES foi possível por duas razões: a primeira pela vontade política de um governo, ao criar uma Instituição, um modelo de Educação com objetivos e finalidades, até então desconhecido no país; e a segunda pela capacidade de articulação do governo, desde a sua concepção até a aprovação da Lei na Câmara de Deputados e Senado Federal.

Ao investigar a criação dos IFES, pode-se inferir que esta teve desde seu início uma força política, devido a participação de atores que definiram a sua atuação, suas diretrizes, proporcionando um ganho para a sociedade, com um modelo desconhecido, a questão da interiorização, dos cursos profissionalizantes, a verticalização do ensino, além de ser uma Instituição Federal gratuita que se aproximaria das demandas locais. Diversas gestões se passaram no decorrer de todos esses anos, desde sua criação, e os IFES se mantiveram em seus objetivos de criação, porém, frente a atual conjuntura, há muitas incógnitas em relação ao seu futuro.

2.3 O DESENVOLVIMENTO E O TERRITÓRIO

Nesta seção discute-se conceitualmente entendimentos de desenvolvimento e território, uma vez que vários autores trazem concepções distintas de desenvolvimento, haja vista a complexidade do assunto. Quanto à relação entre ambos que abrange a expressão desenvolvimento do território, esta depende de várias conexões, relações do acesso às políticas públicas e participação ativa da sociedade nos processos.

Paula (2008) afirma que o sentido de desenvolvimento deverá ser o de melhorar a qualidade de vida das pessoas (desenvolvimento humano), de todas as pessoas (desenvolvimento social), as pessoas que estão presentes hoje e que estarão no futuro (desenvolvimento sustentável). E, quanto ao desenvolvimento local, este pressupõe uma transformação consciente da realidade local (MILANI, 2004). Nessa linha de pensamento, segue a relação do conceito de desenvolvimento ao de transformação do local conforme a sua realidade.

Conforme a definição de Furtado (2000, p. 41), o desenvolvimento:

[...] refere-se a um processo de transformação [...] que engloba o conjunto de uma sociedade. Essa transformação está ligada à introdução de métodos produtivos mais eficazes e se manifesta na forma de aumento do fluxo de bens e serviços finais à disposição da coletividade. Assim, a ideia de desenvolvimento articula-se numa direção, com o conceito de eficiência e noutra com o de riqueza.

No entanto, o processo de desenvolvimento no entendimento deste autor pode ser visto como um fenômeno que não se dá no vazio, pois acontece na dinâmica social da economia, da política, da cultura, da educação etc., podendo ser considerado como um processo dinâmico de melhoria, evolução, avanço de várias dimensões (FRANTZ, 2010). Cabe apontar aqui que, durante a pesquisa, constatou-se que o entendimento de desenvolvimento proposto pelos IFES vai além dos aspectos econômicos, uma vez que considera a existência de aspectos sociais, culturais, fortemente relacionados com a melhoria da qualidade de vida e a redução das desigualdades sociais.

Este conceito de desenvolvimento, de certa maneira, é também proposto por Sen (2000 apud PAULA, 2005), ao argumentar que o crescimento econômico não pode ser considerado um fim em si mesmo, e que por esse motivo deve estar relacionado com a melhoria de vida e as liberdades que as pessoas desfrutam. Isso porque, quanto maior o capital humano, maiores são as condições de desenvolvimento, e este depende de investimentos em educação, saúde, alimentação, habitação, saneamento, transporte e segurança. E que, em relação ao capital social, quanto maior a capacidade das pessoas de se associarem em torno de interesses comuns, melhores são condições de desenvolvimento. Para Chiarello (2015), o papel de uma instituição de ensino e pesquisa neste processo se estende à questão do espaço e região, em que o grau de interação das IE e segmentos da sociedade traz uma interpretação do capital social desenvolvido no espaço a partir de uma determinada base Institucional.

Na concepção de Etzkowitz (2009), o desenvolvimento social e econômico engloba a interação universidade-empresa-governo e traz como modelo o chamado tríplice-hélice. Para o autor, a chave para a inovação e o crescimento de uma economia baseada no conhecimento está na interação entre esses três eixos. Desta forma, abordando como referência que poderá contemplar outros elementos de análise, em que universidade, empresa e governo são protagonistas de ações de desenvolvimento, sendo responsabilidade das universidades o papel de formar agentes que multipliquem a inovação e a mudança; competência do governo de fomentar as ações com

políticas públicas e, opção das empresas a decisão de formar parcerias com estas instâncias de atuação na sociedade (MAGALHÃES; MARTINS; RIBEIRO, 2011).

As IE fazem parte desse processo dinamizador de desenvolvimento local e regional, sendo que seu compromisso social acontece quando contribui para a sociedade formando capital humano de forma a colaborar com o desenvolvimento e propiciar a geração e desenvolvimento, social, econômico e cultural ao seu redor, conforme Goebel e Miura (2004), através das funções de ensino, pesquisa e extensão as IE têm em suas mãos elementos essenciais para o desenvolvimento, em que o setor produtivo demanda das universidades a tecnologia, a inovação e os recursos humanos para funções diversas.

Neste sentido, pode-se antecipar que os IFES, mediante políticas de atuação no ensino, na pesquisa e na extensão, colaboram com o desenvolvimento, formando e qualificando pessoas, criando oportunidades de mais pessoas terem acesso à Educação com qualidade, de modo a socializar conhecimentos e inserir estas pessoas na sociedade com novas ideias e modos de agir frente aos problemas existentes.

Becker (2001 apud DALLABRIDA; BECKER, 2003) aponta que o desenvolvimento precisa considerar alguns aspectos, tais como: (1) o desenvolvimento origina-se da criatividade da articulação dos atores sociais, econômicos, políticos e institucionais da comunidade em questão, em torno de um processo de desenvolvimento regionalizado e singular; (2) a dimensão econômica do processo de desenvolvimento é necessária, mas não suficiente, por isso, é indispensável que a economia seja politizada, colocando a economia e o desenvolvimento regional, sobre um tabuleiro de decisões humanas e não das leis do mercado, portanto sob a articulação e organização dos atores regionais, sujeitos diretos e legítimos do processo; (3) é fundamental a passagem da condição necessária para condição suficiente de desenvolvimento regional, o que implica a passagem analítica da força de trabalho mercadoria, à consciência do trabalho ser antes de qualquer coisa uma atividade humana, a passagem da natureza mercadoria para a consciência de que a natureza é antes de qualquer coisa vida em geral, inclusive, vida humana, fazendo-se assim a passagem da quantidade à qualidade, pela construção de consensos mínimos em torno de projetos políticos de desenvolvimento regional que vinculem o presente ao futuro; (4) impõe-se um novo papel para o empresário inovador schumpeteriano, transfigurando-o em intelectual inovador gramsciano, referindo-se, àquele que vai além de sua atividade econômica, da esfera técnico-produtiva e executa novas combinações socioculturais

e ético-ideológicas, passando a ser complementado pelo intelectual transformador-gramsciano, integrando novas tecnologias com as novas ideologias, com o que se pode localizar as forças impulsionadoras e dinamizadoras do desenvolvimento local.

Ao abordar o desenvolvimento local nesta seção e a articulação dos atores sociais, econômicos, políticos e institucionais da comunidade, em torno de um processo de desenvolvimento regionalizado, não se poderia deixar de mencionar o entendimento que alguns autores trazem sobre território como base para o desenvolvimento. Isso devido ao interesse pela dimensão espacial dos fenômenos socioeconômicos que vem se fortalecendo nas ciências sociais, a partir de tentativas de explicar a dinâmica de algumas regiões e o declínio de outras tendo por base as configurações espaciais e nas ações empreendidas pelos seus autores e instituições, sendo o local o ponto focal do desenvolvimento, onde ocorreram as políticas de desenvolvimento. Desta forma, para entender os fatores que constituem essa abordagem territorial no desenvolvimento, se faz necessário analisar o papel dos vários agentes, das instituições, das demais formas organizativas da sociedade, da cultura, da configuração do espaço social, além de analisar os múltiplos territórios de forma compartimentada e as relações que ambos estabelecem entre si e suas respectivas territorialidades (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004).

Dallabrida e Becker (2003) entendem o território como sendo o espaço apropriado por relações de poder, sendo que tal apropriação inevitavelmente implica em transformação do espaço, em que as ações desencadeadas em um espaço transformado, particularizado pelos grupos que o dominam constituem territorialidades deste espaço apropriado.

Entretanto, para Terra (2019), ao resgatar a origem do termo território e o seu emprego nas Ciências, afirma que este conceito não vem dos estudos geográficos, nem das Ciências Humanas, mas sim das Ciências da Natureza, em especial da Biologia e da Zoologia, a partir dos estudos ligados à Etologia. No entanto, atualmente, o uso conceitual da categoria território é reivindicado por uma disciplina, a Geografia, sendo que para esta o território se constitui um dos conceitos-chave, atendendo a finalidades heurísticas e analíticas.

Haesbaert (2004a) compreende o conceito de território em sentido muito amplo e que tem várias interpretações, estando relacionado e dependente da ótica da área da ciência que o conceitua. Como por exemplo: a Geografia dá maior ênfase à materialidade do território; a Ciência Política leva em consideração as relações de poder ligadas à concepção de Estado; a Economia o

concebe como um fator locacional ou base de produção; a Antropologia enfatiza a dimensão simbólica através das sociedades; a Sociologia entende-o por meio da sua participação nas relações sociais; e a Psicologia através da identidade pessoal até a escala do indivíduo.

Desta forma, Terra (2019) argumenta que existem diferentes concepções e abordagens que podem ser utilizadas para compreender e conceituar território, considerando um determinado contexto histórico. Pode-se, então, a partir desta perspectiva, traçar um panorama geral do pensamento de diferentes autores da atualidade que abordam a questão territorial, dentro de suas óticas e discutem esse conceito.

Nas obras de Haesbaert (2002; 2004a; 2004b) encontra-se uma importante interpretação de território, com quatro vertentes básicas: (1) território econômico – compreendido como simples base material, com ênfase na dimensão espacial das relações econômicas, o território é fonte de recursos; (2) território político – visto como uma forma de controle dos indivíduos, assim como dos processos sociais, a partir do controle do seu espaço material, no qual as relações se dão entre espaço e poder, ou seja, um espaço delimitado e controlado no qual se exerce determinado domínio; (3) território cultural ou simbólico-cultural – concebido como espaço dotado de identidade, uma identidade territorial, que carrega significados simbólicos e subjetivos; e (4) território natural – entendido com base nas relações entre sociedade e natureza, isto é, o comportamento “natural” dos homens em relação ao ambiente físico.

Diante dessas concepções sobre o território, podem, ainda, ser acrescentadas três vertentes: (1) jurídico-política, que entende o território como um elemento de controle, geralmente pela ação do Estado; (2) cultural, de caráter simbólico e identitário; (3) econômica, na qual se destaca a perda do território de reprodução do capital por força da globalização (HAESBAERT, 2001; SPOSITO, 2004).

Na visão de Schneider e Tartaruga (2004), o poder se define em três dimensões: na dimensão política, a mais difundida, o poder está, muitas vezes, mas não exclusivamente, relacionado ao Estado, e o território sendo visto como um espaço delimitado e controlado por ele; a dimensão cultural ou simbólico-cultural sendo mais subjetiva, e o território sendo compreendido, sobretudo, como um produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido; a dimensão econômica, menos citada, enfatiza as relações econômicas,

entendendo o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, por exemplo, como produto da divisão “territorial” do trabalho.

Enfim, entende-se que o território seria um processo social, por isso Moraes (2000) afirma que ele não poderia existir sem uma sociedade que o crie e que o qualifique. Assim, ao contrário do território pensado pelos zoologistas, não pode existir como realidade puramente natural, sendo construído com base na apropriação e na transformação dos meios criados pela natureza, isto é, um produto socialmente elaborado, resultado histórico da relação de um grupo humano com o espaço que o abriga, sendo, antes de qualquer coisa, dinâmico. Como se evidencia, são muitas as divergências conceituais acerca do território, porém podemos identificar um consenso sobre a construção e a destruição destes. O modo de produção capitalista, por exemplo, provoca um movimento contínuo de transformação da técnica e da sociedade que, por sua vez, repercute na criação, destruição e reconstrução dos territórios, promovendo a desterritorialização de grupos sociais.

Quanto ao conceito de território, ele está relacionado diretamente à ideia de poder, desde Ratzel no século XIX, porém, em seu sentido amplo, em suas diversas origens e manifestações, focando sua projeção no espaço. Ao definir o território pelas relações de poder que se estabelecem sobre o espaço e entre os atores que o ocupam e utilizam, alguns autores da geografia foram impulsionados a dialogar com estudiosos de outras disciplinas que abordam o poder, tais como Foucault e Arendt. Com base nas ideias desses teóricos, autores como Raffestin (1993) sustentam que as relações de poder se originam de inúmeros pontos e possuem intencionalidades que geram ações às vezes distintas. Na concepção de território está subtendida essa multiplicidade de poderes que afetam, de diversos modos e graus, qualquer ação de planejamento. O geógrafo Souza (1995) parece ter elaborado uma definição bastante interessante do conceito de território que é, ao mesmo tempo, restritiva (por sua ênfase na ideia de poder) e ampla (pela possibilidade de aceitação de diversas dimensões como a social, política, cultural e econômica). Para Souza (1995), o território é o espaço determinado e delimitado por e a partir de relações de poder, que define, assim, um limite (alteridade) e que opera sobre um substrato referencial, em suma, o território é definido por relações sociais. O território, portanto, pode estar referenciado às formas jurídico-políticas – exemplo clássico de um Estado-Nação; culturais – de uma associação de bairro dentro de uma cidade; e/ou econômicas – de uma grande empresa. Existem várias formas de territórios, o que sugere uma tipologia dos territórios. Os trabalhos do geógrafo Haesbaert (1997; 2002; 2004a) podem ser

compreendidos como um esforço de construir uma tipologia dos territórios. Portanto, como é complexo dar conta de todo o estado da arte sobre um determinado tema, é possível afirmar que a classificação sugerida por Haesbaert (2004a) forma um quadro razoavelmente extenso sobre os territórios.

Outra característica dos territórios está no fato de serem dinâmicos. Enquanto relações sociais projetadas no espaço, os territórios podem desaparecer mesmo que os espaços correspondentes (formas) continuem inalterados. Esta situação sugere a existência de territorialidades flexíveis, que podem ser territórios cíclicos, que se apresentam periodicamente ou sazonalmente ou podem ser territórios móveis como os sugeridos por Sack (1986).

Entretanto, de maneira um pouco diferente de Sposito (2004), traz a apreensão do indivíduo e do cotidiano no conceito de território, e Tartaruga (2003) aborda que este está relacionado ao conceito de lugar.

Oakes (1997 apud SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004) entende que o que melhor retrata o conceito de lugar é definindo-o de duas formas, por um lado, o lugar seria o local da atividade, da ação imediata do sujeito, diferenciando lugar e região, pois na região e no território, o senso de identidade consiste numa abstração para os indivíduos, sendo que lhes falta uma ação imediata sobre o local, e por outro seria considerado o local de identidades significativas. Logo, o lugar encerra o espaço da vivência e da convivência, possui o ponto de referência o cotidiano e é imprescindível para se entender a sociedade.

Schneider e Tartaruga (2004) explicam que o território poderá assumir diversas escalas, formas e manifestações, com pequenos territórios, podendo ser um bairro em uma cidade ou uma vila rural e até um território rede de uma grande multinacional que tenha suas ramificações em vários países.

Como defende Haesbaert (2004b, p. 32), o que muitos chamam de desterritorialização é, na realidade, uma nova forma de territorialização, a multiterritorialidade, “um processo concomitante de destruição e construção de territórios mesclando diferentes modalidades territoriais (como os ‘territórios-zona’ e os ‘territórios-rede’), em múltiplas escalas e novas formas de articulação territorial”.

Portanto, pode-se constatar que, nessa perspectiva, o território é compreendido como um espaço determinado por relações de poder, definindo limites, tendo como referência o lugar, o espaço da vivência, da convivência de cada pessoa, considerando o estabelecimento de relações nos espaços com outros atores sociais, instituições e territórios.

Ficou evidente que em muitos locais onde os IFES se instalaram houve mudanças significativas, por exemplo: uma crescente procura dos alunos para ingressar nos cursos ofertados, e o surgimento de novos investimentos, como: infraestrutura, comércio, qualificação da mão de obra, transporte para os alunos, abertura de espaço para participação da agricultura familiar no fornecimento de alimentos, estágios em empresas locais. E tudo se deu a partir de relações com a sociedade, prefeitura municipal e com a participação na dinâmica territorial, ou seja, relações de poder que se estabelecem no território.

3 A EMERGÊNCIA E A TRAJETÓRIA DOS INSTITUTOS FEDERAIS

Nesta seção explana-se acerca da criação e da evolução dos IFES, uma vez que a trajetória da rede Federal e a criação dos IFES modificaram e alteraram o perfil institucional e de atuação da Rede gerando novas demandas, redefinições e modos de atuação.

Os IFES são unidades da Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia, vinculada ao MEC e constituída pelas seguintes instituições: IFET; Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); CEFETs Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ e CEFET-MG); Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; Colégio Pedro, conforme redação da Lei nº 11.892/2008.

Os IFETs são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicâmpus, especializados na oferta de EPT nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológico às suas práticas pedagógicas (Lei nº 11.892/2008).

De acordo com a Lei nº 11.892, art. 6º:

Os Institutos Federais têm por finalidades e características: I – ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; II – desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais. (BRASIL, 2008).

Conforme redação do art. 5º da Lei nº 11.892, foram criados os seguintes Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil e Rio Grande do Sul:

[...] XXIX – Instituto Federal do Rio Grande do Sul, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves, da Escola Técnica Federal de Canoas e da Escola Agrotécnica Federal de Sertão; XXX – Instituto Federal Farroupilha, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul e da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete; XXXI – Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas; [...]. (BRASIL, 2008).

De acordo com o MEC, as bases dos IFES seguem essa trajetória na rede federal de ensino (BRASIL, 2019a), como vê-se a seguir.

Quadro 2 – Trajetória da rede federal

1909	ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES
1937	LICEUS DE ARTES E OFÍCIOS
1942	ESCOLA INDUSTRIAL E TÉCNICA
1978	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
1994	SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
2003	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA
2008	INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, ESCOLAS AGROTÉCNICAS

Fonte: Adaptado de BRASIL (2019a).

As instituições que formam hoje a RFEPCT surgiram quando o presidente Nilo Peçanha, através do Decreto-Lei nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, criou 19 (dezenove) Escolas de Aprendizes Artífices, uma em cada Estado da Federação, exceto no Rio Grande do Sul e no Distrito Federal¹ a partir da expansão industrial, nos anos de 1930, e com o objetivo de atender demandas da política de industrialização por substituição de importações, elas se fortaleceram (BRASIL, 1909). Com a Lei nº 378/1937, as Escolas de Aprendizes Artífices foram transformadas em Liceus Industriais e, nos anos seguintes, tiveram alterada sua denominação para Escolas Industriais, com a responsabilidade de expandir o ensino profissional, em todo o território nacional (BRASIL, 1937). No final dos anos de 1950, por meio da Lei nº 3.552/1959, as Escolas Industriais deram origem às Escolas Técnicas Federais. Com maior autonomia administrativa e escolar, essas instituições intencionavam preparar os jovens para o exercício de uma atividade especializada, em nível médio. Além disso, essa lei estabelecia que os cursos deveriam adequar-se às exigências do mercado de trabalho da região. Em virtude da qualidade de formação ofertada, as Escolas Técnicas Federais passaram a atender demandas de grandes empresas privadas ou estatais, nos anos de 1960-1970 (BRASIL, 1959).

Depois, a Lei nº 8.948 (BRASIL, 1994) permitiu a transformação de Escolas Técnicas Federais em CEFETs, com a finalidade de, além de ofertar ensino profissionalizante, inclusive em nível superior, realizar pesquisas e desenvolvimento tecnológico para criação de novos processos, produtos e serviços, em articulação com os setores produtivos e a sociedade.

A partir de 2008, com a Lei nº 11.892, são definidas novas mudanças no perfil institucional, e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia passam a ter objetivos norteadores bem mais abrangentes e complexos, em que estes passam a ser instituições de educação

¹Texto baseado no Plano de Desenvolvimento Institucional, para mais detalhes acesse: <https://www.iffarroupilha.edu.br/documentos-do-pdi/item/13876-pdi-2019-2026>.

superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicâmpus, especializados na oferta de EPT nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático pedagógica e disciplinar e, para efeito de avaliação e regulação da oferta de cursos superiores, equiparados às universidades, os IFES também atuam como instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais, de acordo com a mesma lei. Em decorrência desse perfil e da premissa de interiorização da Rede Federal ocorre uma ampliação significativa na oferta de cursos e o aprofundamento no nível de complexidade dos objetivos atrelados às atividades de pesquisa e extensão. Podem ser destacados, como objetivos mais abrangentes dos IFES, para além da ampliação das modalidades de ensino, conforme a referida lei de criação, os seguintes: realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade; desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da EPT, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos; estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Os objetivos definidos na Lei nº 11.892/2008 alteram o perfil institucional em todas as dimensões de sua atuação. Em relação à dimensão do ensino, compreende-se que a formação obtida na instituição deve contribuir para o desenvolvimento e a emancipação humana, para além da perspectiva do crescimento econômico ou da acumulação de capital privado, embora tendo como perspectiva o fortalecimento do processo de desenvolvimento social e econômico do território. Em relação à pesquisa e à extensão, devem ser fortalecidos o incentivo e o apoio necessários ao desenvolvimento de pesquisas aplicadas à geração de inovações, à cultura de proteção da propriedade intelectual e ao estabelecimento de contratos de transferência ou licenciamento de tecnologias com o setor produtivo, à inserção dos egressos no mundo do trabalho, à difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e à internacionalização e reconhecimento institucional junto à sociedade (IFFAR, 2019).

Outro aspecto importantíssimo é o processo de interiorização da educação profissional por meio dessas instituições, especialmente, porque descentraliza a oferta educacional para municípios do interior, algo que antes estava concentrado em capitais e regiões metropolitanas. Desta perspectiva, os IFES, inseridos pelo Brasil todo, contribuem ainda para qualificar o nível da

educação básica das redes públicas municipais e estaduais, uma vez que as parcerias para ações locais são marcas do processo de implantação dos câmpus. Está evidente o entendimento de que a elevação do nível de qualificação, a longo prazo, contribuirá para a redução das disparidades socioeconômicas existentes entre cidades e, do ponto de vista macro, também entre Estados e regiões. Consta, ainda como expectativa pressuposto de que a educação de qualidade e a geração de oportunidades tenderão a atenuar as desigualdades estruturais existentes e as carências que sofrem determinadas populações.

Ressalta-se que tais mudanças, ao alterarem o perfil institucional, tornam evidente a abrangente e expressiva a função social dos IFES. Essa função social, alinhada com as diretrizes expressas no Plano Nacional de Educação (PNE), confere papel fundamental à atuação da Rede Federal na geração de novas e qualificadas oportunidades de formação para milhões de brasileiros, no atinente à inclusão e ao desenvolvimento territorial. Importante destacar também os objetivos gerais da política de EPT definidos pelo MEC: expandir, ampliar, interiorizar e consolidar a rede de IFES e Universidades Federais, permitindo a ampliação da oferta de vagas e a democratização do acesso; promover a formação de profissionais qualificados, fomentando o desenvolvimento regional e estimulando a permanência de profissionais qualificados no interior do país; potencializar a função social e o engajamento dos IFES e Universidades como expressão das políticas do Governo Federal na superação da miséria e na redução das desigualdades sociais e territoriais.

Aponta Pacheco (2010) que a implantação dos IFES está relacionada ao conjunto de políticas em curso para a EPT. Para trilhar o caminho que leva a essas instituições, passamos necessariamente pela expansão da rede Federal; pelas medidas que, em cooperação com Estados e municípios, visam a ampliação da oferta de cursos técnicos, sobretudo na forma de ensino médio integrado, inclusive utilizando a Educação a Distância (EAD); pela política de apoio a elevação da titulação dos profissionais das instituições da rede Federal, com a formação de mais mestres e Doutores, e pela defesa de que os processos de formação para o trabalho estejam visceralmente ligados à elevação da escolaridade, item em que se inclui o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Neste projeto educacional, a contribuição com o progresso socioeconômico local e regional é fundamental, sendo para isto necessário o efetivo diálogo com outras políticas setoriais. Afirma-se, pois a EPT como política pública, não

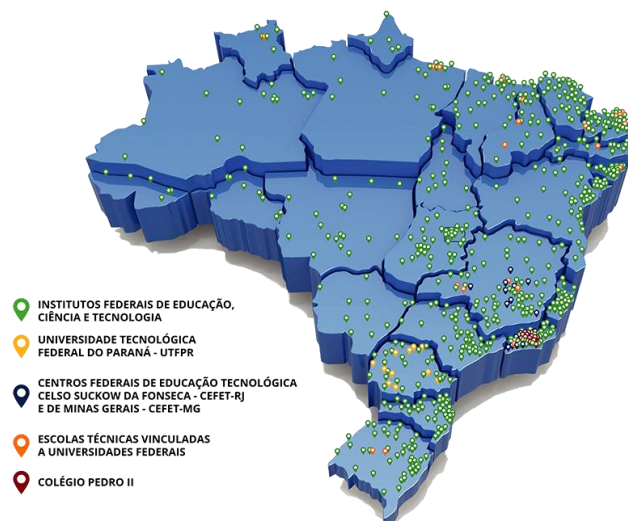
somente pelo seu financiamento de sua manutenção, mas, principalmente, por seu compromisso com o todo social.

Os IFES valorizam a educação das instituições públicas e vem ao combate da desigualdade estrutural de toda ordem. Portanto, seria na compreensão das estruturas institucionais, na intervenção, nas relações sociais modificadas por diferentes interesses e expectativas, que os IFES assumem um papel de agentes estratégicos no que tange a estruturação das políticas públicas para a região que polarizam, realizando uma relação direta junto ao poder público e as comunidades locais (PACHECO, 2010).

Pensar os IFES, do ponto de vista político, representa a superação de visões reducionistas e a Instituição de uma política pública que concorra para a concretização de um projeto viável de nação. Significa, portanto, definir um lugar nas disputas que ocorrem no âmbito do Estado e da sociedade civil. Este lugar seria o território, uma arena de negociações nos processos políticos decisórios, espaços que estaria além das fronteiras geopolíticas, onde se estabelecem identidades e o sentimento de pertencimento. Desta forma, a noção de território se confunde com a rede social.

Na Figura 2 apresenta-se o mapa com a distribuição no Brasil das unidades das instituições que compõem a RFEPCT. Os pontos verdes representam os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia presentes no Brasil.

Figura 2 – As instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e suas unidades no Brasil



Fonte: BRASIL (2019a).

De acordo com o Brasil (2019a), uma das características centrais da formação da RFEPT foi a implantação de uma nova concepção sobre o papel e a presença do sistema de ensino federal na oferta pública da EPT. Essa característica se materializa no desenho de um novo padrão de instituição, os denominados Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Institutos Federais ou IF), estruturados a partir dos vários modelos existentes e da experiência e capacidade instaladas especialmente nos CEFETs, nas escolas técnicas e agro técnicas federais e nas escolas técnicas vinculadas às universidades federais. Foram, assim, criados a partir das antigas IF de EPT por intermédio de adesão destes ao modelo proposto pelo MEC, conforme pode ser observado no art. 5º de sua lei de criação: Lei nº 11.892/2008 (BRASIL, 2008).

Os IFES são instituições, pluricurriculares e multicâmpus (reitoria, câmpus, câmpus avançado, polos de inovação e polos de EAD), especializados na oferta de EPT em todos os seus níveis e formas de articulação com os demais níveis e modalidades da Educação Nacional, oferta os diferentes tipos de cursos de EPT, além de licenciaturas, bacharelados e pós-graduação *stricto sensu*.

Instituídos no momento de constituição da Rede Federal, os institutos têm como obrigatoriedade legal garantir um mínimo de 50% de suas vagas para a oferta de cursos técnicos de nível médio, prioritariamente na forma integrada. Devem, ainda, garantir o mínimo de 20% de suas vagas para atender a oferta de cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas a formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional. Destaca-se também sua atribuição no desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas por meio de pesquisas aplicadas e as ações de extensão junto à comunidade com vistas ao avanço econômico e social local e regional.

Entretanto, existe uma UTFPR, conforme dados do Brasil (2019a), que se configura como universidade especializada, pluridisciplinar, com foco na graduação e na pós-graduação, atuando ainda na área de pesquisa e extensão tecnológica. Foi instituída pela Lei nº 11.184/2005 a partir do CEFET-PR. Os CEFETs são instituições de regime especial, de natureza pluricurricular e multiunidade (unidade sede e unidades de ensino descentralizada). Conforme estabelecido em sua lei de criação (Lei nº 6.545/1978), atuam na oferta de cursos de qualificação profissional, cursos técnicos de nível médio, cursos superiores de graduação – licenciatura, tecnologia e bacharelado –, de cursos superiores de pós-graduação *lato* e *stricto sensu* –

especialização, mestrado e doutorado (BRASIL, 1978). A pesquisa aplicada e a extensão e desenvolvimento tecnológico também compõem sua missão. Atualmente, existem apenas dois CEFETs: CEFET de Minas Gerais e CEFET Celso Suckow da Fonseca no Rio de Janeiro. As Escolas técnicas vinculadas demonstradas na Figura 2, constituem-se unidades de ensino pertencentes à estrutura organizacional das universidades federais. Ofertam cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada, em suas respectivas áreas de atuação. E as unidades do Colégio Pedro II, criado em 1837, caracteriza-se como instituição pluricurricular e multicâmpus, que atua na oferta de educação básica (ensino infantil, ensino fundamental e ensino médio), licenciaturas e pós-graduação. Soma-se a este eixo de atuação as ações na área da pesquisa e da extensão promovendo a integração do ensino com as demandas da sociedade.

Cada uma destas instituições é composta por câmpus que atuam como unidades descentralizadas de ensino e garantem a presença da RFEPCCT ao longo de todo o território nacional promovendo a oferta da EPT e o desenvolvimento de inovações tecnológicas alinhados com a vocação local.

O total de IF no Brasil pode ser acessado no relatório Sinopse Estatística da Educação Superior. Este relatório vem sendo produzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) desde 1995, e essa publicação está disponível para *download*, e corresponde a um conjunto de tabelas organizadas por tema, sendo também possível consultar as informações divididas por municípios. Os dados apresentados por completo fazem menção às instituições, recursos humanos, cursos de graduação presenciais, processos seletivos, matrícula, concluintes, cursos de graduação a distância, cursos sequenciais presenciais e a distância, além das IF, com base nos resultados do Censo da Educação Superior. Nas Tabelas 1 e 2, apresenta-se os dados relativos ao total de IE superior no Brasil e no Rio Grande do Sul sob diferentes categorias acadêmicas e administrativas (Tabela 1) e IFES e CEFETs no Brasil e Rio Grande do Sul (Tabela 2).

Tabela 1 – Instituições de educação superior, por organização acadêmica e localização (capital e interior), Brasil e Rio Grande do Sul, segundo a categoria administrativa das IEs – 2018

Unidade da federação/ Categoria administrativa das IEs – 2018			Total geral		
			Total	Capital	Interior
Brasil	Pública	Federal	110	66	44
		Estadual	128	32	96
		Municipal	61	-	61
		Total	299	98	201
	Privada		2.238	806	1.432
	Total pública + privada		2.537	904	1.633
Rio Grande do Sul	Pública	Federal	10	3	7
		Estadual	9	2	7
		Municipal	1	1	-
		Total	111	33	78
	Privada		111	33	78
	Total pública federal + privada		121	36	85

Fonte: INEP (2018).

De acordo com os dados da Tabela 1, verifica-se que no Rio Grande do Sul, da mesma forma que no Brasil, as instituições privadas são predominantes, tanto na capital como no interior do Estado.

Tabela 2 – Total de instituições federais no Brasil e no Rio Grande do Sul

Unidade da federação/ Categoria administrativa, IF e CEFET-2018			Total geral		
			Total	Capital	Interior
Brasil	Pública	Federal	40	30	10
		Estadual	-	-	-
		Municipal	-	-	-
	Privada		-	-	-
	Total		-	3	-
Rio Grande do Sul	Pública	Federal	-	-	-
		Estadual	-	-	-
		Municipal	-	-	-
	Privada		-	-	-
	Total		-	-	-

Fonte: INEP (2018).

A proposta dos IFES representa uma nova institucionalidade política social e econômica, visto que confere maior destaque à política pública em EPT no seio da sociedade e guarda estreito compromisso com a democratização da oferta de EPT e com o desenvolvimento territorial (local e regional) entendido como lugar e vida (BRAGATO, 2018).

No que se refere ao desempenho dos Institutos no desenvolvimento local e regional, para Pacheco (2010), atuar em favor do desenvolvimento local e regional, nas perspectivas da construção a cidadania, constitui uma das finalidades dos Institutos. Para tanto, é necessário um

diálogo vivo e próximo dessas instituições com a realidade local e regional, buscando a compreensão de seus aspectos essenciais, ou seja, do que existe de universal nessa realidade. Há de considerar que local e universal não existem como antítese, não expressam necessariamente oposição de ideias, um não existe em detrimento do outro, mas por vezes se justapõem, permeiam-se complementam-se e separam-se. De acordo com o MEC, o preceito que fundamenta a ação dos IFETs, atuar no sentido do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania, sem perder a dimensão do universal. E o desafio a ser enfrentado pelos IFES é, de fato, serem espaços de referência do estar-junto, do coletivo, da troca de sentidos que, se estendendo para além do espaço institucional, constituem o cerne de uma vivência mais democrática.

De acordo com CONIF (2021), a figura abaixo mostra as modalidades de cursos oferecidos pelos IFES, com o objetivo de, entre outros, o de qualificação profissional e elevação da escolaridade, as instituições da Rede Federal têm o compromisso social de oferecer educação profissional pública, gratuita e de excelência a jovens e trabalhadores, do campo e da cidade e abrangem os diversos níveis da EPT, desde a básica à pós-graduação, incluindo a formação de professores, com base em projeto educacional próprio. E seu limite de abrangência compreende sua região de localização quando e refere ao câmpus, e em rede isso amplia a todas a todas as regiões no qual possui um câmpus, mas nada impede de alunos virem de qualquer parte do país, pois seus cursos foram concebidos com diálogo com a comunidade local, de acordo com os Arranjos Produtivos Locais (APLs) da região. Portanto, a maioria se diferencia de uma unidade para outra as modalidades e tipos de cursos, como pode-se constatar na Figura 3.

Figura 3 – Modalidades de cursos dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

	MODALIDADE	REQUISITO	DURAÇÃO
PÓS-GRADUAÇÃO	<i>Stricto sensu</i>	Ensino superior concluído	2 a 4 anos
	<i>Lato sensu</i>	Ensino superior concluído	1 anos
GRADUAÇÃO	Bacharelado	Ensino médio concluído	4 anos
	Tecnologia (Tecnólogo)	Ensino médio concluído	2 a 3 anos
	Engenharia	Ensino médio concluído	5 anos
LICENCIATURA	Formação de Professores	Ensino médio concluído	4 anos
TÉCNICO	Integrado O aluno cursa a educação profissional e o ensino médio simultaneamente	Ensino fundamental concluído	3 a 4 anos
	Subsequente Destinado ao aluno que concluiu o ensino médio	Ensino médio concluído	1 a 2 anos
	Proeja Educação básica integrada ao ensino médio	Técnica Ensino fundamental concluído	3 anos
	Formação Inicial e Continuada	1ª a 4ª séries do ensino fundamental concluídas	Até 2 anos
FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA	Tem como objetivo a qualificação profissional e elevação da escolaridade dos trabalhadores		

Fonte: CONIF (2021).

De acordo com a análise de Pacheco (2010), o território das ações de um Instituto Federal é, em resumo, a mesorregião onde se localiza, mas pode ir além dela quando se concebe a atuação em rede. Em sua intervenção, os institutos devem explorar as potencialidades de desenvolvimento, a vocação produtiva de seu *lôcus*; a geração e transferência de tecnologia e conhecimentos e a inserção, nesse espaço, da mão de obra qualificada. Para isso, o monitoramento permanente do perfil socioeconômico-político-cultural de sua região de abrangência é de suma importância.

Ao analisar os IFES, pode-se relatar que em 2022, com mais de dez anos de criação dos IFES e Instituições da Rede Federal, avançou-se de dez para seiscentas e quarenta e sete unidades de funcionamento, além de milhares de alunos em todo o Brasil. Totalizando quarenta unidades (reitorias) no Brasil e três unidades (reitorias) no Rio Grande do Sul. Suas atividades abrangem a região em que estão localizadas, porém quando atuam em rede, esta atuação ultrapassa os limites territoriais. Os cursos foram aprovados de acordo com a necessidade local e conforme

os arranjos produtivos locais, portanto, as instituições apresentam diferentes áreas de formação, e o aluno pode escolher onde quer fazer sua formação. No entanto, isso só foi possível pelos investimentos na política pública em educação, o que fica fragilizado quando se trata da expansão e ampliação de cursos novos ou existentes, pois dependem diretamente dos orçamentos e investimentos em Educação. No que se refere à participação da sociedade e o de serem espaços de referência de estar junto com o coletivo, ainda é um desafio, pois muito desconhecem o funcionamento dos IFES, seus projetos, seus espaços de participação, seus cursos. Entretanto, desde sua criação, já estão bem mais conhecidos, porém pode-se dizer que a educação envolve um processo lento e transformador, por isso não se pode deter a análise unicamente em números e dados quantitativos, pois isso significa perder a qualidade da proposta e ações, ao não perceber o quanto os IFES primam pela inclusão, formação cidadã e redução das desigualdades.

Mas, enfim, cabe questionar até que ponto as instituições seguirão com os objetivos propostos em sua criação; e o quanto a falta de novos investimentos ou servidores e as mudanças na política em educação, interferirão nessas ações de participação na sociedade e no atendimento às demandas locais, se não irão se ater na formalização de sua existência.

4 OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL

Neste capítulo, discorre-se acerca das características do *lócus* da pesquisa, regionais, sociais e econômicas das cidades definidas, bem como a análise das entrevistas e a interpretação dos principais resultados encontrados nas pesquisas realizadas junto às reitorias dos IFES do Rio Grande do Sul – IFRS, IFFAR e IFSUL, dirigentes e da sociedade civil organizada, estabelecidos em nosso Estado.

As características apresentadas foram descritas conforme relatórios de gestão, PDI analisados, bem como em suas entrevistas, baseadas na relevância ao tema pesquisado.

De acordo com a Plataforma Nilo Peçanha (PNP, 2021), tendo como base o ano de 2020, os três IFES (IFFAR, IFRS, IFSUL) possuem um total de alunos em curso 31.733 e de concluintes 379.536 alunos, incluindo a modalidade presencial e à distância (Tabela 3).

Tabela 3 – Quantidade de alunos matriculados e concluintes

Instituição	Curso (em fluxo)	Concluintes
IFFAR	7.754	2.792
IFRS	11.835	369.940
IFSUL	12.144	6.804
Total	31.733	379.536

Fonte: PNP (2021).

4.1 IFRS – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL

O Instituto Federal do Rio Grande do Sul possui a reitoria com a sede em Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que estabeleceu, no âmbito do sistema federal de ensino, a RFEPCT, vinculada ao MEC. É uma autarquia federal vinculada ao MEC, tendo como prerrogativas a autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático científica e disciplinar. Trata-se de uma Instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicâmpus, como pode-se observar na Figura 4.

Em seus objetivos estratégicos² foi verificada a relação com o tema de estudos, dentre eles o de promover ações de formação para a cidadania e ações que visem ao desenvolvimento social, econômico, ambiental, cultural e político da comunidade. A sua atuação centra-se no ensino básico e na educação superior, em diferentes níveis e modalidades de ensino, atendendo a diferentes eixos tecnológicos e áreas de conhecimento. Em 2019, o IFRS, em suas dezessete (17) Unidades de Ensino, ofertou trezentos e trinta e quatro (334) cursos regulares, desde técnico integrado ao ensino médio, subsequente e concomitante, curso de pós-graduação *lato* e *stricto sensu* e cursos de formação inicial e continuada, totalizando os superiores de tecnologia, bacharelados, licenciaturas e 82.916 matrículas. Foram 67.142 ingressantes, 39.847 concluintes e a oferta de 68.620 vagas, considerando cursos tanto na modalidade presencial como a distância.

Figura 4 – Localização dos câmpus que compõem o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul



Fonte: IFRS (2021).

Como consta no Relatório de Desenvolvimento Institucional, a constituição do IFRS deu-se a partir da integração inicial de quatro escolas de educação profissional com um grande histórico de atendimento às vocações regionais, sendo elas o CEFET de Bento Gonçalves, a Escola

²Texto baseado no relatório de Desenvolvimento Institucional, para mais informações acesse: <https://ifrs.edu.br/pdi-2019-2023/>.

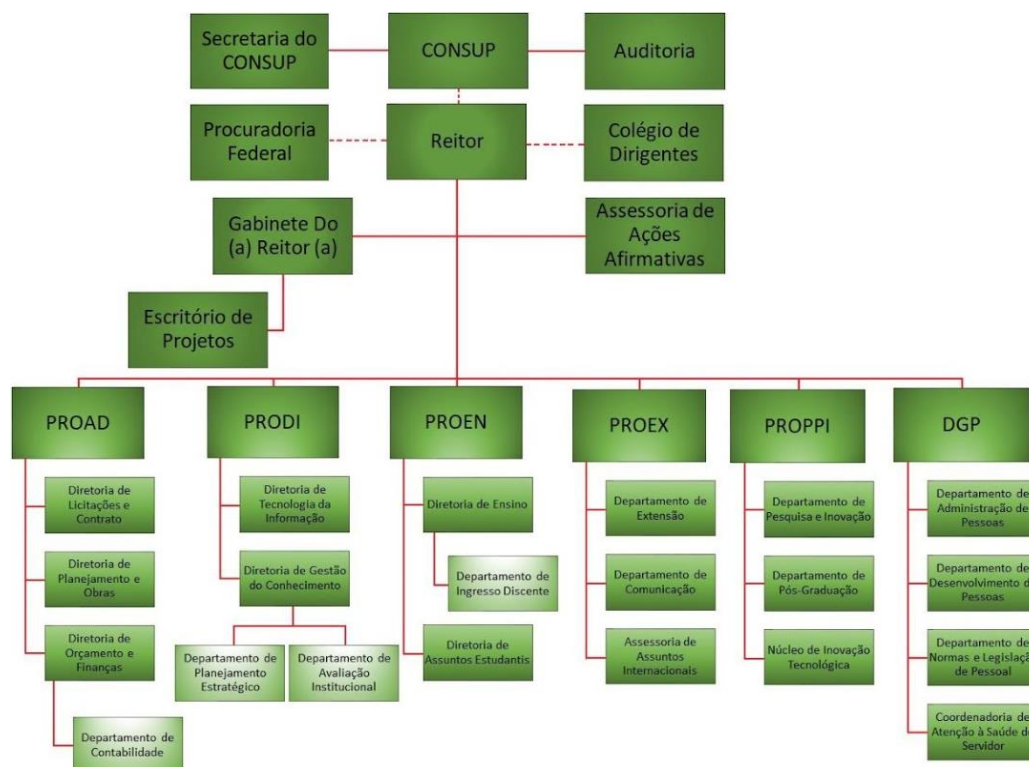
Agrotécnica Federal (EAF) de Sertão, ambas autarquias, a escola técnica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o Colégio Técnico Industrial Mário Alquati da FURG. Ainda fez parte do processo inicial, a Escola Técnica Federal de Canoas, mas que ainda não se constituía como espaço físico. Todas essas escolas contribuíram para que o IFRS iniciasse seus trabalhos como IF e trouxeram para o processo sua experiência, seu renome e sua história, que constituíram a base teórica, pedagógica e administrativa da nova Instituição. A partir de 2009, o IFRS foi construindo novos câmpus em: Restinga, Caxias, Osório, Erechim, Viamão, Alvorada, Rolante, Vacaria e Veranópolis e, também, devolvendo à sociedade escolas que haviam sido edificadas com recursos do governo federal, mas que não ofereciam gratuidade aos alunos em: Feliz, Ibirubá e Farroupilha. O IFRS representa o atendimento a diferentes realidades produtivas locais e comunidades com necessidades específicas, o que trouxe ao IFRS como protagonista do processo de desenvolvimento socioeconômico da sociedade brasileira, a partir da educação pública, gratuita e de excelência, articulando o ensino, a pesquisa e a extensão. E que, ao longo de seus dez anos de existência, consolidou-se no cenário educacional do Estado e do país, sendo referência com seus programas institucionais e, também, na história de vida de seus alunos e servidores. O estabelecimento de novas metas para sua gestão democrática e participativa, permitiram que o desenvolvimento institucional ocorra tendo como protagonista um público historicamente colocado à margem das políticas de formação para o trabalho, da pesquisa aplicada destinada à elevação do nível de qualidade das atividades produtivas e da democratização do conhecimento. Distingue-se pela capilaridade e interiorização, estando presente em dezesseis municípios do Rio Grande do Sul, o que o leva a atender a diferentes realidades sociais, culturais e produtivas, para além da democratização do ensino, fazendo-se presente em localidades que jamais contaram com o acesso à educação profissional pública, assumindo como desafio incidir no desenvolvimento dos territórios em que se faz presente, alinhando a pesquisa, o ensino e a extensão aos arranjos sociais, culturais e produtivos locais, buscando atender as demandas das comunidades e contribuir com o desenvolvimento desses arranjos onde não estão consolidados.

A gestão democrática é uma característica desse instituto, pois é praticada de forma paritária entre os três segmentos que compõem a comunidade acadêmica: discentes, docentes e técnicos administrativos, sendo que os estudantes estão no centro do processo educativo e possuem participação ativa na gestão, fazendo-se presentes em diferentes instâncias colegiadas e fóruns deliberativos, incluindo os Conselhos dos câmpus – instância deliberativa máxima de cada câmpus – e o Conselho Superior (CONSUP) – instância deliberativa máxima da Instituição

(Figura 5). O CONSUP conta ainda com membros externos à comunidade acadêmica, trazendo o controle social e a perspectiva da comunidade envolvente para dentro da Instituição. Os planejamentos institucionais ocorrem de forma colaborativa, com participação da comunidade acadêmica, e a gestão financeira e patrimonial é realizada de forma a garantir o caráter público e a gratuidade do ensino, respeitando rigorosamente os princípios da administração pública.

Como visto anteriormente, desenvolve atividades em todos os seus níveis, atuando no ensino básico através dos cursos integrados e do PROEJA; na formação técnica concomitante e subsequente ao ensino médio; nos cursos superiores de tecnologia, bacharelados, cursos de formação docente e licenciaturas; na pós-graduação. E, conforme determinações legais, deve cumprir o percentual mínimo de 50% das matrículas no ensino básico, 20% das matrículas em cursos de formação docente e 10% das matrículas em cursos na modalidade PROEJA. Desenvolve, ainda, cursos de formação inicial e continuada, em sintonia com os eixos tecnológicos presentes em cada um dos câmpus.

Figura 5 – Estrutura organizacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul



Fonte: IFRS (2019).

No que concerne à formação cidadã precede a formação para o trabalho, buscando por meio da educação para a emancipação e autonomia, a construção de sujeitos críticos, conhecedores de seu papel no mundo do trabalho e nas relações de produção, comprometidos com a superação das desigualdades historicamente estruturadas. Sendo que pesquisa no IFRS busca a aplicação imediata do conhecimento produzido para a superação de problemas presentes na sociedade, no entanto, esse conhecimento quando se torna acessível às comunidades está indissociavelmente ligado à atividade extensionista. A extensão desenvolve a integração com o mundo do trabalho e com os arranjos locais, promovendo a transferência tecnológica e de saberes, em harmonia com os saberes populares ou não formais. Ambas – pesquisa e extensão – podem ser aprimoradas através de incubadoras tecnossociais e polos de inovação, buscando o desenvolvimento de tecnologias de forma articulada entre a Instituição e a sociedade, apresentando soluções inovadoras em pesquisa aplicada, produção cultural, empreendedorismo, cooperativismo, contribuindo para o desenvolvimento integrado e sustentável.

Sua missão é ofertar educação profissional, científica e tecnológica, inclusiva, pública, gratuita e de qualidade, promovendo a formação integral de cidadãos para enfrentar e superar desigualdades sociais, econômicas, culturais e ambientais, garantindo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e em consonância com potencialidades e vocações territoriais. Quanto à visão institucional, objetiva ser referência em educação, ciência e tecnologia como uma instituição pública, gratuita, de qualidade e com compromisso social, cujos valores são: equidade e justiça social; democracia; cooperação, solidariedade; sustentabilidade; ética; desenvolvimento humano; inovação; qualidade e excelência; autonomia; respeito à diversidade; e compromisso social.

O IFRS tem as seguintes finalidades e características:

I – ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; II – desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais; V – instituir processos educativos, esportivos, artísticos, culturais e científicos a partir da articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão de forma indissociável, para viabilizar a relação transformadora entre o IFRS e a sociedade.

Como comentado anteriormente e, tendo em vista a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, atua na educação básica e na educação superior, em diferentes níveis e modalidades de ensino,

atendendo aos diferentes eixos tecnológicos e áreas de conhecimento, cursos de ensino médio, curso PROEJA, cursos subsequentes, cursos superiores de tecnologia, licenciaturas, bacharelados, pós-graduação *lato sensu*, pós-graduação *stricto sensu*. No que tange à pesquisa, pós-graduação e inovação, uma das finalidades e características dos IFES é realizar e estimular a pesquisa aplicada, a inovação e o desenvolvimento científico e tecnológico, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade, de acordo com a Lei nº 11.892, de 29/12/2008.

Nesse sentido e, considerando, o foco na formação de cidadãos com vistas à atuação nos diversos setores da sociedade, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, em um cenário globalizado e dinâmico, a pesquisa e a inovação são fundamentais em todos os níveis e modalidades de ensino. No Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), a pesquisa e a inovação surgem como princípios educativos e científicos, como elementos metodológicos de diálogo com a realidade, quando se estabelece uma relação dialógica, com estímulo ao desenvolvimento do espírito crítico e questionador, para agir de forma proativa e positiva nesta realidade de constantes mudanças e transformações. O Instituto busca priorizar a realização de projetos de pesquisa e programas de cooperação e intercâmbio direcionados à implementação de ações técnico-científicas com vistas ao atendimento das demandas locais, regionais e nacionais.

No conjunto, apresenta uma série de iniciativas que objetivam a promoção da inovação em suas ações de desenvolvimento científico e tecnológico, com a finalidade de promover o desenvolvimento local e integrado aos territórios onde atua, de forma transversal ao ensino, pesquisa e extensão. Nesse intuito, estimula o desenvolvimento de projetos a partir de demandas da comunidade, promovendo a pesquisa aplicada e focando em produtos, serviços ou processos inovadores. A realização de projetos em parceria com organizações públicas e privadas apresenta-se como condição primária na promoção de soluções inovadoras para a sociedade. Além de projetos de desenvolvimento científico e tecnológico, também é importante para a consolidação de uma cultura de inovação, o fomento e incentivo à implantação e estruturação de *habitats* de inovação, como incubadoras, laboratórios de fabricação digital, espaços de *coworking*, centros tecnológicos, entre outros definidos no “Manual de Parcerias – Mecanismos e Instrumentos para a Dinamização de Habitats e Ecossistemas de Empreendedorismo e Inovação na RFEPC”, publicado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC).

Dessa forma, promover projetos inovadores significa focar em soluções a partir de demandas da sociedade, sempre que possível desenvolvidas em parceria com outras organizações, a serem introduzidas no ambiente produtivo e social, propiciando o desenvolvimento local.

Logo, a oferta de cursos de pós-graduação no IFRS proporciona mais um espaço para o desenvolvimento da pesquisa e da inovação e busca atender o conjunto de finalidades que caracteriza as IF de acordo com sua Lei de criação nº 11.892/2008:

Artigo 6 – Os Institutos Federais têm por finalidades e características: I – ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; [...].

Artigo 7 – Observadas as finalidades e características definidas no artigo 6 desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais: VI – ministrar em nível de educação superior: ... d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica. (BRASIL, 2008).

4.2 IFFAR – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA

De acordo com o Plano de Desenvolvimento, o IFFAR³ é uma Instituição pública e gratuita vinculada ao MEC, criada pela Lei nº 11.892, 29 de dezembro de 2008, surgindo da integração do CEFET de São Vicente do Sul criado em 1954, de sua unidade descentralizada de Júlio de Castilhos, cujo funcionamento iniciou em 2008, da EAF de Alegrete criada em 1954 e do acréscimo da unidade descentralizada de ensino de Santo Augusto, cujo funcionamento iniciou em 2007, sendo que anteriormente pertencia ao CEFET de Bento Gonçalves. Caracteriza-se como natureza jurídica de autarquia, tendo autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática pedagógica e disciplinar. Sendo uma instituição de ensino superior, básica e profissional, pluricurricular, multicâmpus, especializada na oferta de EPT nas diferentes modalidades de ensino.

³Texto baseado no relatório de Desenvolvimento Institucional, para mais detalhamento das informações acesse: <https://www.iffarroupilha.edu.br/documentos-do-pdi/item/13876-pdi-2019-2026>.

Atualmente possui as seguintes unidades administrativas: reitoria, câmpus Alegrete, câmpus Júlio de Castilhos, câmpus Frederico Westphalen, câmpus Panambi, câmpus Santa Rosa, câmpus Santo Ângelo, câmpus Santo Augusto, câmpus São Borja, câmpus São Vicente do Sul, câmpus avançado de Uruguaiana, polos de EAD, Centros de Referências (Figura 6). Possui oferta de cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação em articulação com as demandas do território de atuação, proporcionando a verticalização do ensino. A atuação pedagógica está voltada para a plena formação do cidadão profissional, passando pela articulação do ensino, pesquisa e extensão.

Figura 6 – Mapa com a localização das unidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (reitoria e câmpus)



Legenda: (1) reitoria; (2) câmpus Alegrete; (3) câmpus Frederico Westphalen; (4) câmpus Jaguari; (5) câmpus Júlio de Castilhos; (6) câmpus Panambi; (7) câmpus Santa Rosa; (8) câmpus Santo Ângelo; (9) câmpus Santo Augusto; (10) câmpus São Borja; (11) câmpus São Vicente do Sul; (12) câmpus Avançado Uruguaiana.

Fonte: IFFAR (2019).

Em 2009, o IFFAR iniciou as suas atividades com os câmpus Alegrete, Júlio de Castilhos, Santo Augusto e São Vicente do Sul. Nesse ano, também foi constituída a reitoria, no município de Santa Maria, inicialmente, reitoria a mesma foi composta por quatro pró-reitorias: Administração, Ensino, Extensão e Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação. A pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN) foi criada no segundo semestre de 2012, em atenção ao exposto no seu Estatuto, em que ações de todas as pró-reitorias devem estar em consonância

com as diretrizes educacionais brasileiras e promover a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Articulado com a Lei nº 11.892/2008, o Programa de Expansão da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia propiciou a ampliação da atuação deste instituto a partir de 2009. No ano de 2010, entraram em atividade os câmpus Santa Rosa, São Borja e Panambi. Em 2013, foi inaugurado o câmpus Jaguari, mesmo ano em que o CONSUP aprovou o primeiro Regimento Geral do IFFAR (Resolução nº 010/2013) e iniciaram-se as atividades no câmpus Avançado Uruguaiana. Em 2014 entrou em atividade o câmpus Santo Ângelo e foram realizadas as primeiras seleções de alunos de cursos técnicos subsequentes para os Centros de Referência de Carazinho, Santiago, São Gabriel, Santa Cruz do Sul, Quaraí e Não-Me-Toque.

Em 03 de julho de 2014, o processo de desvinculação do Colégio Agrícola de Frederico Westphalen (CAFW), iniciado na UFSM em 2011, foi aprovado pelo CONSUP daquela instituição e iniciou-se o processo de migração do CAFW para IFFAR – e em final de dezembro do mesmo ano (Portaria DOU 1.075) o câmpus Frederico Westphalen passou oficialmente a integrar o IFFAR. Em 2018, o IFFAR e a RFEPCT completaram dez (10) anos. Foi uma década em que a interiorização da educação pública gerou a oferta de milhares de vagas em cursos presenciais e a distância, promovendo desenvolvimento pessoal e social. No Instituto Federal Farroupilha, o ensino tem ênfase na integração de uma formação geral, laica, com princípios humanistas e de base cultural ampla, partindo de contextos regionais, e de uma formação voltada para o trabalho que ocorre por meio de cursos de Formação Inicial Continuada, Educação Básica Integrada à Educação Profissional, PROEJA, Cursos Técnicos Subsequentes, Cursos Superiores de Graduação, Pós-Graduação e Cursos de Extensão, todos atendendo, preferencialmente, às necessidades locais e regionais.

Os princípios basilares do ensino se concretizam por meio da oferta de cursos de diferentes níveis e modalidades e essas ofertas seguem as diretrizes e os percentuais previstos na Lei nº 11.892. A oferta dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, em todos os câmpus, formaliza o entendimento de que o Ensino Médio Integrado pode ser um forte instrumento na construção de uma educação profissional que também seja espaço da descoberta, da crítica e da proposição de relações mais democráticas, bem como de superação de relações de exclusão. Ainda, revela que abre caminho para metodologias integrativas e que a permanência e o êxito dos estudantes estão articulados com práticas e estudos referência nessa área.

A oferta de formação de professores e de cursos de licenciatura vai além das áreas demarcadas na base legal com o propósito de atender aos anseios do território de atuação. A oferta de cursos de pós-graduação se fortalece ao aderirmos ao Pro-FET, mestrado em rede pioneiro no país. Os cursos superiores (de licenciatura, de tecnologia e bacharelados), têm sido avaliados com conceitos que denotam a qualidade advinda do esforço institucional coletivo. Nessa década de ofertas de oportunidades a tantos jovens e adultos não só os cursos presenciais foram marca da instituição. Isso porque a EAD – desde 2007 o câmpus Alegrete havia aderido ao programa Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec Brasil/MEC) – também teve desenvolvimento significativo com a oferta de inúmeros cursos técnicos por meio do e-Tec Brasil, e a partir de 2011, pela Rede e-Tec, pelo PRONATEC e pelo Médio-TEC, nos câmpus e nos Centros de Referência.

A oferta de cursos de graduação por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB) teve início em 2018, assim como cursos técnicos e de graduação institucionalizados, evidenciando o propósito de ampliação da oferta própria de cursos EAD. Possui cento e vinte e oito (128) cursos aprovados pelo CONSUP, sendo setenta e dois (72) cursos técnicos e cinquenta e seis (56) cursos superiores, com, aproximadamente, treze mil alunos em 2018, avançou muito em dez anos, mas há muito a consolidar. O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do período 2019-2026 prevê atender aos objetivos identitários da instituição, responder aos desafios educacionais existentes, comprometer-se com a socialização qualificada do saber historicamente produzido e com a construção do conhecimento voltado às reais demandas da região de abrangência, levando em consideração as profundas transformações do cenário político, econômico e social.

Traz em sua missão promover a educação profissional, científica e tecnológica, pública e gratuita, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação integral do cidadão e no desenvolvimento sustentável. E como visão, ser excelência na formação de técnicos de nível médio, professores para a educação básica e demais profissionais de nível superior, por meio da interação entre ensino, pesquisa, extensão e inovação. E em seus valores aborda a ética; solidariedade; responsabilidade social, ambiental e econômica; comprometimento; transparência; respeito; gestão democrática e inovação. O Instituto Federal Farroupilha possui uma macroestrutura administrativa estabelecida pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a RFEPCT, e por portarias ministeriais (pelas quais são criados câmpus, por exemplo). A organização dos IFES é balizada pela Portaria nº 1.291, de 30 de dezembro de

2013, do MEC. Seus objetivos estratégicos que trazem evidências a este estudo são explicitados no Quadro 3.

Em relação à extensão, esta é compreendida como um processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico que promove a interação transformadora entre as instituições, os segmentos sociais e o mundo do trabalho local e regional, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, visando ao desenvolvimento socioeconômico, ambiental e cultural sustentável, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

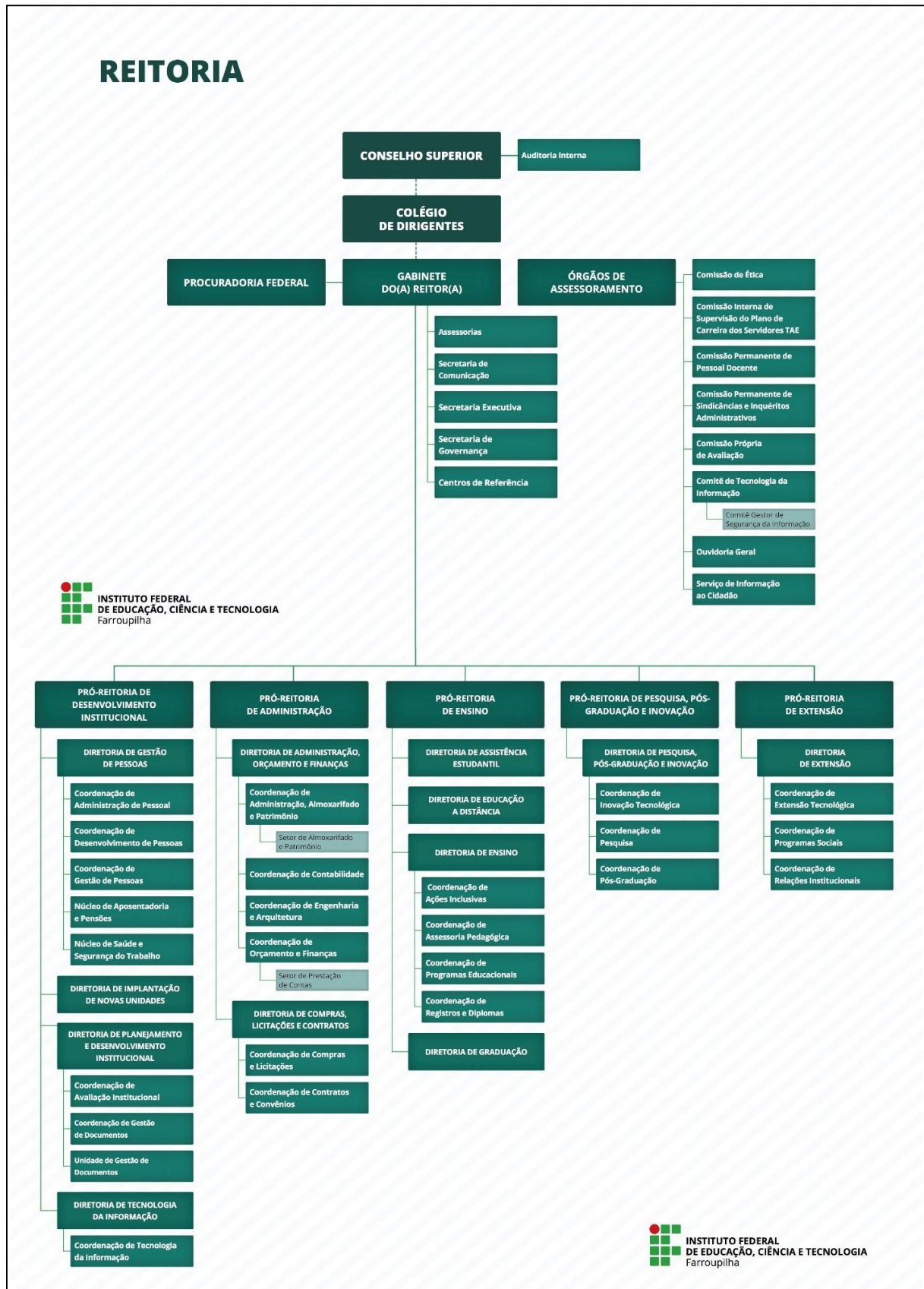
Quadro 3 – Objetivos estratégicos voltados ao tema pesquisado

OBJETIVO ESTRATÉGICO 4: FORTALECER A RELAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COM A SOCIEDADE LOCAL E REGIONAL.
OBJETIVO ESTRATÉGICO 5: FORTALECER AS AÇÕES DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA VOLTADAS ÀS DEMANDAS E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS/REGIONAIS.
OBJETIVO ESTRATÉGICO 6: OFERECER CURSOS COM EXCELÊNCIA, OBSERVANDO A VERTICALIZAÇÃO DO ENSINO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL/REGIONAL.

Fonte: IFFAR (2019).

Na construção de sua política institucional de extensão, o IFFAR teve como base os incisos IV, VI e VII, do Artigo 43 e inciso IV do Artigo 44, do Capítulo IV da Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) –, a Lei da Criação dos IFES (Lei nº 11.892/2008), as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e a Política de Extensão do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) e do Fórum de Pró-Reitores de Extensão ou Cargos Equivalentes das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (FORPROEXT). A estrutura administrativa do IFFAR é apresentada na Figura 7.

Figura 7 – Estrutura organizacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha



Fonte: IFFAR (2019).

4.3 IFSUL – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

O IFSUL⁴ é considerado uma instituição pública e gratuita vinculada ao MEC, com sede e foro na cidade de Pelotas no Rio Grande do Sul. Criado a partir da transformação do CEFET-RS, nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, da mesma forma que as demais, possui natureza jurídica de autarquia, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Sua administração tem como órgãos superiores o Colégio de Dirigentes (CODIR) e o CONSUP, cuja estruturação, competências e normas de funcionamento estão organizadas em seu Estatuto. A reitoria e os quatorze (14) câmpus estão distribuídos pelo Estado do Rio Grande do Sul, conforme apresentado na Figura 8.

Figura 8 – Mapa das unidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (reitoria e câmpus)



Fonte: IFSUL (2020).

Segundo a PNP (2021), que reúne dados da RFEPC, para fins de cálculos de indicadores, o Instituto atende um total de 24.369 discentes (ano base 2018), matriculados em cursos nas modalidades presencial e a distância. Também exerce o papel de instituição acreditadora e

⁴Texto baseado no relatório de Desenvolvimento Institucional, para mais detalhamento de informações acesse: <http://www.ifsul.edu.br/pdi>.

certificadora de competências profissionais. Também oferta ensino verticalizado com atuação na Formação Básica, Educação Técnica, Tecnológica e Superior – graduação e pós-graduação (*lato e stricto sensu*).

As finalidades e características, segundo seu Estatuto, são: ofertar EPT, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; desenvolver a educação profissional e a tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e de adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais; promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão; orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação deste Instituto Federal; constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito criativo e crítico; qualificar-se como centro de referência em educação, oferecendo formação inicial e continuada aos servidores públicos das redes de ensino; desenvolver programas de extensão e de divulgação científica, tecnológica e humanística; estimular e realizar a pesquisa, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico, tecnológico e humanístico; promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

A instituição tem como objetivo geral: promover condições de aprendizagem para a comunidade em todos os ambientes de atuação da Instituição. E, conforme o relatório PDI, ministrar educação profissional técnica de nível médio, na forma de cursos técnicos integrados e/ou subsequentes, dando prioridade à forma integrada; ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, preferencialmente, com a elevação dos níveis de escolaridade no caso de jovens e adultos sem o ensino fundamental, nas áreas da EPT; realizar pesquisa, estimulando aprendizagens e o desenvolvimento de soluções humanísticas, técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade; desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da EPT, em articulação com o mundo do trabalho e os

segmentos sociais, com ênfase na produção, desenvolvimento, aplicação e difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos, esportivos, culturais e ambientais; estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; ministrar em nível de educação superior: cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia; cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica e profissional; realizar cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento; ofertar cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e de especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; propor cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e de doutorado, que contribuam para promover a geração de conhecimentos em educação, ciência e tecnologia.

Opta como missão implementar processos educativos, públicos e gratuitos de ensino, pesquisa e extensão que possibilitem a formação integral mediante o conhecimento humanístico, científico e tecnológico e que ampliem as possibilidades de inclusão e desenvolvimento social. Sua visão expressa o desejo de ser reconhecida nacionalmente como instituição pública, inclusiva e gratuita, referência na educação profissional, científica e tecnológica, promovendo a inovação e o desenvolvimento regional e atuando como agente de transformação social.

Já em relação aos valores, o IFSUL se reconhece como instituição pública, gratuita e laica e se baliza pelos seguintes valores, calcados nos seus princípios previstos no Estatuto: justiça social, equidade e desenvolvimento sustentável: compromisso com a prática da justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática; pluralidade: desenvolvimento da cultura do pensar e do fazer, associando-os às atividades de ensino, pesquisa e extensão; excelência: verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão; formação integral: compromisso com a formação humana, com a produção e difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos e humanísticos; diálogo de saberes: organização didático-pedagógica dinâmica e flexível, com enfoque interdisciplinar, privilegiando o diálogo permanente com a realidade local e regional, sem abdicar dos aprofundamentos científicos, tecnológicos e humanísticos; democratização do conhecimento: compromisso com a educação inclusiva, com a permanência de discentes e com o processo educacional emancipatório; e gestão democrática e participativa: organização administrativa

que possibilite aos diversos câmpus inserirem-se na realidade local e regional, oferecendo suas contribuições e serviços resultantes do trabalho de ensino, pesquisa e extensão.

Tem como objetivo promover o desenvolvimento de ações de extensão de acordo com os princípios e finalidades da Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, promovendo a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social, ambiental e política, com uma formação profissional e cidadã. Também estimula e apoia processos educativos que levem à inovação social, à geração de trabalho e renda e à emancipação da pessoa na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico sustentável, local e regional.

A extensão, além de parte fundamental do processo educativo, é um importante instrumento de articulação entre a instituição e a sociedade, contribuindo para o fortalecimento do conhecimento científico, cultural e tecnológico. As ações de extensão oportunizam aos estudantes uma ampla interação com o ambiente profissional, o desenvolvimento do aprendizado com a prática, melhor conhecimento da profissão, além de oportunizar o conhecimento da realidade e perceber as possibilidades de atuação na comunidade, ampliando a sua formação profissional e cidadã. Os objetivos estratégicos traduzem estas preocupações, conforme se constata no PDI (Quadro 4).

Quadro 4 – Objetivos estratégicos

Promover inovação e tecnologia social	Produzir inovação e tecnologias sociais alinhadas às demandas da sociedade, buscando o desenvolvimento de soluções que contribuam com a transformação social a partir do processo de formação integral de estudantes.
Ampliar o envolvimento do IFSUL com a sua comunidade de abrangência	Promover a interação entre o IFSUL e a sua comunidade de abrangência de maneira sistematizada e amplificada, viabilizando acesso aos espaços institucionais para atendimento de demandas sociais e consolidando oportunidades de participação da sociedade nos processos decisórios da instituição.

Fonte: IFSUL (2020).

Para garantir o atingimento destes objetivos o IFSUL conta com uma estrutura organizacional (Quadro 5), à semelhança dos outros Institutos já caracterizados.

Quadro 5 – Estrutura organizacional do IFSUL

I	II	III
Órgãos colegiados	Reitoria	Câmpus
a) Conselho superior: unidade de auditoria interna. b) Colégio de dirigentes.	a) Reitor. b) Vice-reitor. c) Gabinete do reitor. d) Pró-reitorias: pró-reitoria de ensino, pró-reitoria de pesquisa, inovação e pós-graduação, pró-reitoria de extensão e cultura, pró-reitoria de administração e de planejamento e pró-reitoria de gestão de pessoas. e) Diretorias sistêmicas. f) Procuradoria Federal. g) Ouvidoria.	

Fonte: IFSUL (2020).

5 CATEGORIAS DE ANÁLISE, CARACTERIZAÇÃO DO LÓCUS DA PESQUISA E PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Neste capítulo, abordam-se as categorias e critérios de análise utilizados como orientadores da pesquisa, apresenta-se uma caracterização socioeconômica do Rio Grande do Sul e um perfil dos participantes que foram entrevistados neste estudo.

5.1 CATEGORIAS E CRITÉRIOS DE ANÁLISE

O roteiro das entrevistas realizadas nesta tese, junto aos dirigentes, gestores e sociedade civil (APÊNDICES A, B e C), foi elaborado com base em sete categorias de análise (Quadro 6): dimensão econômica, social e cultural; soluções técnicas e tecnológicas; cidadania; inserção social; diálogo com outras políticas setoriais; abrangência da região de atuação dos institutos; aderência à prática dos objetivos de criação desde a sua concepção.

Quadro 6 – Categorias de análise

N	Categorias	Critérios	Apêndices		
			A	B	C
1	Dimensão econômica, social, cultural	Cursos existentes. O que mudou com a implantação dos Instituto. Ações que envolvem a sociedade, a sua participação.			1, 2, 3
2	Soluções técnicas e tecnológicas	Existem projetos voltados para atendimento do município. Resultados são discutidos com a comunidade. Existem devolutivas dos projetos.			10, 11
3	Cidadania	Inclusão social, formação cidadã. Se há definição e discussão dos projetos com a sociedade.			20, 13
4	Inserção social	Como os institutos se inserem na sociedade, há participação dos alunos nos problemas sociais, participação em conselhos nos segmentos da sociedade. Há participação da sociedade nos Institutos. No PDI do instituto existe ações voltadas para a inserção social.			19, 6, 7, 4, 15
5	Diálogo com outras políticas setoriais	Se há participação com outros grupos sociais presentes nos municípios. E quais ações são realizadas.			7, 18, 5, 8
6	Abrangência da região de atuação dos Institutos	De onde vêm os alunos. Existe algum registro da abrangência dos cursos oferecidos.			12, 16, 19, 17
7	Aderência à prática dos objetivos de criação desde a sua concepção	Verificar a adesão aos objetivos traçados no início de sua concepção. Se houve mudanças no decorrer de sua concepção.			9, 14

Fonte: Elaborado pela autora.

Estas categorias e os respectivos critérios de análise foram definidas levando em consideração elementos de base teórica, estudos precedentes e matrizes de categorias e critérios utilizadas pelo Grupo Interdisciplinar de Estudos em Gestão e Políticas Públicas, Desenvolvimento, Comunicação e Cidadania (GPDeC) em pesquisas sobre participação e controle social de políticas públicas. Abordam-se, na sequência, cada uma das categorias de análise.

5.1.1 Dimensão econômica, social e cultural

Para fins de análise, leva-se em consideração que as dimensões fazem parte do desenvolvimento como citado pelos autores (SEN, 2011; FURTADO, 1984; FRANTZ, 2010; GOEBEL; MIURA, 2004), ressaltando a carência de oportunidades, a redução das desigualdades, a elevação de potenciais culturais para que atenda às necessidades das pessoas, o fato de que o desenvolvimento acontece na dinâmica social da economia, da política, da cultura, da educação e que o compromisso social acontece quando contribui para a sociedade formando capital humano. Nesse sentido, constata-se o quanto os IFES contribuíram para estas dimensões, com os cursos existentes, com a mudança que ocorreu com a implantação dos IFES, suas contribuições, sua atuação, ações que faz que envolve a sociedade e sua participação.

Sen (2011, p. 18) afirma que para que haja desenvolvimento este “requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade, pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos”. Traz o desenvolvimento como liberdade, redução às desigualdades sociais.

Furtado (1984) entende o desenvolvimento como um processo de transformação do mundo realizado pelo homem com o intento de atender as suas necessidades. Porém, não se limita a isso, pois para que se consiga atender essas necessidades os seres humanos e as sociedades precisariam elevar os seus potenciais de invenção cultural, conseguindo assim as transformações esperadas.

Ao ponderar sobre este conceito Frantz (2010) destaca que o processo de desenvolvimento, no entendimento deste autor, pode ser visto como um fenômeno que não se dá no vazio, ele acontece na dinâmica social da economia, da política, da cultura, da educação etc., podendo ser considerado como um processo dinâmico de melhoria, evolução, avanço de várias dimensões.

As IE fazem parte desse processo dinamizador de desenvolvimento local e regional, logo seu compromisso social acontece quando contribui para a sociedade formando capital humano de forma a colaborar com o desenvolvimento e propiciar a geração e desenvolvimento, social, econômico e cultural ao seu redor, conforme Goebel e Miura (2004).

5.1.2 Soluções técnicas e tecnológicas

Levando em consideração a Lei nº 11.892, de criação dos IFES, verificar de que forma, acontecem as soluções técnicas e tecnológicas para atender as demandas da sociedade. Se nestes Institutos existem projetos voltados para atendimento do município, se os resultados são debatidos com a comunidade, se existem devolutivas dos projetos. E, também, com base em Frantz (2010) e Furtado (1984), quando argumentam que o desenvolvimento não se dá no vazio, mas na dinâmica social, ou seja, nas inter-relações entre atores sociais. Tal tópico analisado é expresso na Lei nº 11.892, art. 6º:

Os Institutos Federais têm por finalidades e características: I – ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; II – desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais; [...]. (BRASIL, 2008).

5.1.3 Cidadania

No âmbito dos IFES analisar algumas das ações que contemplam a inclusão social, a formação cidadã na ótica de constatar se há definição e discussão dos projetos com a sociedade. Levando em consideração a atuação dos Institutos no desenvolvimento local e regional, para Pacheco (2010), atuar em favor do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção a cidadania constitui uma das finalidades dos IFES. Para tanto, é necessário um diálogo vivo e próximo dessas instituições com a realidade local e regional, buscando a compreensão de seus aspectos essenciais.

Reforçando essa perspectiva, Sen (2011, p. 18) afirma que para que haja desenvolvimento este “requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade, pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços

públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos”. Desta forma, defende o desenvolvimento como liberdade e redução das desigualdades sociais.

5.1.4 Inserção social

Nesta categoria aborda-se de que modo os institutos se inserem na sociedade, levando em conta o conceito de território, se houve participação dos alunos nos problemas sociais, participação em conselhos nos segmentos da sociedade, participação da sociedade nos Institutos, se em seus relatórios de Gestão, PDI do Instituto existe ações voltadas para a inserção social.

Tendo como referência as abordagens teóricas dos autores que elucidam este conceito, o território é um processo social e, para Moraes (2000), ele não pode existir sem uma sociedade que o crie e que o qualifique, sendo construído com base na apropriação e na transformação dos meios criados pela natureza, isto é, um produto socialmente elaborado, resultado histórico da relação de um grupo humano com o espaço que o abriga, sendo, antes de qualquer coisa, dinâmico.

Entende-se, portanto, que se faz necessário pensar os IFES, do ponto de vista político, pois isso representa a superação de visões reducionistas e a instituição de uma política pública que concorra para a concretização de um projeto viável de nação. Isso compreende definir um lugar nas disputas travadas no âmbito do Estado e da sociedade civil, no qual este lugar seria o território, arena de negociações nos processos políticos decisórios, espaços, para além das fronteiras geopolíticas, onde se constroem e se estabelecem identidades e sentimento de pertencimento. Neste sentido, a noção de território se confunde com a rede social (PACHECO, 2010).

5.1.5 Diálogo com outras políticas setoriais

Quanto à participação articulada com outros grupos sociais presentes nos municípios e quais ações são realizadas, verificar se esta ocorre especialmente nas decisões municipais e governamentais a partir dos conselhos, reuniões e outros. Este fato é relevante, pois para Buarque (1999), o desenvolvimento local implica na articulação de vários atores e esferas de poder, seja a sociedade civil, ONGs, instituições privadas, públicas e o próprio governo e que cada um dos atores tem seu papel para contribuir com o desenvolvimento local.

5.1.6 Abrangência de atuação dos institutos

Intenciona verificar a procedência dos discentes e se existe algum registro da abrangência dos cursos oferecidos, como forma de saber se nos Institutos existem limites de abrangência de atuação entre eles, pois algumas regiões são próximas. Quanto à procedência, os alunos são de várias localidades, notadamente das regiões mais próximas. Quanto à atuação, Pacheco (2010) afirma que os IFES ressaltam a valorização da educação e das instituições públicas, e isso:

[...] pressupõe o combate às desigualdades estruturais de toda ordem. Portanto, é na compreensão das estruturas institucionais e na intervenção nas relações sociais moldadas por diferentes interesses e expectativas que os Institutos Federais assumem o papel de agentes estratégicos na estruturação das políticas públicas para a região que polarizam, estabelecendo uma relação mais direta junto ao poder público e as comunidades locais.

5.1.7 Aderência à prática dos objetivos de criação desde a sua concepção

Trata de analisar se nos IFES houve a adesão à prática dos objetivos traçados no início de sua concepção, com a intenção de detectar se houve mudanças e quais ocorreram. Conforme a Lei nº 11.892, de sua criação que aponta suas finalidades e características, no entendimento de Pacheco (2010), com a cooperação entre Estados e municípios, ocorreu a expansão da rede, visando a ampliação da oferta de cursos técnicos, sobretudo na forma de ensino médio integrado, inclusive utilizando a EAD; e que os processos de formação para o trabalho estejam visceralmente ligados à elevação da escolaridade.

Reiterando o que diz a Lei nº 11.892, art. 6º:

Os Institutos Federais têm por finalidades e características: I – ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; II – desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais. (BRASIL, 2008).

Pacheco (2010) esclarece que a implantação dos IFES está relacionada ao conjunto de políticas em curso para a EPT. E, para trilhar o caminho que leva a essas instituições, passa-se necessariamente pela expansão da rede Federal; pelas medidas que, em cooperação com Estados e municípios, visam a ampliação da oferta de cursos técnicos, sobretudo na forma de

ensino médio integrado, inclusive utilizando a EAD; pela política de apoio à elevação da titulação dos profissionais das instituições da rede Federal, com a formação de mais mestres e doutores, e pela defesa de que os processos de formação para o trabalho estejam visceralmente ligados à elevação da escolaridade, item em que se inclui o PROEJA.

5.2 CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS REGIONAIS, SOCIAIS E ECONÔMICAS DO RIO GRANDE DO SUL

De acordo com o Atlas Socioeconômico (2021)⁵, o Estado do Rio Grande do Sul está localizado no extremo sul do Brasil, sendo formado por quatrocentos e noventa e sete (497) municípios e sua área total é de 281.707,15 km², incluindo as áreas das Lagunas dos Patos e Mirim. E conta com uma população de 11.422.973 habitantes, aproximadamente 5,4% da população brasileira, é o sexto Estado mais populoso do Brasil. Possui uma grande diversidade cultural e de paisagens, e sua formação étnica, destaca-se a presença de descendentes de povos indígenas, negros e europeus.

Em relação ao relevo, apresenta altitudes que atingem até 1.398 m, o clima é temperado do tipo subtropical, caracterizando-se pelas baixas temperaturas no inverno e a vegetação é diversificada, com importantes áreas remanescentes da Mata Atlântica, parte do Bioma de mesmo nome, além de campos nativos que caracterizam o Bioma Pampa e as terras altas do Planalto Meridional. Possui um quadro diferenciado quanto aos indicadores sociais no comparativo com os demais Estados da federação, destacando-se pelos baixos índices de mortalidade infantil, próximo de dez óbitos por mil nascidos vivos; esperança de vida ao nascer superior a 77 anos e taxa de alfabetização superior a 96%.

Estes indicadores colocam o Rio Grande do Sul entre os Estados de melhor qualidade de vida no país. A sua produção econômica também se destaca, com 6,5% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional em 2018, colocando o Estado em quarto (4º) lugar entre os Estados da Federação. O PIB *per capita* situa-se próximo a 37 mil reais/ano. Abaixo, Figura 9, consta o mapa de localização do Rio Grande do Sul.

⁵Texto baseado nas informações contidas no *site*: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/caracteristicas-gerais>.

Figura 9 – Mapa de localização do Rio Grande do Sul



Fonte: ATLAS SOCIOECONÔMICO (2021).

A origem da ocupação do território rio-grandense⁶ explica um pouco sobre as diferenças de distribuição da população que ocorreu em várias etapas. Primeiramente as reduções jesuíticas, fundadas a partir de 1626, deram origem aos primeiros povoados organizados no Rio Grande do Sul, além da ocupação original por indígenas, em 1640, os jesuítas atravessaram o Rio Uruguai em direção ao território argentino e, depois de quarenta (40) anos, retornaram organizando a estrutura comunitária dos Sete Povos das Missões. Estes se tornaram centros econômicos importantes, dedicando-se à produção de erva-mate, extração de couro e atividades criatórias. No século XVIII, a estratégia adotada pela Coroa Portuguesa para garantir a posse e defesa das terras localizadas no extremo sul do Brasil foi a instalação de acampamentos militares e a construção de fortes e presídios, bem como a distribuição de sesmarias às pessoas de prestígio e/ou militares.

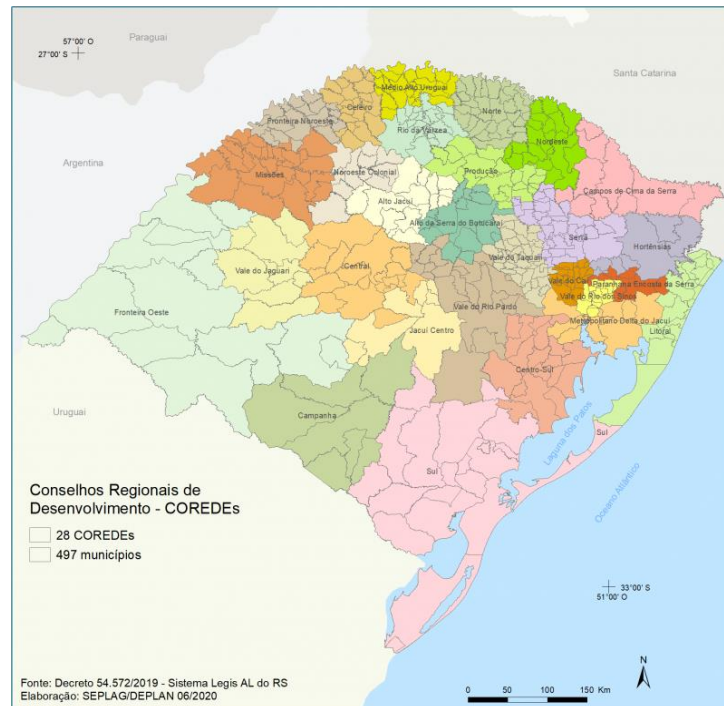
⁶Texto baseado nas informações contidas no *site*: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/caracteristicas-gerais>, para mais informações e leituras acesse.

Até a metade do século XIX, desenvolveu-se no Rio Grande do Sul, uma pecuária voltada à produção de charque, ciclo responsável pela grande prosperidade do sul do Estado e das cidades de Bagé, Pelotas e Rio Grande, dentre outras. Os açorianos ocuparam o território do Rio Grande do Sul, a partir de 1752, fixando-se em Rio Grande, Mostardas, São José do Norte, Taquari, Santo Amaro (Rio Pardo), Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha, Cachoeira do Sul e Conceição do Arroio (Osório). Receberam terras para desenvolver atividades agrícolas, principalmente a produção de trigo e, dessa forma, abastecer a Colônia. Essa ocupação possibilitou o surgimento de propriedades rurais menores e, também, criou a base para o surgimento de inúmeros núcleos urbanos. Durante todo o século XIX, o Rio Grande do Sul foi influenciado pelo processo de assentamento da imigração europeia, inicialmente alemã (1824), e, posteriormente, italiana (1875), localizadas principalmente na região nordeste do Estado.

Como resultado, a área tornou-se mais dinâmica, embora a pecuária continuasse ocupando o centro da atividade econômica e política do território rio-grandense. A posterior diversificação industrial e a crescente urbanização do eixo Porto Alegre-Caxias do Sul, tornou esta região mais atrativa aos empreendedores. O norte do Estado foi povoado basicamente a partir da expansão das áreas coloniais alemãs e italianas e da chegada de novos grupos étnicos. A produção diversificada, baseada em pequenas propriedades, criou uma distribuição de renda menos concentrada, resultando na formação uma rede urbana formada por pequenos núcleos próximos entre si. Assim, a origem da ocupação do território rio-grandense explica, em parte, as diferenças de distribuição da população no Estado. No sul do Estado está concentrada predominantemente nas cidades de porte médio, refletindo o predomínio das atividades extensivas das grandes propriedades rurais que criaram espaços rarefeitos e uma rede urbana dispersa. Nas regiões de pequena propriedade, em especial no norte do Estado, o parcelamento da terra gerou uma estrutura político-administrativa mais pulverizada. Esta distribuição fundiária resultou em maior densidade da rede urbana na metade norte em contraposição ao sul.

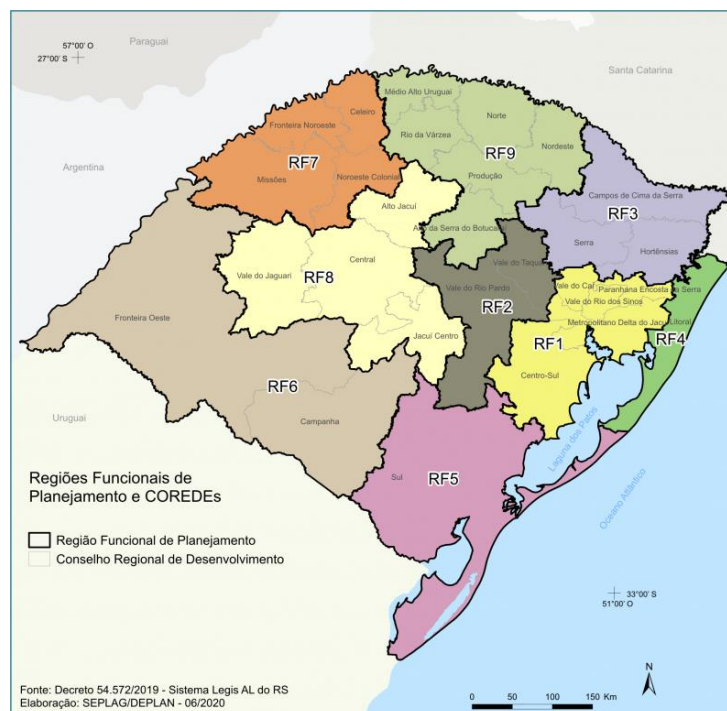
A partir da década de 1990, a sociedade gaúcha organizou-se regionalmente nos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), hoje em número de vinte e oito (28) (Figura 10), protagonizados pela sociedade gaúcha para o processo de promoção do desenvolvimento regional. Em 2006 foram adotadas pelo governo estadual as Regiões Funcionais de Planejamento (RFP), que se subdividem nos COREDEs. Assim, as RFP e os COREDEs (Figura 11) passaram a ser a divisão regional para o processo e planejamento no Estado gaúcho.

**Figura 10 – Mapa do Rio Grande do Sul com a divisão por
Conselhos Regionais de Desenvolvimento**



Fonte: ATLAS SOCIOECONÔMICO (2021).

Figura 11 – Mapa do Rio Grande do Sul com as regiões funcionais de planejamento

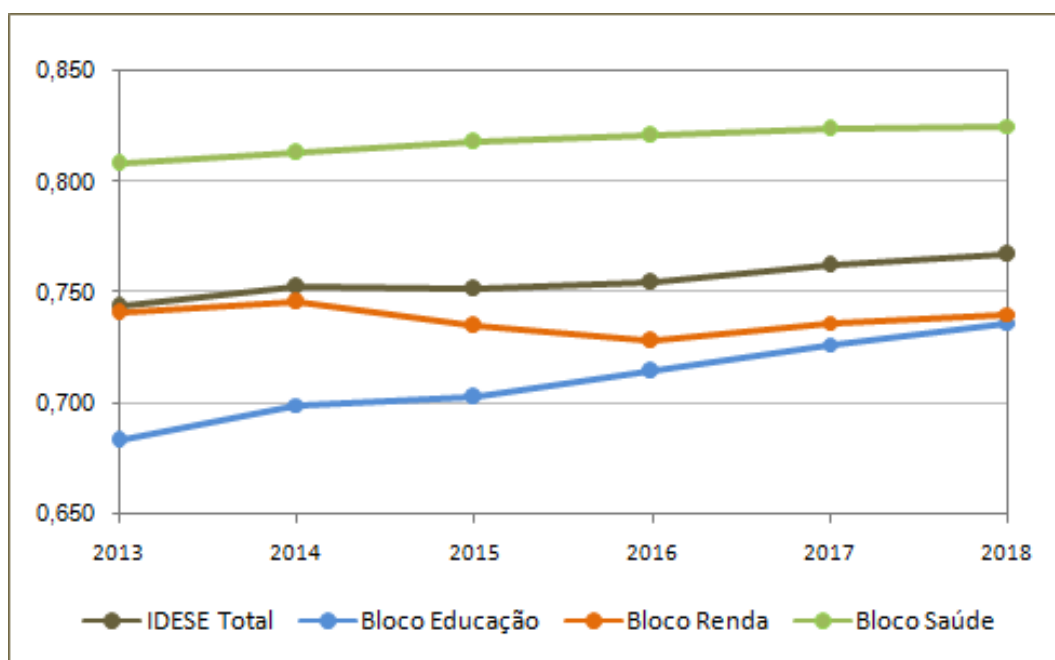


Fonte: ATLAS SOCIOECONÔMICO (2021).

Portanto, para fins de planejamento, os COREDEs são agrupados em nove (9) RFP. Essa regionalização foi definida pelo Estudo Rumos 2015 (RIO GRANDE DO SUL, 2006), com base em critérios de homogeneidade econômica, ambiental e social e em variáveis relacionadas à identificação das polarizações de emprego, dos deslocamentos por tipo de transporte, da hierarquia urbana, da organização da rede de serviços de saúde e educação superior entre outros. A regionalização dos COREDEs e das RFP corresponde às escalas utilizadas atualmente como referência para elaboração de vários instrumentos de planejamento como o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), além de outros diagnósticos e estudos prospectivos.

Para ampliar a visão em relação ao panorama do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE), no período de 2013-2018 (Figura 12).

Figura 12 – Gráfico da evolução do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico do Rio Grande do Sul por blocos 2013-2018



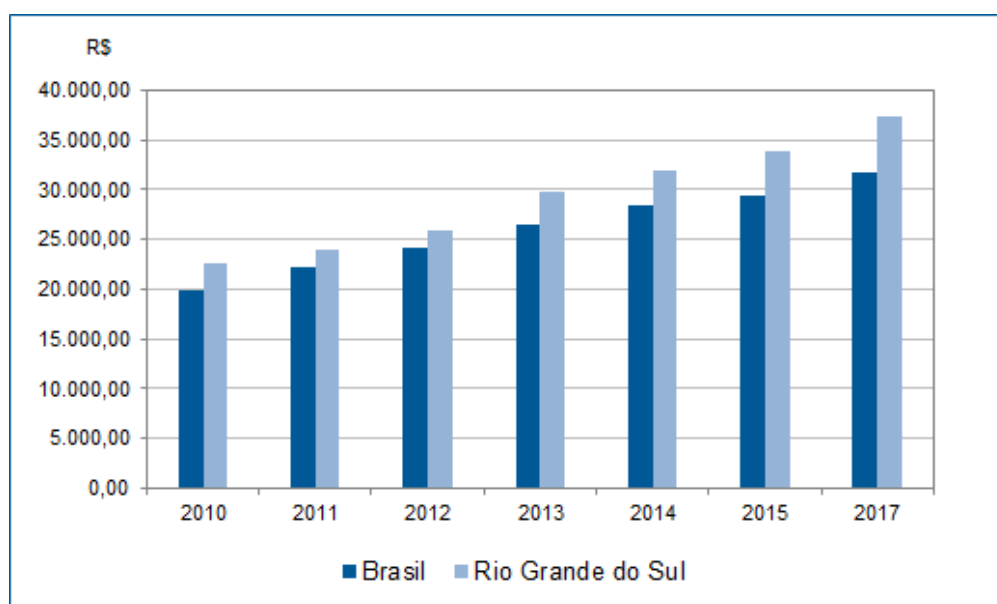
Fonte: RIO GRANDE DO SUL (2020).

O IDESE é um índice sintético que tem por objetivo medir o grau de desenvolvimento dos municípios do Rio Grande do Sul. Constitui-se no resultado da agregação de três blocos de indicadores. Para cada uma das variáveis que compõem os blocos é calculado um índice, entre 0 (nenhum desenvolvimento) e 1 (desenvolvimento total), que indica a posição relativa para os municípios. São fixados, a partir disto, valores de referência máximo (1) e mínimo (0) de cada variável. O índice final de cada bloco é a média aritmética dos índices dos seus sub-blocos.

Considera-se a classificação do índice em alto (acima de 0,800), médio (entre 0,500 e 0,799) e baixo (menor de 0,499). O Rio Grande do Sul encontra-se no patamar de médio desenvolvimento, com índice de 0,767 em 2018. O bloco saúde, embora tenha avançado menos do que os demais no período de 2013 a 2018, é o único dos três que se encontra no nível de alto desenvolvimento. Os blocos educação e renda se encontram no nível médio, sendo que a educação teve maior crescimento e a renda uma leve queda nestes 5 anos (RIO GRANDE DO SUL, 2020).

É relevante para este estudo, também, mostrar a evolução do PIB *per capita* do Brasil e Rio Grande do Sul – 2010-2017 (em R\$), conforme vê-se na Figura 13.

Figura 13 – Evolução do Produto Interno Bruto *per capita* do Brasil e Rio Grande do Sul – 2010-2017 (em R\$)



Fonte: ATLAS SOCIOECONÔMICO (2021).

O PIB *per capita* gaúcho aumentou em 65,5% nos últimos sete anos, passando de R\$ 22.556,00 (vinte e dois mil e quinhentos e cinquenta e seis reais) em 2010 para R\$ 37.371,27 (trinta e sete mil e trezentos e setenta e um reais e vinte e sete centavos) em 2017. O PIB brasileiro cresceu num patamar um pouco menor, passando de R\$ 19.876,68 (dezenove mil e oitocentos e setenta e seis reais e sessenta e oito centavos) para R\$ 31.833,50 (trinta e um mil e oitocentos e trinta e três reais e cinquenta centavos) neste mesmo período.

Cabe, ainda, destacar que os municípios nos quais foram realizadas as entrevistas nesta pesquisa, pertencem as diferentes RFP e COREDEs (Quadro 7).

Quadro 7 – Região funcional de planejamento e Conselhos Regionais de Desenvolvimento das cidades pesquisadas

Município	COREDE	Região funcional de planejamento
Ibirubá	Alto Jacuí	RFP8
Passo Fundo	Produção	RFP9
Santo Ângelo	Missões	RFP7

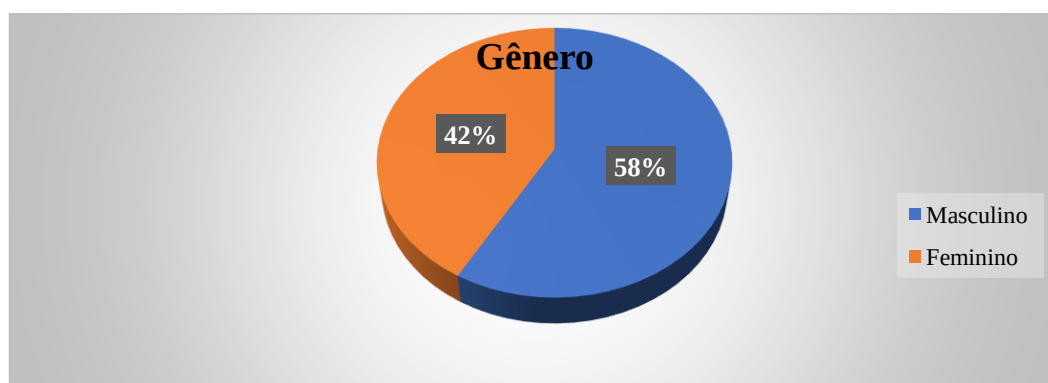
Fonte: Elaborado pela autora, baseado na tabela dos municípios do ATLAS SOCIOECONÔMICO (2021).

Ao analisar a atuação dos IFES, verifica-se que estão localizados em diferentes regiões, com diferentes arranjos produtivos locais e com diversidade culturais, sociais e econômicas. Observa-se que as formas de inserções se diferenciam de uma instituição para outra, e que o tempo de atuação local não mensura um maior ou menor grau de inserção, e nem o tamanho do município, percebe-se, pela pesquisa realizada na sociedade, que são as relações sociais estabelecidas, que o determinam. E que a participação da sociedade nos Institutos e dos Institutos na sociedade, é um fator determinante para sua inserção. Muitas participações acontecem em momentos pontuais, o que caracteriza um desafio para os IFES aumentar o diálogo e a participação da sociedade.

5.3 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Dentre os respondentes na pesquisa realizada junto aos reitores, dirigentes e integrantes da sociedade civil organizada, 58% são homens e 42% são mulheres (Figura 14).

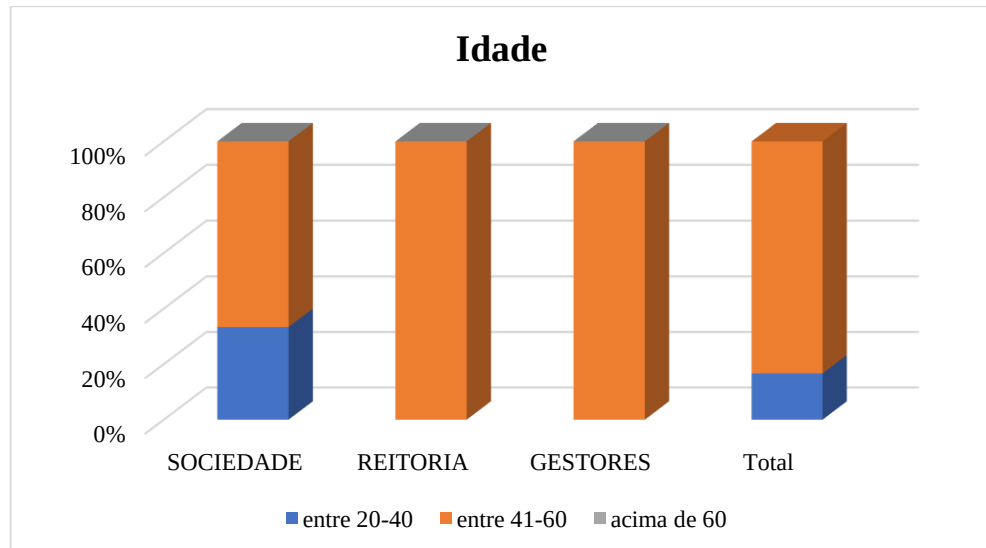
Figura 14 – Perfil dos respondentes por gênero



Fonte: Elaborado pela autora.

No que se refere à idade dos entrevistados, 83,33% têm idades compreendidas entre 40 e 60 anos (Figura 15).

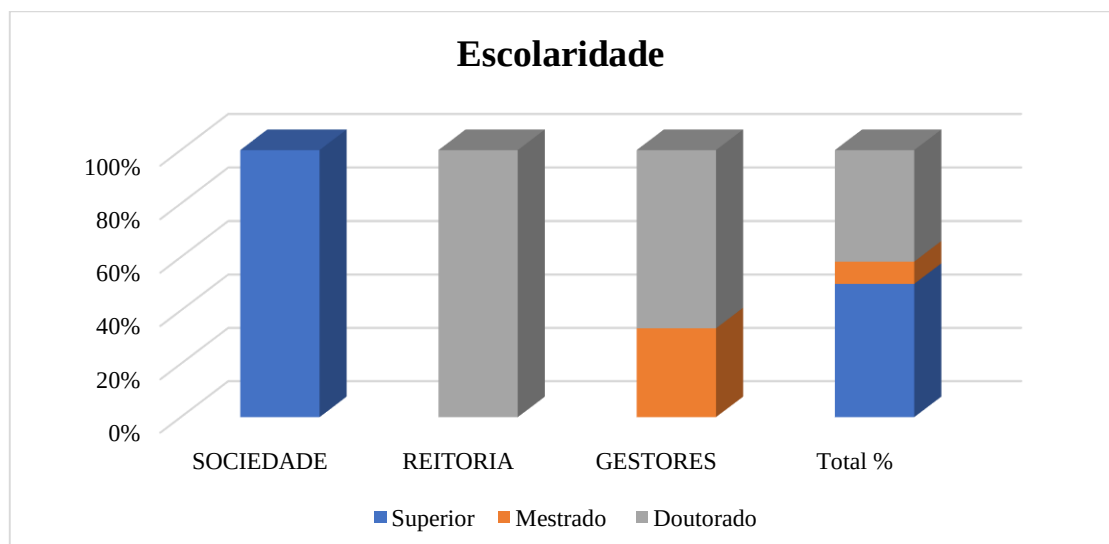
Figura 15 – Perfil dos respondentes por idade



Fonte: Elaborado pela autora.

Já em relação à escolaridade 50% têm curso superior, 41,66% com doutorado, 8,34% possuem mestrado (Figura 16).

Figura 16 – Perfil dos respondentes por escolaridade

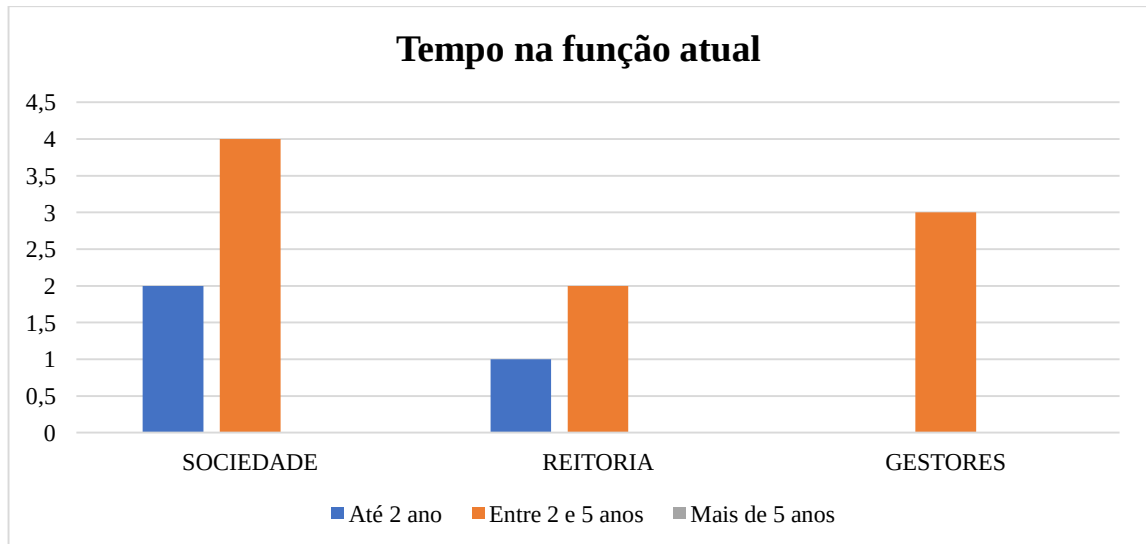


Fonte: Elaborado pela autora.

O tempo de permanência nos cargos entrevistados estão com 25% do total de respondentes até dois anos e 75% entre dois e cinco anos na função (Figura 17). Verifica-se que o tempo no

serviço público para os respondentes reitores e dirigentes segue acima de cinco anos e todos exerciam cargos de gestão anterior ao cargo atual.

Figura 17 – Perfil dos respondentes por tempo na função atual



Fonte: Elaborado pela autora.

Para preservar a identidade dos respondentes, foi utilizado um código para as respostas de cada participante. Para os dirigentes das instituições nas reitorias, utilizou-se D (dirigente), G (gestores locais dos câmpus) ou S (entrevistado da sociedade), seguido de letras A, B, C etc. (identificando os entrevistados) e seguido de números 1, 2, 3 etc. (número da categoria a que se refere a resposta).

6 ANÁLISE DA DINÂMICA DOS INSTITUTOS FEDERAIS DO RIO GRANDE DO SUL COM BASE NA PERCEPÇÃO DAS REITORIAS E DIRIGENTES, GESTORES

Primeiramente apresentam-se as análises das categorias referente ao grupo de entrevistado (DA, DB, DC), trazendo uma visão global e, posteriormente, com uma visão mais local será o grupo de entrevistados (GA, GB, GC), e, por último, as análises do nível 2 (SA, SB, SC, SD, SE, SF). Observa-se que, os grupos dos entrevistados nível 1, tanto os DA, DB, DC como os GA, GB, GC, e os de nível 2, entendem que as instituições trazem diversas contribuições para o desenvolvimento, seja no aspecto, social, econômico e cultural. O que é demonstrado, a partir das categorias já definidas, seus critérios de análise e sua dinâmica. Em relação à inserção territorial não há um consenso entre os entrevistados, cada um tem uma visão de como isso ocorre e de que existem diferentes desafios neste processo. A análise das entrevistas realizadas é apresentada considerando-se, como elemento principal, as categorias de análise, em cada uma delas as percepções dos entrevistados serão exibidas em conjunto, de acordo com a relevância da opinião, do significado dela para a compreensão do tema e dos critérios de análise.

6.1 DIMENSÃO ECONÔMICA, SOCIAL E CULTURAL

A primeira categoria se refere à dimensão econômica, social e cultural, e, conforme a percepção dos entrevistados, percebe-se uma avaliação positiva no que se refere às contribuições quantos a esses aspectos.

De acordo com DA.1, *“essa capilaridade, essa interiorização para mim foi a principal virtude na criação dos institutos e universidades federais, historicamente, e concentrar em grandes centros, regiões metropolitanas e cidades grandes do interior do Estado”*⁷. Essa lógica de distribuição de levar a educação pública gratuita de qualidade de pesquisa e desenvolvimento para o interior do Estado, é uma forma muito benéfica para a sociedade como um todo, pois a própria pesquisa local vai elevar o desenvolvimento regional para cidades e regiões que eram desprovidas disso. Muitas universidades federais ficavam à distância de 300 km ou mais para estudar, agora a interiorização propiciou para muitas pessoas ter uma educação com qualidade.

⁷Optou-se em usar a forma itálico para diferenciar as falas dos entrevistados das demais citações de atores na Tese.

Em relação ao desenvolvimento pode-se notar que seu conceito é bastante complexo e envolve vários fatores, especialmente a educação que oportuniza que o mesmo aconteça, conforme DA.1:

[...] desenvolvimento regional, de uma forma muito resumida, é a capacidade que uma dada região geográfica tem de encontrar soluções para os seus problemas e aí é um somatório de coisas, né? E a gente não sabe muito bem o que é causa e o que é consequência, mas disso tudo eu tenho certeza é que a educação, em primeira análise, sempre vai constar como algo muito importante e necessita de IE de qualidade para poder formar bem as pessoas para que elas tenham condições de ter bons empregos bons cargos, boas funções na sociedade. Isso tudo vai gerar renda, isso tudo vai trazer e vai atrair empresas para aquela cidade, porque uma indústria vai assentar lá onde ela vai ter mão de obra qualificada capaz de atender às suas demandas. Então, é uma relação muito complexa. E eu posso entender que, grosso modo, que o desenvolvimento regional ele vai entrar como qualidade de vida para as pessoas que vivem naquela região. [...] qualidade de vida ... a gente não tem saúde, educação, acesso à cultura, emprego e renda, que é algo fundamental, né? É hipocrisia falar sobre esses outros fatores ... a gente não fala de emprego e renda e para ter emprego e renda eu preciso atrair comércio e indústria. E aí tudo é uma relação muito intrínseca, né? De repente é difícil separar o que causa é consequência, tem gente, [...] chega e olha: que bom aqui tem desenvolvimento porque a sociedade consegue. E volta a origem da minha resposta: resolver seus problemas nessa região. Olha tem um problema aqui a gente não consegue resolver, bom tem muitos anos em cima tem opção de pesquisa, então acho que esse somatório de fatores leva a esse conceito tão difícil [...] para mim te explicar que é o desenvolvimento regional.

Em relação ao desenvolvimento científico, tecnológico e cultural que os IFES fazem e o desenvolvimento social econômico cultural, percebe-se, na fala de DA.1 que ver essa contribuição de forma prática leva tempo (nasceu lá em 2008), pois no início era difícil de ser notada e é preciso tempo, pois tem o período de consolidação, mostrar para a sociedade que aquela educação é importante para a região. Porém, atualmente, fica mais evidente esse processo, através dos projetos de pesquisa e extensão em parceria com a sociedade, verticalização do ensino, cursos técnicos, bacharelados presenciais e a distância, além de uma enorme abrangência dos IFES. Em relação às cidades de interior a participação da sociedade é mais abrangente que nas capitais, porém a capilaridade está presente em toda a instituição e a inserção no território no interior se torna bem mais presente que nas capitais, pois consegue se aproximar mais das prefeituras, das câmaras de vereadores e em ações com as entidades comerciais e industriais. Esse desenvolvimento social, econômico e cultural, acontece nos Institutos de forma bastante ampla, desde os cursos que qualificam estudantes para o mercado até os projetos de extensão que são realizados para soluções de problemas locais.

Já para DB.1, no que diz respeito às contribuições sociais, econômicas e culturais, estas seguem a mesma lógica, sendo difícil separá-los, pois uma impacta na outra. Observa-se que em seu

entendimento tal indissociabilidade consiste numa forma de contribuir no aperfeiçoamento da sua comunidade e isso requer presença constante. “*Sempre buscar, tá sendo parceiro das Comunidades*” (DB.1).

DB.1 também fala de uma contribuição mais abrangente no que se refere a esse momento de pandemia que se está vivendo:

Para a gente poder contribuir neste movimento global, por exemplo, trago [...] a pandemia. [...] boa parte de nossos câmpus fizeram uma série de ações para contribuir no tratamento da pandemia ... bom isso é desenvolvimento também, [...] porque contribuí com o enfrentamento.

Outra contribuição mencionada por DB.1 se refere aos cursos ofertados, técnicos superior e pós-graduação, cursos de formação continuada, oportunidades que geram contribuição também mediante o conhecimento para que as pessoas possam buscar dinheiro para a engrenagem das cidades e sua sobrevivência:

[...] e nesse sentido, estar oferecendo mil vagas desses cursos [...], não só para as regiões de abrangência dos nossos quatorze (14) câmpus, é como presentear, porque eram cursos a distância na questão proposta de interação social e também com ações de apoio à microempresa, [...] com o empreendedor horista, mas de inovação tecnológica também tivemos aí a possibilidade de ter vindo de uma cooperativa, uma cooperativa de alunos, [...] Pensando nessa questão [...] do desenvolvimento social, nós temos dinheiro de um curso e também fora de sede dos 14 câmpus, que era a Cidade de Canguçu, [...] que também lida com essa questão social porque era para filho de pequenos agricultores. Então a gente tem essa visão global do desenvolvimento regional, não apenas econômico. [...] tem que ver o a abrangência de todas as áreas.

DB.1 aborda que essa integração das dimensões econômica, social e cultural, ocorrem com os cursos disponibilizados, programas, parcerias com as comunidades, principalmente a partir da extensão e da pesquisa, que é momento em que o conhecimento é aplicado e disponibilizado para a sociedade, trazendo um envolvimento com a comunidade externa. Então, são muitas as ações que se desenvolvem nos câmpus, uma vez que existe a tentativa de se respeitar a autonomia máxima deles, tanto no sentido pedagógico quanto administrativo, exatamente para preservar a questão cultural de que cada um possui e que está dentro de uma dentro de uma sociedade, pois cada região, município, grupo social tem suas características. Inclusive, nos câmpus mais novos, que não têm todo o conhecimento dos institutos há necessidade de fazer um trabalho de divulgação diferente do que os demais, fazer um trabalho de parceria diferente, porque ele precisa ainda ser conhecido e se posicionar, sem contar a estrutura de um câmpus

novo, com menos pessoal, mas deve fazer seu nicho, encontrar seu espaço. Esses câmpus novos têm que convidar as lideranças regionais para irem até uma audiência pública e conhecerem a instituição e, também, ouvir o quanto às características daquela região, necessidades daquela região. Para que a Instituição possa estar atendendo as expectativas, sendo que em alguns deles câmpus isso funciona efetivamente e em outros ainda existem mais dificuldade de conseguir fazer essa regionalização. Muitos têm seus projetos de extensão voltados para as questões de atendimento ao indígena, então aumenta bastante o trabalho, principalmente se existem limitações da própria instituição no sentido de ter pessoal suficiente para dar conta das necessidades.

Porém, quando o câmpus está há mais tempo constituído e já possui uma maior estrutura a concepção de contribuição social, econômica e cultural, fica um pouco diferente. Conforme DB.1:

[...] é uma história um pouco diferente por causa do seu tempo maior de existência, [...] e sua estrutura maior até agora [...] e se quiser pode ficar à vontade. [...] Há também a distância entre os câmpus e os polos de educação à distância, com seu atendimento, contribuem para o desenvolvimento dessas pessoas dessas regiões. São cento e quarenta e dois (142) municípios intermediários que estão sendo atingidos por esses câmpus nessas três cidades. [...], sem falar nos polos de educação à distância. Contabilizando só dos treze (13) câmpus, dados de 2020, indicam que em torno de 15,66% da população estava representada. Isso só para representar um pouquinho essa capilaridade e o alcance das nossas unidades e da instituição como um todo. Outra questão que vem [...] a calhar é a questão da interação. A gente comentou bastante dessa participação dos institutos, enfim, a partir dos cursos aprender que é nessas audiências que você chama essas comunidades. Porque, de uma certa forma, a audiência é uma forma de você interagir.

DB.1 comenta que os diretores dos câmpus têm feito um relacionamento muito efetivo com as prefeituras e com o setor produtivo também, por exemplo, quando Charqueadas tem os seus estagiários em indústrias da cidade de grande porte e que “*todos os campos fazem isso*”.

Na visão de DC.1, no que se refere a esta categoria de contribuição para o desenvolvimento social econômico e cultural, há alguns aspectos a destacar, uma vez que:

[...] os institutos são referências para vários projetos do governo federal, PRONATEC, Mulheres Mil (tinha um grupo da sociedade, mulheres em situação de vulnerabilidade, pessoas que não assinavam) tem o lado do empoderamento das pessoas e no econômico, proporcionar o desenvolvimento regional, tem a questão potencializar os arranjos produtivos locais, desenvolver o local, estabelecer parcerias com o público e privado.

Percebe-se que a criação dos IFES foi uma estratégia de interiorizar a educação pública para que milhares de jovens pudessem realizar cursos superiores e técnicos para fortalecer algumas áreas nessas regiões. Para DC.3, *“a oferta dos cursos se volta para os arranjos produtivos locais de cada cidade, fortalecendo essas áreas, no escopo geral são seiscentos e setenta e sete (677) câmpus de IFES no Brasil”*. Estes abrem oportunidades para adolescentes e adultos encontrarem formação de qualidade, *“se fixarem nesses locais, atuarem e mudarem a lógica de crescimento e formação nesses locais”*. A interiorização dialoga com a permanência nas pequenas cidades, na lógica de não ter o crescimento tão expressivo nos grandes centros urbanos, desta forma, DC.3 argumenta que é:

Evitando a pobreza, a marginalização e outras séries de questões que envolvem esse desenvolvimento regional. Mas no movimento inverso, e que a gente tem clareza que só vai impactar a partir de uma década, contribuindo com a formação, contribui para que espaços públicos e privados, a saúde e educação se fortaleçam nesses municípios.

Ainda, entende que, para o fortalecimento dos arranjos, a educação é fundamental, pois muitos aspectos são fortalecidos nesses lugares ao atender às necessidades de formação, no comércio, nas escolas, prefeitura, e este se faz a *“partir do ensino, pesquisa e extensão, potencializando o APL”*.

6.2 SOLUÇÕES TÉCNICAS E TECNOLÓGICAS

As soluções técnicas são realizadas a partir das demandas, necessidades da sociedade e se põem em prática através dos projetos de extensão, cursos técnicos, cursos de formação profissional. À medida que se participa dos projetos de extensão a comunidade vai aperfeiçoando seus conhecimentos e buscando uma solução técnica e tecnológica dentro da sua realidade para as suas necessidades. Na visão de DA.2, o Instituto:

[...] consegue ajudar na solução de problemas envolvendo projeto de pesquisa de extensão. E eu acho sempre muito importante um município saber que ele pode procurar o Instituto Federal para resolver o seu problema seja ele qual for. E agora na academia ficou muito evidente, principalmente no interior do Estado, o quanto a gente conseguiu ajudar, o quanto a gente conseguiu organizar as coisas, desenvolver aplicativo, desenvolver soluções de tecnologia, de soluções de atendimento e geração de emprego e renda e isso é muito evidente hoje em vários casos mesmo. Assim a nossa pesquisa, por exemplo, ela é muito orientada para isso para atendimento de demanda da sociedade local.

Já para DB.2, as inovações e soluções técnicas acontecem por meio da interação, quando se abre para a comunidade participar nos conselhos, nas audiências públicas e nos cursos de extensão, pois aí se estabelece uma relação com a comunidade e isso possibilita que verifiquem as carências naquele momento. Um exemplo disso DB.2 traz quando explica que:

Conseguimos desenvolver um projeto um pouco diferente dos estágios [...] e com sucesso melhor ainda. Então essa interação aconteceu [...] durante o enfrentamento da pandemia e se mostrou muito clara quando a gente produziu mais de 70.000 litros de álcool glicerinado que para substituir o álcool gel, produziu quase 12 mil Face Shields.

Destaca DC.2 que a instituição deve estar envolvida com os problemas da comunidade para ir em busca de soluções técnicas e tecnológicas nos processos, mas para isso acontecer necessita dar ênfase à formação por meio dos cursos profissionalizantes e através de projetos de pesquisa e extensão.

6.3 CIDADANIA

Nesta categoria analisam-se as ações que os IFES do Rio Grande do Sul desenvolvem para promover a cidadania. Verifica-se que esta categoria está presente nos três Institutos analisados desde a sua finalidade de constituição, estando presente nos seus objetivos estratégicos e em seus Planos de Desenvolvimento Institucional, por meio de ações que promovem o desenvolvimento humano, notadamente pela preocupação que se tem com a inclusão dos alunos. A partir dos núcleos de inclusão e as assistências que são dadas aos alunos de baixa renda, o incentivo para a sua participação em colegiados, no diálogo na gestão, em projetos de pesquisa e extensão em parceria com a comunidade, distribuição de cestas básicas, parceria com os municípios para o transporte, através de cursos técnicos (PROEJA), Mulheres Mil, cursos diversos de curta duração para a formação profissional, atendimento e orientação psicológica.

Da perspectiva de DC.3, “80 por cento dos alunos vêm de família de renda de um (1) salário-mínimo, assim, na organização, tem uma série de assistência que atende aos estudantes com dificuldades”. Também entende que “os institutos são referências para vários projetos do governo federal, PRONATEC, Mulheres Mil, tinha um grupo da sociedade com mulheres em situação de vulnerabilidade, pessoas que não assinavam [seu nome]”.

Percebe-se que estes projetos têm impacto em mais de uma das categorias eleitas para fins de análise.

Para DA.3 é importante para uma organização observar o que está:

Escrito naquelas 5 ou 6 linhas, bastante sucintas, mas que dão conta do que a gente imagina como missão institucional. [...] no PDI numa página bem importante fala em ofertar educação profissional científica e tecnológica gratuita de qualidade promovendo a formação integral do cidadão [...].

DA.3 destaca que este é um aspecto importante e se explicita também no Regimento: “*Em consonância com potencialidades e vocações territoriais, para não deixar dúvida, né? Como se não bastasse escrito na lei de criação, tem o nosso Regimento, a questão do território, as vocações regionais culturais, o sentido aparece o tempo inteiro como um mantra*”.

Então atualmente a instituição tem claro o que vai acontecer e está expresso em documentos, os quais podem ser acessados, caso seja de interesse da comunidade local e regional.

Para DB.3 esta categoria ocorre quando estão “*atendendo pessoas, por exemplo, nas questões de atendimento da indígena; nos polos de educação à distância, pois [...] contribuem para o desenvolvimento dessas pessoas dessas regiões*”. DB.3 informa que são muitos os municípios intermediários atingidos, isso sem falar nos polos de EAD, o que possibilita que o aluno estude em qualquer local e afirma que os câmpus apresentam, nos dados de 2020, de em torno de 15,66% da população, representada nessas cidades, representando um pouco essa capilaridade. Então, isso também demonstra um aumento nas demandas, e as Instituições têm limitações da própria instituição, no sentido de ter que ter pessoal suficiente para das necessidades. DB.3 acrescenta que por vezes atendem pelo aspecto sentimental e cita, ainda, a articulação necessária para atender as demandas:

Câmpus Pelotas atende estudantes [...] de vinte e duas (22) cidades da região e que a gente tem contato maior com Associação de Prefeitos também da região sul, a zona sul, e então é uma história é um pouco diferente por causa do seu tempo maior de existência aí na sua estrutura maior.

Ainda com relação às ações para promover a cidadania, DB.3 afirma que:

[...] principal caminho é a gente poder continuar ofertando uma educação profissional e tecnológica para cada vez mais pessoas. A gente tem uma defesa muito forte na educação profissional pública, gratuita e de qualidade referendada pela sociedade que a gente falou até agora nesse momento. E é isso que a gente tem que buscar para chegar nisso, mas já trilhamos uma caminhada ao longo dos últimos anos. As duas últimas décadas aumentando muitas ofertas [...] por exemplo no Rio Grande do Sul o caso do antigo CEFET-RS, saímos de duas unidades para quatorze (14) esparramados pelo Estado do Rio Grande do Sul. Tem essa coisa de Farroupilha a mesma coisa em nível nacional isso acontece, então ela conseguiu chegar até mais pessoas há muito mais comunidades que não tinham oferta de uma educação diferenciada. Então esse é o nosso grande horizonte: a gente poder oferecer cada vez mais vagas, cada vez mais curtos, mas para isso tem que ter investimento e a gente entende que não é custo é investimento para o futuro da nação.

6.4 INSERÇÃO SOCIAL

Nesta categoria analisa-se como se dá a inserção das instituições junto à sociedade, território; se entendem que já está plenamente inserido; se existe participação dos alunos em conselhos, nos segmentos da sociedade; se a sociedade participa nos institutos e se no PDI existem ações de inserção.

Na ótica de DA.4 esta categoria está relacionada a ter um relacionamento aberto com a comunidade local, em que existem prioridades para atender essas demandas, *“realmente existe essa abertura da comunidade está se manifestando que ela tem algum problema de um rio poluído [...] algum problema na cidade que ela precisa encontrar e quer que faça essa pesquisa”*. Em relação ao Plano de Desenvolvimento da Instituição, *“é extremamente incentivado em todos os nossos documentos está escrito no nosso PDI na nossa lei de criação tá escrito em todos os lugares que a demanda da sociedade deve ser algo prioritário na elaboração de projeto de pesquisa e extensão”*.

Assim, DA.4, traz a ideia de que a Instituição não nasceu para resolver os problemas da própria instituição, mas, sim, para resolver problema da sociedade. Existem canais para isso também, por exemplo, um sistema *on-line* o tempo inteiro, por meio do qual qualquer pessoa se conecta e apresenta sua demanda para receber um filtro, então uma vez feita a captação do problema, através dos métodos propostos, esta segue como uma condição de edital a ser analisada e o resultado obtido seja devolvido para o demandante integralmente. Para DA.4, a dificuldade ocorre, pois:

Fica bem impossível direitos autorais daquilo, pois, às vezes, envolve propriedade intelectual, patente, quando for o caso e tal, então, ao desenvolver o projeto, que tenho de mandar antes, tem que ser íntegro na relação, tem que se dar ao longo do projeto próprio e também tem que se dar o final com uma devolutiva para o demandante.

Também têm os eventos institucionais que são feitos para a sociedade como um todo, então cada câmpus organiza o seu momento de divulgação. Isso é anual e tem cronograma para que o estudante apresente ao professor. É prática recolher os relatórios anualmente do trabalho do pesquisador, independentemente de ser perfeito, mas para conhecimento dos órgãos de controle do Tribunal de Contas, pode-se dizer o relatório de gestão institucional está mais bem organizado.

Quanto à participação da instituição, existem em comitês internos, conselhos municipais, conselhos regionais, pois entende-se tal princípio como uma forma também de a sociedade saber sua presença e que está aberta para conversar e trocar ideias, de ouvir sugestões, sendo que a cooperação dentro do que é possível e ser melhorada. Na opinião de DA.4, essa abertura com a sociedade é bem intensa, sendo a constituição democrática bem difícil quando se trata da participação e pessoas, pois existem pessoas que preferem que alguém decida, pelo fato que exige tempo e paciência e muita dedicação:

[...] vou te dar minha avaliação pessoal [...] a gente tem uma série de instâncias decisórias. O câmpus tem o seu conselho [...] e os diferentes colegiados: os conselhos instituição, tem o conselho superior aonde toda decisão importante passa. O reitor tem um poder (entre aspas), uma capacidade de decisão bastante limitada. Isso é bom para não colocar decisões mais importantes na mão de uma única pessoa, então eu hoje acho e, olhando para trás, que a gente, às vezes, esse é o caminho mais rápido, mas é a gente que se incomoda com isso, que isso fique claro. Tem gente que prefere que alguém decida sem se preocupar com o amanhã, porque a concepção democrática [...] exige tempo e paciência, ela exige dedicação das pessoas, mas, por outro lado, ela é sempre a melhor forma de tomar decisões [...].

No que se refere às unidades, estas estão alinhadas com os objetivos de criação, sendo que DA.4 ainda acrescenta a necessária relação com a região, evidenciando que ela também deve alinhar-se com os objetivos conforme consta nos documentos institucionais, “*porque a região não deve fugir para longe do que a realidade apresenta*”. Então se tem um conjunto de normativas internas, regimentos, estatuto, PDI, “*e com a realidade local, que é um casamento entre demanda território, e documentos institucionais*”. A forma de se obter o *feedback* da comunidade local ocorre em cada unidade através do conselho de câmpus que tem representante da comunidade externa, com um espaço deliberativo, isso consta no estatuto e em todos os seus

documentos garantindo que sempre exista uma representação da sociedade. DA.4 afirma que *“não há não há colegiados decisório institucional que não haja participação e a participação também dos estudantes que trazem esse olhar [...] de quem tá tendo conversa com o pai e a mãe; conversam contigo, com a família toda e trazem isso para dentro da instituição”*. Então, complementa que o *feedback* hoje acontece como está escrito nos documentos, cada câmpus organiza a seu modo, mas existem seminários locais que também objetivam para trazer a cidade para dentro do câmpus, ver como está representada e trazer as suas demandas.

Em contraponto, DB.4 entende que ainda tem que se criar formas padronizadas para receber as demandas e que podem ir mais além, através dos projetos de pesquisa e extensão, e melhorar o seu relacionamento com a sociedade:

[...] acho que o que falta é a gente criar os mecanismos, mas oficiais [...] para poder realmente receber as demandas da sociedade [...] A maioria dos câmpus está envolvida em muitos projetos das suas localidades, mas ainda acho que precisamos ir mais além e poder, como te disse, receber melhor esses planos. Eu acredito muito que esse nosso projeto conecta com as outras iniciativas que a gente tem. [...] A gente tem que incentivar mais ainda a criação das cooperativas escolares que vão fazer esse link também que a sociedade. Nós temos um projeto também em desenvolvimento de incentivar incubação, criando incubadoras. Hoje nós [...] temos apenas uma incubadora. [...] ampliar isso os outros câmpus também. Tem que conseguir fazer todo um arcabouço de legislação interna para poder dar conta dessas demandas das empresas Juniores, o que a gente quer com esse mecanismo é criar, incentivar sua interação cada vez maior com a sociedade [...].

Os estudantes podem participar das decisões do próprio CONSUP da sociedade civil, mas não são todos os câmpus que têm conselho. No entanto, existem alguns núcleos que têm e que contemplam alguns assuntos específicos e, assim, contam com a participação da comunidade, da sociedade, de modo a participar dos processos com Estados e municípios, isso é uma forma de ter essa interação e aumentar sua inserção no território.

DB.4 afirma que o instituto está contribuindo com a comunidade, pois *“nós temos um Super Freezer [...] fruto de obras de projetos pesquisa, e a gente já disponibilizou ele para prefeitura caso receberam [...] as vacinas, pois tem que ter uma temperatura de conservação maior”*. E tem os cursos que foram ofertados nessa caminhada de inserção, a partir de parcerias com o Estado em que se ofertam cursos de qualificação para os presidiários também a distância. São várias ações, também tem pessoas trabalhando com editais da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), pois há que desenvolver para estar junto com os municípios e o Estado, por isso se procura participar em conselhos municipais e os câmpus

participam dos estaduais, do conselho de idosos. Neste conselho existe uma relação com o Estado com curso de cuidador de idoso, o qual é em parceria com a prefeitura, no sentido de capacitar cuidadores de lares assistenciais do município. E todas essas relações acontecem em parceria com a sociedade, o que favorece a abertura, reforçando a ideia de que a instituição se considera democrática, porque as decisões chegam até o CONSUP e quando são temas muito sensíveis para a comunidade como um todo se faz debate anterior junto à comunidade, para então se chegar ao CONSUP, sendo que as decisões serão de acordo com aquilo que ocorreu nas discussões. Um dos desafios apresentados neste aspecto é expresso por DB.4 ao afirmar que *“a gente não precisa melhorar os mecanismos ou criar outros, [...] pois o que tradicionalmente é difícil é conseguir um alto volume de participação, mas nós temos algumas ideias sobre a possibilidade de fazer isso ter mais efetividade”*.

Esta questão em aumentar as participações, considerando as diferentes regiões, as diferentes realidades, ter uma unidade institucional, totalmente alinhada, diante de todas as particularidades, todas as realidades locais de cada câmpus é o um grande desafio a superar.

Conforme DC.4 essa inserção na comunidade e região se dá por meio de parcerias projetos, cursos e atuação do câmpus, leva em conta o tempo, a capilaridade, porém nem sempre isso acontece e exige arranjos. No entanto, apesar disso, DC.4 comenta que ocorre:

Por meio de projetos que têm eixo nos recursos naturais, saúde, licenciatura, meio ambiente e por área, que envolve colegas de vários municípios... forma de trabalhar desafiadora... Me veio o conceito de território e desterritorialização, que temos feito nesses diferentes câmpus de diferentes municípios, com essa colaboração voltada para o atendimento da comunidade de onde estamos inseridos e, com a oferta dos cursos, as relações se ampliam em diferentes formas de colaboração e compartilhamento de saberes.

DC.4 entende que a inserção na instituição ocorre de maneira diferente, isso porque:

[...] têm câmpus com mais anos de atuação e têm cidades que têm 5 anos, essa inserção não é igual, considerando a trajetória institucional, e o tempo, a capilaridade, mas a inserção é muito alta, em São Vicente tem mais de 200 municípios. A instituição é conhecida e está inserida pela qualidade de seu curso, pela particularidade, não sendo só local, regional ou estadual. O trabalho feito no local e no regional foi muito bem-feito porque os IFES surgiram de audiências públicas. Essa inserção se fortaleceu porque o nascimento da instituição se deu a partir do desejo local e regional, não apenas uma decisão do MEC ou da secretaria profissional e tecnológica.

Existe um esforço conjunto de cada unidade para se aproximar da comunidade, porém nem todas as unidades estão no mesmo patamar de inserção, entretanto, há possibilidade de qualificar este processo. Existem diversidades regionais marcadas pelos diferentes APLs, além de que, muitas vezes, essa dificuldade pode ser imposta pelo perfil do gestor, em que gestores com perfil dialógico costumam promover ações de aproximação, sendo o contrário também observado.

Enfim, percebe-se que essa inserção ocorre em diferentes momentos, por meio de ações de extensão, projetos de pesquisa aplicada, por meio de atividades de ensino que requerem a aproximação com a comunidade local. No que tange à divulgação, verifica-se nesta entrevista de DC.4 que este processo como um todo pode ser qualificado, melhorado, e que em alguns casos os resultados chegam até a sociedade através das ações de extensão, eventos nos quais a sociedade civil organizada é convidada a participar. Destaca que existem anualmente os relatórios de gestão, publicado no portal institucional, relatório de uma Comissão Própria de Avaliação (CPA) que conta com membros da sociedade civil. Em relação aos demais Institutos presentes no Rio Grande do Sul, este atua de forma aproximada, articulada com os três IFES presentes no Estado do Rio Grande do Sul, e todos possuem proximidade com representantes da bancada Federal e Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS).

6.5 DIÁLOGO COM OUTRAS POLÍTICAS SETORIAIS

Em relação à categoria, que enfatiza o diálogo com outras políticas setoriais, observa-se nas entrevistas que os projetos fazem parte deste diálogo, a partir das parcerias entre órgão públicos, principalmente na área da educação. Os projetos são oriundos de demandas da sociedade local, regional e nacional, levando em conta a mão de obra existente, os recursos necessários e alunos interessados, a partir de então são abertos editais para selecionar os projetos de maior relevância de todos os câmpus para dar início às pesquisas.

A questão do diálogo, a nível macro, este acontece com a participação de conselhos regionais e, a nível local, conta com a participação de alunos, técnicos, gestores e grupos sociais dos municípios, tais como, ONGs, conselhos municipais, COREDEs, dentre outros. Porém muitos deles de forma particular, porque alguns necessitam de convite formal realizado por outros

órgãos à instituição, mas ainda existem alguns que participam por vontade própria em grupos sociais de sua escolha.

A instituição considera-se aberta à comunidade, inclusive com participação da sociedade em conselhos da instituição, como já explicitado em vários momentos. Dentre os mecanismos de diálogo, possuem sistemas para a comunidade deixar sua necessidade de pesquisa; há, setores como ouvidorias, núcleos de comissões de avaliações da instituição junto à sociedade, participação em redes sociais, rádios, em que, ao mesmo tempo divulgam a instituição, estão abertos à comunicação através destes canais. Nota-se que muitas destas ferramentas ainda não são conhecidos pela sociedade em geral, pois ainda falta mais participação da sociedade civil nas instituições, além da falta de mão de obra em alguns câmpus para aumentar a participação na sociedade, atender suas necessidades e, conseqüentemente, ampliar esse diálogo tanto com a sociedade como com políticas setoriais.

DA.5 reforça que a abertura e a comunicação com a comunidade também acontecem através de alguns instrumentos que já possuem, tais como: *“mecanismos obrigatórios como ouvidoria, instrumentos de transparência do governo, e tem os da própria instituição que recebem muita demanda possuem muita interação com as mídias sociais, como o Instagram e outros dispositivos também, tem canais de atendimento com perguntas e resposta”*. Ele complementa que têm pessoas o tempo inteiro respondendo sobre tudo, principalmente sobre como é o ingresso na instituição, de modo a ouvir as pessoas. Afirmar ainda que a instituição coopera com Estados e municípios e procura sempre mostrar disposição e disponibilidade, pois considera importante participar de comitês é algo que ele pessoalmente comenta recomendando que participem dos conselhos municipais conselhos regionais, isso porque participava de uma dúzia de conselhos como representante, já que essa *“é uma forma também de a sociedade saber que a gente tá ali e de conversar e trocar ideias de ouvir sugestões, então eu acho que hoje a cooperação dentro do que é possível claro que também sempre vai poder ser melhorada”*.

Em relação ao papel das mídias sociais para incentivar esse diálogo com outras políticas setoriais, segundo DA.5:

[...] As mídias sociais têm [...] um papel que eu acho muito bacana e a gente faz isso muito bem, mas também a gente precisa dos fóruns oficiais no colegiado. A gente usa bastante e aí replica [...] a gente participar dos conselhos regionais e [...] tem gente de fora participando do nosso, então são as formas que a gente faz e isso ajuda na comunicação. Também isso faz com que as pessoas nos percebam. [...] a

comunicação é o grande desafio [...] do momento, né? Como a gente chega nas pessoas, como a gente atinge um número grande de municípios e que pessoas? Então a gente tá sempre muito preocupado com isso [...] tá sempre discutindo [...].

A seu modo, DB.5 entende que há uma carência na criação de instrumentos, mecanismos para receber demandas da sociedade e poder dialogar com ela, porque: “[...] falta a gente criar os mecanismos, mas oficiais, assim para poder realmente receber as demandas da sociedade [...] estamos envolvidas em muitos projetos nas localidades, mas ainda acho que precisamos ir mais além, para ampliar a interação cada vez maior com a sociedade”.

Existe representação a nível macro feita por estudantes, sociedade, e esta é uma maneira também de participar das decisões do próprio CONSUP juntamente com a sociedade civil e localmente, porém, como foi visto anteriormente, não são todos os câmpus que possuem conselho. Existem “*alguns núcleos que nós temos, também para alguns assuntos específicos, também têm participação na comunidade, ter a participação da sociedade e participar do processo com Estados e municípios forma essa interação*”. Entende que precisam estruturar melhor essa participação junto à comunidade externa.

Conforme DC.5, o diálogo com outras políticas setoriais acontece junto aos municípios com a participação de servidores em conselhos municipais, regionais, externos à instituição; com a participação da sociedade civil organizada nas instituições; nas capacitações em parcerias com Estados e municípios, e atendendo as demandas levantadas junto à comunidade local. E DC.5 acrescenta que:

Grande parte das ações propostas resultam de demandas levantadas junto à comunidade local. Recentemente tivemos um edital de pesquisa voltado para atender demandas específicas de parceiros demandantes. Acredito que somos abertos à comunicação com a sociedade e a interlocução com a sociedade de dá de várias formas, incluindo instâncias de representação.

6.6 ABRANGÊNCIA DE ATUAÇÃO DOS INSTITUTOS

Nesta categoria verifica-se a abrangência de atuação dos institutos e de onde vêm os alunos e se existe algum limite, registro da abrangência dos cursos oferecidos. Conforme DA.6 sua abrangência em termos geográficos não é muito grande, porém complexa:

[...] pega o sul [...] e o norte do Estado, principalmente das nossas dezessete (17) unidades. Eu queria a serra e região metropolitana [...], então a maioria está distribuído ali onde tem um grande câmpus, o de Rio Grande. Talvez ele seja um pouco [...] fora da nossa curva geográfica, mas são locais na época da criação do Instituto. [...] são 17 unidades em 16 cidades, porque Porto Alegre tem duas centrais [...] mais a reitoria que fica em Bento Gonçalves.

Em termo de limites de atuação, não existe uma marcação ou proibição de se ter alunos de outras regiões no caso de diferentes instituições, pois existe uma afinidade e alinhamento entre as IF presentes no Rio Grande do Sul. Em termos de câmpus, nota-se que cada um tem características próprias e cursos, muitas vezes, diferentes uns dos outros. No entanto, funciona como uma rede, isso porque são divulgados todos os cursos existentes naquela instituição, além da divulgação particular de cada câmpus. DA.6 denota um olhar otimista ao expor que:

Existe um alinhamento muito bacana, por exemplo, dos reitores [...] a gente tem um grupo permanentemente para trocar ideias e para conversar. [...] há um respeito muito grande entre cada um, tanto que nunca aconteceu algum tipo de conflito. A gente está permanentemente em contato, então esse alinhamento e essa não invasão (vou chamar assim) do espaço do outro do alcance do outro [...] se dá por uma afinidade [...] que é institucional, um testemunho pessoal entre as pessoas que estão à frente dessas instituições, mas não há delimitação expressa em lugar nenhum. Então hoje o alcance é no Estado inteiro [...], respeitando sempre a existência do outro ente ali naquela da cidade [...].

Para DB.6, a abrangência das regiões é bem variada, pois “*são cento e quarenta e dois municípios intermediários atingidos por esses câmpus, por essas três cidades onde os nossos câmpus estão. Isso sem falar nos polos de EAD e contabilizando só dos treze câmpus*”.

Já DC.6 tomou como referência a região noroeste, missões e fronteira oeste do Rio Grande do Sul, dizendo que procuram não sobrepor a área de atuação de outros IFES do Rio Grande do Sul. Complementou afirmando que as escolhas das cidades ocorreram de uma forma geral e “*por meio de edital contendo as exigências para recebimento da unidade*”. Mas destaca que “*sei de uma situação que os municípios da microrregião se articularam em apoio ao maior município da região*”. Durante a pesquisa ficou evidente que a instituição possui em seus objetivos estratégicos e em seu plano de desenvolvimento objetivos de inserção territorial.

6.7 ADERÊNCIA À PRÁTICA DOS OBJETIVOS DE CRIAÇÃO DESDE A SUA CONCEPÇÃO

No que tange à aderência à prática dos objetivos de criação desde a sua concepção, observou-se nas entrevistas que os objetivos de criação continuam vigentes, porém na prática alguns foram adaptados de acordo com a própria demanda da sociedade, estrutura de trabalho, pessoal, mas que no geral não sofreram alterações.

Para DA.7 as unidades estão alinhadas com os objetivos de criação, levam em consideração a região onde estão o que se torna muito importante para um alinhamento com os documentos institucionais, por isso:

[...] não adianta deixar a região e fugir para longe das realidades, então a gente tem um conjunto de normativas internas [...] regimentos, estatuto, PDI (que é o documento que eu prezo muito e sempre bato nessa tecla), e está todo mundo muito bem alinhado com esses documentos e com a realidade local, que é um casamento entre demanda território e documentos institucionais.

Na visão de DA.7 quanto ao que se refere à democracia, afirma que a instituição se considera democrática, pois tem uma série de instâncias decisórias, que exigem a participação de servidores, técnicos, alunos e membros da sociedade civil, e isso exige tempo e paciência. DA.7 entende que avaliar tal categoria é difícil, mesmo assim emitirá sua avaliação pessoal, pois acompanha de perto e há uma série de instâncias decisórias: conselhos, colegiados, cita que “*tem o conselho superior aonde toda decisão importante passa. O reitor tem um poder (entre aspas), uma capacidade de decisão bastante limitada [...] isso é bom: não colocar decisões mais importantes na mão de uma única pessoa*”. Acrescenta ainda que “*esse é o caminho mais rápido, há gente que se incomoda com isso, que fique claro, né, tem gente que prefere que alguém decida*”. Na sua visão, “*[...] a concepção democrática [...] exige tempo e paciência, [...] exige dedicação das pessoas, mas, por outro lado, ela é sempre [...] a melhor forma de tomar decisões. Eu acho que a gente aqui [...] tem isso de forma muito bem estabelecida e consolidada*”.

De acordo com DB.7 os objetivos de criação seguiram e cresceram em vários percentuais de ofertas de cursos, e, como destaca, principalmente:

[...] vagas para ensino médio integrado, que é o ensino médio, que é o nosso principal foco hoje de poder levar formação técnica, mas também cresceram bastante as ofertas de ensino superior e pós-graduação, porque também nós temos na lei de criação dos institutos a [...] verticalização do ensino, que é o poder entrar no curso técnico, depois seguindo superior pós-graduação. Claro que ele é muito difícil de fazer porque nós precisamos de pessoal naquela mesma linha de verticalizar. Então... alguns câmpus conseguiram fazer isso, outros não conseguiram ainda por falta de pessoal, que é outra coisa que nós estamos há três anos sem receber nenhuma vaga nova, então isso faz parte da lei de criação da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e EPT, ou seja, cursos de para jovens e adultos na educação tecnológica não estão na lei de criação que temos que atingir 10% do total das vagas e não conseguimos chegar nesse percentual ainda. [...] A gente tem lutado. Aí tem que é um tipo de ensino bastante importante no entendimento para se resgatar oportunidades de ensino para pessoas que não tiveram oportunidade [...] na sua idade normal regular de aulas. Então é um processo importante que a gente tem que tentar trabalhar e se tiver os câmpus a cada vez dele mais ofertas de EJA a gente atinge o mínimo de 20%.

Ao investigar acerca dos processos democráticos no âmbito institucional, DB.7 comenta que se trabalha para uma gestão democrática que envolva a participação de todos e que existem espaços para isso:

[...] por que que eu creio que sim? Porque as nossas decisões elas chegam até o conselho superior. [...] E quando são temas muito sensíveis para a comunidade como um todo a gente tem feito o debate anterior junto à comunidade para chegar nos conselhos consigo superiores. [...] Hoje nós somos vários conselheiros com poder para tomar a decisão de acordo com que aquilo que ocorreu nas discussões dos câmpus. Então vou dar um exemplo bem prático agora. Quando nós suspendemos as atividades presenciais nos câmpus, em 16 de março do ano passado (2020), mas não de imediato, não oferecemos as atividades remotas. Quando foi para começar as atividades remotas usamos o debate sobre os pontos da proposta, o que trouxe um formato bom. Aí houve sugestões de alteração, tirando aqui... põe [...]. Isso foi então concluído no conselho superior, então houve um processo de debate interno democraticamente para fazer essa escolha, essa caminhada... [...] e foi depois aprovado no conselho que se começou a se aplicar e se coordenou também ao longo de um ano e meio praticamente. Ele foi também um processo altamente democrático que passou por todos os câmpus... foram chamados os docentes, técnico administrativos e estudantes para fazerem parte desse momento: o de pensar na instituição. A gente tem, enquanto gestor, que procurar os câmpus para conversar, criar reuniões com a comunidade acadêmica e poder explicar [...] o que se passa naquele momento. Eu entendo que sim procuramos, mas na prática democrática, através processo eleitoral também. É um processo altamente democrático e isso é algo importante na construção desses espaços de ouvir a comunidade poder ficar sabendo o que que tá acontecendo e propor melhorias possíveis.

Apesar de DB.7 assegurar que existe essa abertura para participação, evidencia que existem dificuldades e desafios, pois, muitas vezes, ela é baixa e o desafio é melhorar os mecanismos ou criar outros mecanismos que tradicionalmente são empregados para conseguir um alto volume de participação e ter mais efetividade, “Um desafio ainda... diferentes regiões... diferentes realidades, então esse alinhamento institucional ele fica um pouco difícil. É um desafio que a gente precisa achar meio de sair, de superar para fazer ter a unidade

institucional... Instituto com todas as particularidades e todas as realidades de locais de cada câmpus”.

De acordo com DC.7, a atuação das unidades está alinhada com os objetivos de criação da instituição e com *“objetivos estabelecidos no PDI e não houve mudanças no decorrer de sua implantação e não houve na prática... sofreram mudanças no decorrer de sua implantação”*. E se considera a relação democrática, *“havendo a representação de todos os segmentos nos núcleos, CPA, CONSUP e a escolha dos principais cargos na instituição se dá por meio de votação, envolvendo representantes dos docentes, técnicos administrativos e comunidade discente”*.

7 PERCEPÇÃO DOS GESTORES LOCAIS DOS INSTITUTOS FEDERAIS DO RIO GRANDE DO SUL

Nesta seção analisam-se as percepções dos gestores locais dos IFES, à luz das categorias e critérios de análise propostos.

7.1 DIMENSÃO SOCIAL, ECONÔMICA E CULTURAL

Com uma visão mais local, tem-se a percepção dos gestores entrevistados (GA, GB, GC) no que se refere à categoria de dimensão social, econômica e cultural sobre as contribuições sociais, econômicas e culturais dos Institutos do Rio Grande do Sul. Os gestores, concordam que esse desenvolvimento ocorre em diferentes momentos nos câmpus e que ocorre gradativamente a partir das ações de extensão, projetos de pesquisa, por meio das atividades de ensino que requerem aproximação com a comunidade local. No entanto, divergem quanto à inserção no território, isso devido à diferença de estrutura entre as instituições presentes e as cidades onde estão inseridas e o tempo no qual instaladas naquela localidade; e porque percebem que as características das regiões de abrangência, interferem nessa inserção e no desenvolvimento econômico, social e também cultural.

Na visão de GA.1:

Nós temos uma política pedagógica diferenciada. E essa política pedagógica é um dos fundamentos dos IFES: a organização através da verticalização, permitindo que os docentes atuem em diferentes níveis que os estudantes compartilhem os mesmos espaços de aprendizagem nos mesmos laboratórios. Então essa verticalização, com certeza, contribui muito para essa aprendizagem dos nossos estudantes. E outro diferencial também [...] é o alinhamento dos projetos de ensino pesquisa e extensão aos arranjos produtivos locais ou regionais falando um pouquinho dos nossos cursos. Nós hoje temos cursos técnico em agropecuária, mecânica, informática e nós atendemos as mesmas áreas no ensino superior, então os nossos estudantes eles podem cursar agropecuária e fazer agronomia, eles podem cursar informática fazer ciência da computação, eles podem cursar engenharia mecânica e fazer o técnico mecânica, depois cursar engenharia. Então a gente sabe que a nossa região aqui... a nossa região local e regional... aqui nós atendemos muito essas demandas, porque os nossos arranjos produtivos locais aqui tanto são muito fortes na área agrícola quanto na metalmecânica e sem falar do crescimento tecnológico que a gente vê visivelmente principalmente nessa questão remota que estamos vivenciando. Então nós enquanto falando tanto dos IFES quanto do câmpus Ibirubá. A gente atua fortemente sim e favor desse desenvolvimento e contribui fortemente com esse desenvolvimento local e regional, tanto na perspectiva da construção da cidadania daqui é uma das ideias dos IFES e, principalmente, da transformação social... dessa inclusão. Então também dá possibilidade desses nossos jovens permanecer aqui, porque o que a gente observava [...] como as instituições ficavam muito longe... muito distantes os jovens e eles acabavam indo embora buscando novas possibilidades. Hoje os IFES dão essa

capilaridade... são mais de 600 em todo o país. E essa capilaridade, então, proporcionou essa formação de milhares de cidadãos e milhares de jovens... e não só jovens... pessoas de mais idade também que muitos voltaram a estudar... muitos não tiveram oportunidade.

Nos IFES, conforme a fala de GA.1, se observa que os estudantes, por mais que existam cidades relativamente próximas com universidades, porém como elas não eram públicas, então o jovem tinha que ir buscar uma formação pública fora de sua cidade, fazendo com que muitos jovens não voltassem mais para sua cidade de origem:

Hoje, com essa possibilidade de cursar perto de sua casa de suas famílias, os estudantes, por exemplo do curso de Agronomia, permanecem por aqui porque a maioria deles são filhos de agricultores. Portanto, essa verticalização contribui com isso, ou seja, eles estão aqui fazendo ensino técnico já vislumbrando fazer um curso superior para poder contribuir aqui com as propriedades das suas próprias famílias, então isso é algo muito, muito bom para a região.

No que concerne à resolução de problemas da comunidade local, GA.1 afirma que:

Essa aproximação [...] é um dos desafios ainda [...] que a gente tem que trabalhar mais fortemente de aproximar ainda mais a nossa instituição com a comunidade externa, desenvolvendo ainda mais esses projetos, tanto de extensão quanto de pesquisa, ou seja, sair um pouquinho dos nossos muros de dentro da nossa instituição e ir para comunidade para que a gente possa contribuir ainda mais com esse desenvolvimento local regional.

Percebe-se que a instituição tem trabalhado essa questão de projetos de ensino e extensão, pois o IFRS tem constituído em alguns câmpus um escritório de projetos que visa justamente trabalhar mais fortemente junto à comunidade e através de projetos, parcerias de projetos, tanto de pesquisa quanto de extensão. Também tem um portal da inovação que funciona como uma vitrine tecnológica, então a comunidade pode acessar e lá também são feitas algumas divulgações. Por meio desse mecanismo a comunidade e as empresas, podem acessar e conhecer um pouco do que se faz no IFRS: servidores, as tecnologias, as oportunidades de ver como funciona a prestação de serviço, sendo um portal que congrega todas essas questões, uma ferramenta de divulgar e se aproximar mais da comunidade.

Verifica-se, que a instituição tem parceria tanto com várias empresas públicas quanto privadas na região, e que desenvolve, juntamente com essas empresas, projetos de pesquisa e projeto de extensão, que tem a participação tanto de servidores quanto de estudantes. Constata-se que alguns projetos específicos são realizados para ajudar tanto as prefeituras, outros órgãos

públicos e assistências de forma a ajudar no combate à situação de pandemia. Nesse processo de ensino e aprendizagem está presente o desenvolvimento. E, no momento da devolutiva desses resultados, tanto da parte científica quanto da parte de extensão, para a comunidade. Geralmente é enviado um convite para comunidade, como forma de agradecimento, porém participa quem quer. *“Teve uma oportunidade que eles fizeram a doação de um equipamento e a parceria era depois nós, então, fazer a análise de solos para essas pessoas da comunidade, para esses pequenos agricultores”* (GA.1)? Existe outro evento chamado Mostra que acontece no interior do câmpus na qual são apresentados todos esses resultados de pesquisa e extensão e está aberto para comunidade externa. Neste evento são divulgados todos os trabalhos, com exposições orais e também como foram desenvolvidos na prática. Também é realizado o Salão de Pesquisa, Extensão e Ensino que ocorre uma vez ao ano na reitoria. Este evento congrega todos os trabalhos realizados em todos os câmpus. A instituição utiliza-se das redes sociais *Facebook* e *Instagram* para divulgar, além de, algumas vezes, das rádios e dos jornais. GA.1 cita, ainda, que em 2020 a instituição teve vários estudantes que participaram da Feira Brasileira de Jovens Cientistas. Os estudantes que participaram e foram vencedores receberam títulos em reconhecimento aos trabalhos apresentados. Além disso, a instituição esteve entre as duas mil melhores instituições do mundo no *ranking* de melhores universidades do mundo e entre as 56 melhores do nível de Brasil. Observa-se neste ponto que em várias atividades realizadas tem a inserção acontecendo no local, no regional, pois esta é uma forma de a instituição ser reconhecida pelo trabalho realizado para além de seus muros, e o desenvolvimento nas dimensões econômicas, sociais e culturais, estão presentes.

Ao explicar ao que se refere à categoria analisada, GB.1 ressalta a integração de pessoas indo e vindo de todas as cidades, a qualificação da mão de obra para o mercado de trabalho levando em conta o desenvolvimento humano:

Tem alunos indo aí todo dia né, todo dia nós temos para Lagoa Vermelha, tem gente que vem, isso num sentido mais para o norte chegando até Erechim, e hoje não mais Carazinho, então ele vai escolher vai fazer na escolha da nossa escola e eu acho que isso é o principal, porque está perto dele.

Na sua abordagem, o desenvolvimento regional acontece quando está se desenvolvendo, apontado algumas métricas em desenvolvimento humano, como: ter uma educação, um emprego, desde a qualidade no serviço prestado, até questões ligadas ao ecológico. Está tudo relacionado ao desenvolvimento. Ele considera que as instituições são importantes para esse

processo desenvolvimento da região e traz como exemplo “*Passo Fundo, em que se pode olhar o antes e o depois, assim têm várias contribuições na vida dos estudantes*”. O desenvolvimento da educação em Passo Fundo é um exemplo de cidade universitária, porque ali existem investimentos, ela é a cidade mais verticalizada do Estado, com construções de prédios, indústria da saúde, serviços de saúde.

O gestor GC.1 entende como complexo e importante desenvolver de forma equilibrada os aspectos social, econômico e cultural:

[...] quando se faz uma proposta de projeto no programa de desenvolvimento, que tenha inclusão para as pessoas sentirem... se sentir que participam do processo. E também é que tenha promoção... a sua promoção de vida em termos de sociais, em termos de econômico e preservação para a natureza... [...] essas três dimensões elas têm que estar atreladas quando se pensa em desenvolvimento de algo para região ou para o local. [...] o local e regional no sentido do territorial tem uma agência também o maior. Então pensa que o desenvolvimento é muito complexo... desenvolver de forma equilibrada o social, econômico e o cultural... bem difícil, né? Nós temos que buscar esse processo de uma forma e com tempo na ótica de todos os setores envolvidos na economia, seja o setor primário, secundário ou terciário, que é uma rede que passa e o desenvolvimento tem que estar atrelado a essas situações [...] como outras instituições de educação faz parte desse processo de desenvolvimento, porque a educação e o desenvolvimento têm um caminho que eu penso ser o único. Só vai poder conseguir trabalhar uma trajetória de desenvolvimento sendo a educação... caminhando ao lado... junto, porque são as pessoas dentro dessa formação profissional formação científica tecnológica com as comunidades, com a microrregião.

Observa-se, conforme GC.1, que os câmpus foram instalados e construídos a partir dos anseios da comunidade, através de audiências públicas:

Quando estava em São Borja mesmo eu vinha participar [...] e participei da comissão de implantação do câmpus Santo Ângelo [...] a gente participava dessas audiências públicas e a implantação de quais cursos ou quais os eixos tecnológicos. E a comunidade ou a sociedade estava pensando que uma vez implantado o câmpus [...] ele vem buscando se desenvolver... [...] e isso vem sendo atendido. Essa missão institucional de promover a educação científica e tecnológica né que está na missão do Instituto.

A categoria das dimensões econômicas, sociais e culturais aparece quando estão sendo desenvolvidos projetos e ações de extensão nas mais diferentes áreas de atuação, formação de agricultores, formação de professores, em outros tipos de projetos que tenham aplicabilidade também atrelado à pesquisa. “*Hoje os câmpus desenvolvem ações em vários municípios das Missões, seja em Santo Antônio em Campinas das Missões, Vitória das Missões... São Luiz Gonzaga e tantas outras*” (GC.1). Observa-se que as ações também se desenvolvem quando

são socializados para a comunidade os projetos, muitas vezes através das mídias sociais, redes sociais, na página institucional e até mesmo em programas de rádio.

7.2 SOLUÇÕES TÉCNICAS E TECNOLÓGICAS

As soluções técnicas e tecnológicas são realizadas a partir das demandas, necessidades da sociedade e se põem em prática através dos projetos de extensão, cursos técnicos, cursos de formação profissional. À medida que participam dos projetos de extensão na comunidade são levantadas, constatadas as demandas para se pesquisar a solução, gerar parcerias e realizar melhorias. GA.2 afirma que isso se dá pela *“resolução dos problemas enfrentados pela nossa comunidade e que na parceria, a partir dos projetos, a gente possa estar contribuindo para melhorar”*, e nesse momento se configuram os desafios no sentido de avançar em ter parcerias com a comunidade, por isso ela afirma que *“a gente tem trabalhado nisso. Temos um escritório de projetos justamente para trabalhar mais fortemente com a comunidade”*. As soluções técnicas estão presentes nos principais projetos que os Institutos desenvolveram a partir dessas conversas com a comunidade e com o envolvimento, onde surgiram ideias com soluções técnicas.

Do ponto de vista de GB.2 esta categoria fica mais evidenciada nos projetos de pesquisa junto à comunidade, pois são as de *“maior relevância que geram patentes”*, além daquelas que procedem dos próprios alunos que trazem as dificuldades enfrentadas, as quais demandam a elaboração de um projeto pesquisa, e, também, das que se apresentam nos estágios práticos em que se usa a teoria e a prática.

Nessa linha de explicitação, GC.3 observa que as soluções técnicas ocorrem através de *“projetos em parceria com a sociedade nos trabalhos de extensão e nas aulas práticas dos cursos nos locais de estágio”*, porém as demandas também são levantadas a partir das necessidades da sociedade e alunos dos cursos em outros momentos.

7.3 CIDADANIA

Percebe-se nesta categoria, na visão local dos gestores, outros exemplos de cidadania e as contribuições para o desenvolvimento regional. Para GA.3:

A gente atua fortemente sim e a favor desse desenvolvimento e contribui fortemente com esse desenvolvimento local e regional, tanto na perspectiva da construção da cidadania, mas principalmente da transformação social, dessa inclusão, então a também dá possibilidade desses nossos jovens permanecer aqui.

Em suas ponderações também comenta que em épocas anteriores as instituições universitárias de ensino público ficavam muito distantes das cidades interioranas, por isso muitos jovens acabavam indo embora buscando novas possibilidades e não voltavam para sua cidade ou não ingressavam na universidade, pois o acesso ficava mais restrito. Mas com a existência dos IFES criou-se essa capilaridade que, *“proporcionou a formação de milhares de cidadãos e milhares de jovens, pessoas de mais idade, muitos voltaram a estudar muitos não tiveram oportunidade”* (GA.3). O entrevistado traz como exemplo jovens que optam pelo *“curso de Agronomia. Eles permanecem por aqui porque a maioria deles são filhos de agricultores a maioria, então a gente observa que essa verticalização contribui com isso”*. Também destaca outra questão em relação à continuidade dos estudos, *“fazendo ensino técnico já vislumbrando fazer um curso superior para poder contribuir aqui com as propriedades [...] das suas próprias famílias [...]”*.

GB.3 observa que a cidadania está nas oportunidades de o aluno de baixa renda, a partir das políticas públicas de assistência, continuar seus estudos incentivando a permanência dos estudantes, assim expressa algumas das dificuldades, opções e soluções que observa no contexto:

[...] deve ser para sobreviver... um aluno sobrevive... tem que pegar o ônibus [...] outras vezes escolhe um curso que não é o curso que queria [...] auxílio transporte... auxílio alimentação. Claro tem que ter uma devida comprovação ... auxílio transporte escolar, auxílio-moradia. Pagamos aluguel, parte do aluguel, para alguns estudantes... inclusive nós temos uma pesquisa interessante como assistir tudo que esses auxílios atuam muito, muito [...] por mais que o auxílio esteja vinculado a tu passar nas disciplinas, mas onde ele vincula. [...] tem muita influência que é na diminuição da evasão, significativo o reflexo do auxílio na evasão por algum motivo serviço a maneira dele se manter, né?

Em suas ponderações GC.3 denota que a educação e o desenvolvimento têm um caminho único, pode-se verificar isso quando afirma que foca nas pessoas dentro dessa formação profissional formação científica tecnológica. Explica que ela acontece junto quando são desenvolvidos projetos e ações de extensão nas mais diferentes áreas de atuação e na formação de agricultores, formação de professores, a partir dos cursos do PROEJA, cursos de curta duração, cursos EAD, graduação, pós-graduação e outros.

7.4 INSERÇÃO

Esta categoria, da mesma forma que as anteriores, foi analisada sob a visão dos gestores dos câmpus que expressam que estão inseridos e comentam sobre a participação como uma das formas desse processo ocorrer, porém também ressaltam que este processo de inserção apresenta algumas fragilidades. Apontam que, atualmente, estão bem mais inseridos e conhecidos que antes, mas tem que aperfeiçoar a parte que se refere a uma maior participação da comunidade em todo o processo. Conforme GA.4:

[...] são vários momentos em que a gente organiza para que, tanto estudantes quanto os servidores, enfim, possam participar com sugestões com apontamentos, enfim tá aberto para eles poderem participar. Essa participação ocorre desde a elaboração e relatórios, construção de laboratórios, tem toda uma metodologia que se constrói [...].

GA.4 afirma que “*[...] a unidade, no caso o câmpus, ele está plenamente inserido [...] na comunidade*”. Porém, ao ser perguntado a respeito se existem algumas fragilidades nesse processo de inserção, alguma dificuldade que vê, GA.4 responde que sim e explica:

Estamos inseridos, mas ainda temos um longo fazer caminho. A gente já está mais inserido, já somos mais conhecidos, mas é aquilo que eu falei antes para você, ainda a gente precisa sair um pouquinho mais dos nossos muros [...] do que estamos aqui e termos [...] uma maior comunicação, uma maior aproximação. Isso acho que é importante. Eu acho que ainda a gente não atingiu [...] o nosso objetivo. A gente precisa ainda trabalhar para atingir mais ainda esse objetivo, que é nos aproximar mais da comunidade, porque essa nossa finalidade não é trabalharmos para nós mesmos, não é isso que abre portas para os nossos estudantes [...]. É [...] através dos projetos de pesquisa e extensão que nós vamos nos aproximar mais dessas comunidades, fazendo que o nosso estudante, na verdade não é só o nosso estudante, ir até [...], mas sim, a comunidade vir para nós, porque, muitas vezes, a gente tem a ideia de que a gente vai resolver um problema para a comunidade. E aí a gente pensa em algo, desenvolve algo, mas a gente não se deu conta, talvez, que esse [...] se desenvolver algo para solucionar alguma coisa... que a gente, nós, enquanto instituição, achamos que estamos resolvendo, às vezes, falta participação da comunidade, ou seja, a comunidade tem que dizer: eu quero algo, como que eu quero ... eu tô precisando, eu tô com uma demanda, estou com uma dificuldade para resolver um problema... como que eu vou fazer para resolver esse problema? Mas eu tenho [...] ele, tem que me dizer o que que ele quer, porque se eu for lá for avaliar, for analisar daqui a pouco eu não vou [...] fazer exatamente algo que contribua para ele, então acho que essa aproximação tem que dar nesse sentido e a gente atender sim a comunidade, mas a gente ouvir a comunidade.

Outra questão que foi objeto de busca era saber os relatórios produzidos institucionalmente, de fato, se configuram em ferramentas de atuação para o período de cinco anos, no caso 2019/2023. A resposta foi positiva, sendo que todos são publicados na página institucional, inclusive as

conquistas, ações, resultados, e todas as pessoas têm acesso ao *site*, além disso, há divulgação direcionada para os estudantes, pois todos os anos têm avaliações e eles podem fazer apontamentos e sugestões, além da comunidade externa.

Verifica-se na fala acima de GA.4 que, com essa metodologia de participação, se considera aberta a comunicação com a comunidade, mas que podem melhorar a interação para atendimento de suas demandas, como pode-se constatar a seguir:

[...] talvez a gente ainda precise que a comunidade entenda isso. Então como a comunidade talvez não [...] [tenha entendido] ainda é porque está faltando talvez da nossa parte essa inserção maior com a comunidade para que ela sinta realmente que ela pode chegar até nós e realmente ser atendida [...].

Quanto à existência de cooperação com os Estados e municípios, especialmente com os professores, algum tipo de cooperação no que tange às capacitações, sua resposta apontou que *“[...] tem assim um grande envolvimento nesse sentido, nessa participação de formação de professores fora da comunidade, mas a gente tem muitos projetos em que a gente leva para os estudantes das escolas [...]”*.

Nesse sentido, abrem-se possibilidades de uma maior comunicação, inserção com a comunidade, segundo GA.4:

[...] o que a gente tá pensando é a gente possibilitar parcerias com as secretarias do município, do Estado e da região aqui para que a gente tenha essa parceria, essa formação com os docentes e agregando, ou seja, nós estaríamos levando uma formação e não só nós levando, mas essa parceria ... porque é uma troca. Não é só um levar daqui para lá, mas sim uma troca: ouvir eles também, então acho que essa parceria ela falta [...]. Isso a gente não tem, a gente tem sim muito com o estudante, por exemplo, nós temos vários projetos de extensão e ela é muito importante.

De acordo com GB.4, o objetivo está sendo bem atendido, *“porém vejo a instituição ainda longe da comunidade acho que nós, como instituição, erramos, mas a comunidade também deixa um pouco a desejar”*. Na sequência de sua exposição, ele reforça a ideia de criação de novos mecanismos e melhoramento no que tange à participação das comunidades em todos os processos para aumentar a inserção no território. Em relação à participação externa sobre a participação de forma individual cita que *“[...] algum servidor participa nesses conselhos das mulheres na prefeitura e dentro da instituição tem vários conselhos que também se abrem para*

a participação externa [...]”, então, muitas vezes, essas participações geram outras participações e combinam em quais participar, desta forma ela acontece mais de forma pontual.

GC.4 destaca que os câmpus novos se esforçam para aumentar a inserção e buscam fortalecer essa inserção a partir da comunicação:

[...] entendo que como câmpus novos, como estava dizendo, nós temos buscado reforçar muito essa inserção com a comunidade seja no local seja na região como um todo, mas existem sim as dificuldades. O câmpus ainda não tem esse reconhecimento pela comunidade regional, não é porque muitos ainda não sabem que existe um câmpus que oferta o curso de agricultura, um curso do agronegócio superior, um curso de enfermagem técnico (curso que estamos no próximo ano com a possibilidade de enfermagem bacharelado superior) e assim na área de informática também. É por isso que a gente está buscando fortalecer esses canais de comunicação para essa inserção e, principalmente nesse momento virtual, nesse momento de pandemia que a gente está tendo por que o nosso planejamento era até então presencial, era justamente nós irmos até por exemplo à Associação dos Municípios das Missões nas assembleias deles e dizer que nós temos o câmpus aqui [...].

Ao ser questionado acerca de quais e o tamanho dos grandes gargalos, ou seja, dos grandes desafios para essa inserção, e que estratégias de ações propuseram para solucionar a questão, GC.4 informa que *“instituímos uma comissão de divulgação do câmpus. É uma comissão permanente, não é só um processo seletivo de recrutar candidatos interessados nos cursos nossos para nós divulgarmos”*. Ainda ao complementar sua percepção, destaca que as inserções ocorrem por meio de participação em feiras, articulação com a prefeitura local, capacitações, parcerias nos projetos de pesquisa e extensão, participação da comunidade nos processos da instituição, mas tem como foco principal para esta inserção territorial ocorrer a comunicação com todos.

7.5 DIÁLOGO COM OUTRAS POLÍTICAS SETORIAIS

Esta categoria aborda como ocorre a dinâmica do diálogo com outras políticas setoriais e pode-se destacar que entendem que ainda trabalham internamente, por isso dialogar com outras políticas setoriais podem e necessitam ser melhor estruturadas mais, conforme verifica-se nas respostas apresentadas na sequência pelos gestores entrevistados. De acordo com GA.5:

[...] o diálogo acontece a partir da participação da comunidade externa que também pode participar de eventos e nesse evento são divulgados todos os nossos trabalhos de pesquisa e extensão. Existe participação dos institutos em conselhos, essa participação do Instituto existe... [...] ainda o Instituto tá mais fechado... trabalha

mais internamente... é divulgado nas redes sociais Facebook, Instagram. Divulga todas essas nossas conquistas e, também, sempre que possível, a gente vai até a rádio... nos jornais... existe também a participação em conselhos municipais e participação de forma particular de grupos sociais.

De acordo com GB.5, o diálogo com outras políticas setoriais ocorre mais em casos específicos quando há algum convite, então algum servidor isolado participa:

[...] em relação ao Estado, algumas capacitações e, até em relação aos conselhos municipais tem algumas participações, por exemplo de algum servidor que você sabe que participa ... tem esses conselhos das mulheres na prefeitura não dentro da Instituição e têm alguns conselhos que eles combinam, às vezes, que hoje tem servidores que participam.

GC.5 destaca que usa a comunicação radiofônica e mídias sociais para comunicar as ações internas da instituição e para se comunicar com a sociedade e que, além destes, tem a inserção em conselhos municipais e COREDEs:

[...] estamos inseridos nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento do Município e, também do COREDEs Missões no centro e temos uma representatividade de um servidor da casa em cada conselho, seja do Conselho Municipal da Educação ... da Saúde ... do Ambiente e da Agricultura, e assim por diante. Essa representatividade, pois, sempre esses órgãos estão buscando... vindo até nós para trazer alguma coisa que tenha uma proposta de desenvolvimento assim para o conjunto do câmpus.

Novamente nas falas nota-se que, quando os docentes e pesquisadores desenvolvem projetos de pesquisa voltados para compreender os problemas decorrentes da sociedade e da comunidade local e regional, existe a possibilidade de participação da comunidade nas decisões sobre os projetos de pesquisa.

7.6 ABRANGÊNCIA DE ATUAÇÃO DOS INSTITUTOS

Nesta categoria, percebe-se um alinhamento entre os IFES sobre suas áreas de abrangência, porém não existe um limitador de área geográfica para o aluno que quer cursar os cursos em qualquer câmpus ou IFES. Esclarece GA.6 que: *“nós temos estudantes e, com certeza, nós temos estudantes de outras cidades. [...] até um estudante de São Paulo e outros, mas a maior abrangência é os municípios aqui próximos a Ibirubá”*.

De acordo com GB.6 existe uma abrangência de região, porém há alunos de todo lugar, *“hoje gente tem alunos indo e vindo todo dia de vários lugares distantes de nossa região de*

abrangência”, e justifica que “ele vai escolher e vai fazer na nossa escola por causa do curso que procura e eu acho que isso é o principal”.

Já GC.6 entende que a região de abrangência para os Institutos buscarem seus alunos e divulgarem seus cursos estão definidos nos regimentos da Instituição e que a forma de atuação das Instituições estão definidas no PDI de cada uma, mas que não existe impedimento no caso de um aluno de outra região realizar o curso em qualquer um dos IFES, inclusive existe essa demanda, porque existe um alinhamento entre todos os IFES em relação à divulgação dos cursos que se propõe a trabalhar dentro da região de abrangência, mas não tem nada por escrito que impeça este trabalho no espaço do outro ou nas proximidades.

7.7 ADERÊNCIA À PRÁTICA DOS OBJETIVOS DE CRIAÇÃO DESDE A SUA CONCEPÇÃO

Nesta categoria, a partir de uma visão local, verifica-se um alinhamento no cumprimento dos objetivos desde a sua concepção, no entanto, alguns documentos institucionais foram adaptados à realidade local e aos arranjos produtivos locais, sendo que a verticalização dos cursos, depende de orçamento e mão de obra, porém estão no caminho. Para alavancar isso muito trabalho está sendo realizado em forma de rede para melhor atender as necessidades da região e ter profissionais da área para realizar e acompanhar o projeto.

GA.7 entende que estão alinhados com os objetos, com o PDI e regimento, e argumenta que muita coisa na prática foi se adaptando à realidade local e aos arranjos produtivos locais. E GC.7 destaca que os objetivos estão alinhados com os cursos, e que fizeram algumas modificações de acordo com realidade local, e com esse alinhamento está se procurando cumprir a missão institucional. E esta abrange todos que estão localizados em diferentes pontos, que seria o de *“oferecer um ensino público gratuito, promover a educação científica e tecnológica”*, e com tudo isso está busca-se fortalecer os laços com a sociedade, *“atender essa situação, atrelados aos arranjos produtivos locais e culturais, são todos esses como a gente já falou, todos os projetos, essas ações na de busca atender esses arranjos produtivos, sociais e culturais, então tem um ponto que acredito que estamos cumprindo”*. Para GB.7 o objetivo está sendo bem atendido, mas ainda tem muita coisa para ser realizada, *“está muito longe da comunidade acho que nós como instituição erramos em não nos aproximarmos mais, porém a comunidade também deixa um pouco a desejar”*, pois existe abertura e pouca participação.

8 PERCEPÇÃO DA SOCIEDADE NOS LOCAIS DE ATUAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DO RIO GRANDE DO SUL

Analisando as entrevistas realizadas com a sociedade nos locais onde estão instalados os IFES tem-se algumas percepções no que se refere aos Institutos analisados levando em consideração as mesmas categorias já referenciadas para este estudo, ou seja: dimensão social, econômica e cultural; soluções técnicas e tecnológicas; cidadania; inserção; diálogo com outras políticas setoriais; abrangência de atuação dos Institutos; e aderência à prática dos objetivos de criação desde a sua concepção. Para tanto, apresentam-se abaixo algumas das ideias principais levantadas nas entrevistas.

Verifica-se a concordância dos entrevistados em relação à categoria dimensão social, econômica e cultural e o desenvolvimento, constata-se que a maioria dos entrevistados não possui conhecimento de toda a amplitude e abrangência dos IFES, apesar desse conhecimento parcial entendem que acontece a partir da interação dos alunos, da sociedade, da gestão, dos projetos e da participação da sociedade na Instituição. Também expressam que quando há cursos profissionalizantes e outras formações, de acordo com os arranjos produtivos locais, se tem uma mudança grande em termos de especialistas na área. Nos aspectos econômico, social, cultural observam que estão interligados e que existem os espaços abertos para diálogo com a sociedade, através de projetos pesquisa e extensão, conselhos, eventos.

Em seus depoimentos os representantes da sociedade demonstram que ainda existe a falta de hábito de participação da sociedade na Instituição, seja avaliando ou participando das decisões. E que a interação entre as instituições e sociedade se dá em alguns momentos, no entanto, isto ainda se constitui num desafio para que uma maior interação ocorra, a partir da conscientização das pessoas no que tange à participação. Interessante verificar que levantam a possibilidade de não só a sociedade ser chamada para participar, mas que a sociedade chame a Instituição para participar também das instâncias externas, de modo que os órgãos externos incluam mais os Institutos em suas pautas.

De certa maneira evidencia-se um certo consenso que a participação leva tempo para se consolidar, bem como a educação também para ver os resultados de toda essa formação de mão de obra qualificada, porém é a partir das IE que acontece o envolvimento com a comunidade e desenvolve-se a cidadania. Nesse sentido, o que conhecem e se propõe em termos de educação

nos IFES demonstra a enorme preocupação com o desenvolvimento local e regional, com uma formação cidadã, humanizada e integrada com pessoas ativas na sociedade. Também mostram que os arranjos produtivos locais estão sendo levado em conta nas escolhas de cursos nas Instituições, e que muito contribui para um desenvolvimento econômico e social quando oferece uma formação de qualidade para seus alunos, se emanciparem e conquistarem seus espaços no mercado de trabalho.

Em relação à solução técnica e tecnológica, os entrevistados SA e SB comentam que os projetos de extensão devem ser voltados para soluções dos problemas das comunidades, trazendo inovação, soluções tecnológicas para os problemas e que os estágios que são realizados proporcionam novos saberes para aquela organização e que as formações técnicas trazem aperfeiçoamento. No entanto, SC e SD abordam a questão do aumento das horas práticas nos cursos, que ocorra mais investimentos em projetos e pedem que aumente essa comunicação com a sociedade, pois uma minoria não conhece além da própria instalação da Instituição naquele município, mas que entendem que só pelo fato de estar ali já trazem consigo uma série de outras demandas para aquele local, investimentos, oportunidades, novos recursos, além de todos os alunos que vêm estudar, existe uma grande movimentação que reflete no local.

Em relação à categoria de abrangência de atuação, os entrevistados apontam que não possuem um aprofundamento da área de alcance, mas entendem que os alunos vêm de toda parte estudar conforme seu interesse, e que é uma grande conquista ter uma Instituição pública e gratuita dentro do Município. Percebe-se que não fazem distinção entre IFES ou outro a nível macro, porém falam da movimentação que acontece com os alunos que vêm de fora estudar ali, ônibus que chegam e que alguns moram no local em estabelecimentos que foram criados, participação da agricultura familiar da região para fornecimento de alguns alimentos, casas que são alugadas, pequenos comércios no geral.

No que trata a categoria da aderência à prática dos objetivos de criação desde a sua concepção, percebe-se que os entrevistados não têm conhecimento aprofundado do regimento e documentos legais da Instituição por mais que estejam disponíveis na página. Mas entendem que as mudanças devem servir para se adaptar à realidade e necessidades locais e que a existência destes Institutos se tornou importante para a comunidade crescer se desenvolver e que com o decorrer do tempo poderão ser mais conhecidos.

9 SÍNTESE DAS PERCEPÇÕES, DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Neste capítulo elabora-se uma síntese dos principais resultados com base na análise a partir das percepções dos entrevistados e da análise documental. Na segunda seção deste capítulo abordam-se desafios e possibilidades para os IFES.

9.1 SÍNTESE DAS PERCEPÇÕES A PARTIR DAS CATEGORIAS ANALISADAS NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Esta seção explicita uma síntese das categorias analisadas: dimensão econômico, social e cultural; soluções técnica e tecnológica; cidadania, inserção social; diálogo com outras políticas setoriais; abrangência e atuação dos institutos; aderência à prática dos objetivos de criação desde a sua concepção. A demonstração foi realizada a partir de um quadro que contempla uma síntese da percepção dos três Institutos entrevistados, analisados pela pesquisadora.

Neste quadro, foi possível constatar que as repercussões dos IFES acontecem a partir do tripé, ensino, pesquisa e extensão, nos cursos de graduação, pós-graduação, cursos profissionalizantes oferecidos, nas pesquisas, na solução de problemas locais, e na extensão através dos projetos e capacitações de curta duração.

A Instituição possui espaços para o diálogo com a sociedade, nos conselhos dirigentes, no colegiado do câmpus, nos núcleos, porém é na extensão que se concretiza, colocando em prática os conhecimentos adquiridos, e estabelecendo relações com a sociedade e suas demandas, criando espaços para o diálogo e participação. Percebe-se que há formas diferenciadas de receber as demandas e problemas na sociedade, e diversos critérios para desenvolvê-los, nas equipes de projetos, escritórios de projetos, equipes que atuam em rede e de forma colaborativa e existe participação das Instituições em Conselhos Regionais, municipais de forma pontual e diversas.

No entanto, existe uma carência em inovar e criar mecanismos para receber demandas da sociedade, aumentando a participação e o envolvimento dela. E, em relação às devolutivas dos projetos, cabe ressaltar que as mesmas ocorrem em eventos pontuais, rádio, *site* institucional, porém não há um acompanhamento, registro para saber como estão após o projeto realizado ou formações concluídas.

Quadro 8 – Síntese das percepções dos entrevistados à luz das categorias e critérios de análise

Categorias	Instituições	Dirigentes	Gestores	Sociedade
1. Dimensão econômica, social e cultural	IFRS	Através dos projetos de pesquisa e extensão em parceria com a sociedade, verticalização do ensino, cursos técnicos, bacharelados presenciais e a distância, além de uma enorme abrangência dos IFES. No desenvolvimento não define o que é causa ou consequência, mas o que traz qualidade de vida às pessoas.	Os projetos e a formação são importantes para desenvolver esses aspectos e devem trabalhar cada vez mais fora de seus muros. Alinhamento dos projetos de ensino pesquisa e extensão aos arranjos produtivos locais ou regionais.	Muito importante é a presença dos IFES, os projetos desenvolvidos de pesquisa e extensão e a formação proporcionam o desenvolvimento nessa dimensão.
	IFSUL	Existe uma integração dos três aspectos e ocorre com os cursos disponibilizados, programas, parcerias com as comunidades, principalmente a partir da extensão e pesquisa, que é onde o conhecimento é aplicado e disponibilizado para a sociedade, trazendo um envolvimento com a comunidade externa.	A integração de pessoas indo e vindo de todas as cidades, a qualificação da mão de obra para o mercado de trabalho levando em conta o desenvolvimento humano, leva em conta esses aspectos.	Entende que traz todos esses aspectos, porém se sentem um pouco distantes ainda da Instituição.
	IFFAR	Formação de mão de obra a partir da necessidade dos arranjos produtivos. Outros investimentos vêm junto, outras políticas públicas como transporte, infraestrutura, alimentação, outras empresas de instalando ao redor.	Entende como complexo e importante desenvolver de forma equilibrada o social econômico e o cultural. Essa dimensão aparece nos projetos e ações de extensão nas mais diferentes áreas de atuação, formação de agricultores, formação de professores e outros.	Compreendem que os IFES são importantes para os aspectos econômicos, culturais e sociais, qualificando a mão de obra local através das formações. Porém, devem explorar cada vez mais o diálogo com as empresas locais e sociedade em geral.
2. Soluções técnicas e tecnológica	IFRS	Ajuda na solução de problemas envolvendo projeto de pesquisa de extensão, em que o município pode procurar o Instituto Federal para resolver o seu problema seja ele qual for.	Resolução dos problemas enfrentados pela comunidade a partir da parceria nos projetos. Possuem um escritório de projetos.	Desconhecem as soluções no geral, as formas de divulgação e de participar, e outros que conhecem bem a partir da parceria com projetos que solucionaram problemas da comunidade local.
	IFSUL	Acontece por meio da interação, quando se abre para a comunidade participar, nos conselhos, audiências públicas, curso de extensão. Se cria uma relação com a comunidade, oportunizando espaços para se expor as carências naquele momento da sociedade.	Ocorre a partir dos próprios alunos que trazem as dificuldades enfrentadas e se faz um projeto pesquisa, também nos estágios práticos em que se usa a teoria e a prática.	Desconhecem e têm as capacitações, formações como referência.
	IFFAR	Deve estar envolvida com os problemas da comunidade para ir em busca de soluções técnicas e tecnológicas nos processos, e se dá a partir dos projetos (pesquisa e extensão).	A partir dos projetos em parceria com a sociedade trabalhos de extensão e aulas práticas dos cursos e nos locais de estágio.	Conhecem, mas de forma geral, em alguns pontos em que participaram. E consideram muito importante para a comunidade.

Categorias	Instituições	Dirigentes	Gestores	Sociedade
3. Cidadania	IFRS	Presente nos seus objetivos estratégicos e em seus Planos de desenvolvimento Institucional, através de ações que promovem o desenvolvimento humano, toda a preocupação que se tem com os alunos na questão da inclusão. A partir dos núcleos de inclusão e as assistências que são dadas aos alunos de baixa renda, o incentivo a sua participação em colegiados, no diálogo na gestão, em projetos de pesquisa e extensão em parceria com a comunidade e outros.	Construção da cidadania, principalmente da transformação social a partir dessa inclusão.	Entendem como uma instituição que proporciona inúmeros benefícios para os alunos, e outros desconhecem.
	IFSUL	Idem.	Oportunidades de o aluno de baixa renda a partir das políticas públicas de assistência.	Entendem como aberta e inclusiva, que têm benefícios aos alunos, assistência para a permanência, porém desconhecem detalhes do funcionamento dos IFES.
	IFFAR	Idem.	A educação e o desenvolvimento têm um caminho único, e são as pessoas dentro dessa formação profissional formação científica tecnológica. E ela acontece tudo junto, incluindo.	Consideram a Instituição com uma Educação de qualidade gratuita muito importante para a região, porém desconhecem no geral o funcionamento.
4. Inserção social	IFRS	Relacionamento aberto com a comunidade local. Existem canais para isso também, um sistema <i>on-line</i> o tempo inteiro onde qualquer pessoa vai entrar lá e vai apresentar sua demanda para receber um filtro para atender a demanda. Têm os eventos institucionais nos quais se divulga para a sociedade como um todo.	Estão inseridos, e isto ocorre em vários momentos (eventos, projetos, formação, audiências públicas, participação em conselhos). No entanto, seria com a participação da sociedade e dos Institutos nela que este acontece. Apresenta fragilidades, aumentar a participação na sociedade por parte dos IFES.	Entendem que os IFES estão cada vez mais conhecidos na região e se inserindo cada vez mais.
	IFSUL	Relacionamento aberto, porém, tem como qualificar este processo e melhorar a inserção. Traz como carência criar formas padronizadas para receber as demandas e que podem ir mais além através dos projetos de pesquisa e extensão, e melhorar o relacionamento com a sociedade. E criar mecanismo e conseguir aumentar o volume de participação da sociedade.	Estão inseridos, porém precisam se fazer mais presentes na sociedade, conselhos e outros (externo). E internamente aumentar a participação, pois ocorre apenas em alguns momentos específicos ou pontuais.	Essa inserção acontece ainda de forma lenta, desconhecem outros projetos da Instituição, mais as capacitações e formações.
	IFFAR	Se dá por meio de parcerias projetos, cursos e atuação do câmpus, levando em conta o tempo, a capilaridade, divergindo entre os locais.	Existe um esforço de cada unidade em se aproximar da sociedade, porém existem alguns fatores que definem essa aproximação, além do	Existe uma inserção na comunidade, porém falta trabalhar mais o diálogo, conhecer as realidades. Dialogar sobre o tempo de

Categorias	Instituições	Dirigentes	Gestores	Sociedade
		No entanto, este processo como um todo pode ser qualificado, melhorado.	tempo de atuação, o perfil do gestor, diferentes APLs e a diversidade regional. O retorno para a sociedade precisa ser mais bem trabalhado para se chegar a um maior número de pessoas.	estágios, cursos, necessidades de capacitações da comunidade local.
5. Diálogo com outras políticas setoriais	IFRS	Projetos fazem parte deste diálogo, a partir das parcerias entre órgãos públicos, principalmente na área da educação. O diálogo a nível macro ele acontece com a participação de Conselhos Regionais e a nível local conta com a participação de alunos, técnicos, gestores, e grupos sociais dos municípios, tais como, ONGs, conselhos municipais, COREDEs, entre outros. Algumas ferramentas de diálogo pouco conhecidas pela sociedade.	O diálogo acontece a partir da participação da comunidade externa que também pode participar dos eventos em que são divulgados todos os trabalhos de pesquisa e extensão, e existe participação dos institutos em conselhos. Porém ainda trabalham bastante internamente, precisam se abrir mais. Alguns desconhecem.	Alguns desconhecem, outros consideram importante a participação da Instituição em conselhos municipais, COREDEs.
	IFSUL	Existem algumas participações em conselhos dos câmpus, núcleos e participação externa em conselhos municipais, ONGs, que favorecem esse diálogo, de forma pontual e diversas. Melhorar mecanismos para receber demandas da sociedade, melhorando o diálogo com a mesma.	Ocorrem mais em casos específicos, quando há algum convite então algum servidor isolado participa, ou alguma capacitação.	Desconhecem, porém, consideram importantes esses diálogos para entender os problemas da sociedade.
	IFFAR	Acontece junto aos municípios com a participação de servidores em conselhos municipais, regionais, externos a Instituição, com a participação da sociedade civil organizada nas Instituições, nas capacitações em parcerias com Estados e municípios. Através dos projetos oriundos a partir desse diálogo junto à comunidade local.	A comunicação acontece a partir do rádio, das mídias sociais, em que divulgam as ações internas da Instituição e através da inserção em conselhos municipais e COREDEs. E nos projetos existe a abertura para participação da sociedade.	Existem esse diálogo em vários momentos, participação nos conselhos dos câmpus, COREDEs e entendem que a sociedade deveria participar mais.
6. Abrangência de atuação dos Institutos	IFRS	Não existe uma marcação ou proibição de se ter alunos de outras regiões, no caso de diferentes Instituições, existe uma afinidade e alinhamento entre as IF presentes no Rio Grande do Sul. E cada unidade tem suas características próprias de acordo com a região instalada, isso se refere às áreas de formação também.	Existe um alinhamento entre os IFES sobre suas áreas de abrangência, porém, não existe um limitador de área geográfica para o aluno que quer cursar os cursos em qualquer câmpus ou IFES.	Entendem que a região seria a área de abrangência, porém desconhecem documentos Institucionais que definem este.
	IFSUL	A abrangência das regiões é bem variada e o seu alcance vai depender dessa interação com a sociedade.	Existe uma abrangência de região com a localização das unidades, porém tem-se alunos de todo lugar, se tem alunos indo e vindo todo dia	Não têm conhecimentos sobre documentos institucionais, mas entendem que a Instituição deve ser aberta para todos.

Categorias	Instituições	Dirigentes	Gestores	Sociedade
			de vários lugares distantes de nossa região.	
	IFFAR	Tomou-se como referência a região em que está localizada, e procuram não sobrepor a área de atuação de outros IFES do Rio Grande do Sul. E que escolhas das cidades para a instalação das unidades ocorreram de uma forma geral a partir de editais e de um diálogo com os municípios.	Abrangência para os Institutos buscarem seus alunos e divulgarem seus cursos, estão definidos nos regimentos da Instituição e que a forma de atuação das Instituições estão definidas no PDI. Não existe impedimento no caso de um aluno de outra região cursar o curso em qualquer um dos IFES.	Não têm conhecimento detalhado, mas entendem que seria todas as pessoas que têm interesse nas formações daquele câmpus.
7. Aderência a prática dos objetivos de criação desde a sua concepção	IFRS	Estão alinhadas com os objetivos de criação, levam em consideração a região onde estão o que se torna muito importante para um alinhamento com os documentos institucionais.	Estão alinhados com os objetos, com o PDI e regimento, e que muita coisa na prática foi se adaptando à realidade local e aos arranjos produtivos locais.	Entendem que seguem os objetivos propostos, mas não têm conhecimento aprofundado sobre a Instituição.
	IFSUL	Os objetivos de criação seguiram, e cresceram na quantidade de alunos nos cursos.	Está sendo bem atendido, mas ainda tem muita coisa para ser realizada, está longe da comunidade. Existe abertura e pouca participação.	Não conhecem os documentos da instituição, mas dizem que os Institutos cresceram ali e possuem cursos com muito potencial para o município.
	IFFAR	Os objetivos estabelecidos no PDI não Houve mudanças no decorrer de sua implantação e na prática não sofreram mudanças no decorrer de sua implantação.	Os objetivos estão alinhados com os cursos, e se teve que ser fazer algumas modificações de acordo com realidade local, e com esse alinhamento está se procurando cumprir a missão institucional.	Entende que devem ser modificados de acordo com a realidade local e necessidades da região.

Fonte: Elaborado pela autora.

9.2 DESAFIOS E POSSIBILIDADES NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL

Nesta segunda seção do capítulo abordam-se os desafios e possibilidades para os IFES, observados a partir do Quadro 8 que trata da síntese da percepção dos três Institutos entrevistados, analisados pela pesquisadora.

A visão sobre os desafios e possibilidades de desenvolvimento nos IFES se basearam nas entrevistas realizadas com dirigentes, gestores, sociedade civil, considerando as relações com as categorias de análise e os estudos de alguns teóricos. Concebe-se que o desenvolvimento local implica na articulação de vários atores e esferas de poder, seja a sociedade civil, ONGs,

instituições privadas, públicas e o próprio governo. Considera-se que cada um dos atores tem seu papel para contribuir com o desenvolvimento local (BUARQUE, 1999), e para Brandão (2012), o desenvolvimento de um determinado território depende de várias inter-relações para obtê-lo. E que para Sen (2011, p. 18), para que haja desenvolvimento este “requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade, pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos”. Desenvolvimento como liberdade, redução às desigualdades sociais. Furtado (1984) traz o desenvolvimento como um processo de transformação do mundo realizado pelo homem com a intenção de atender as suas necessidades, e que não se limita a isso, para que consigam os seres humanos e as sociedades precisariam elevar os seus potenciais de invenção cultural para conseguir as transformações esperadas.

Portanto, tendo estas referências, considera-se essencial a existência de políticas públicas locais que incentivem a participação da comunidade e seu desenvolvimento em diversas áreas, em especial na educação de qualidade que proporcione um desenvolvimento econômico, social, cultural da comunidade a partir dos incentivos públicos ao ensino, pesquisa e extensão.

Desde sua criação, observa-se a repercussão dos IFES na concretização de políticas públicas e, com esse estudo constata-se que ela ocorre de várias formas, desde a forma de gestão exercida nos diferentes âmbitos que compõe a rede institucional, até a maneira com as pessoas se relacionam internamente e externamente com a sociedade, na formação da mão de obra qualificada, nos projetos de pesquisa e extensão buscando soluções para a comunidade, na presença na região. Também que com a instalação dos Institutos houve ampliação do acesso à educação superior e de toda uma infraestrutura ao redor, pois percebe-se que ainda estão se instalando novos estabelecimentos, há aumento da mão de obra qualificada, aquecimento de outros ramos como alimentação, transporte local, agroindústrias e pequenos comércios.

No entanto, é muito complexo afirmar que por si só a educação através das IE dá conta de trazer o desenvolvimento da região, pois compreende-se que se faz necessário implantar outras políticas setoriais, locais para incentivar a economia local e melhorar a qualidade de vida da população, reduzindo as desigualdades sociais. Porém, percebe-se que as IE contribuíram muito em termos do avanço da educação, caminhando lado a lado ao desenvolvimento, contribuindo não só para a formação profissional, mas para uma emancipação do indivíduo com uma

formação cidadã, inclusiva, de qualidade, com cidadãos ativos na sociedade. E que, portanto, existem muitos desafios e possibilidades a percorrer (Quadro 9).

Quadro 9 – Desafios e possibilidades de desenvolvimento

Desafios	Possibilidades
Redução dos orçamentos Públicos ano após ano	Aproximação maior com a sociedade, para ir em busca de uma maior valorização da Educação.
Novos investimentos em Infraestrutura	Realizar parcerias com outras universidades públicas ou privadas, outros órgãos para suprir a necessidade. Ir em busca de emendas parlamentares.
Equipamentos novos	Emendas, projetos, parceria com a sociedade para a aquisição, doações.
Criação de mecanismos de Participação da Sociedade	Elaborar ou aperfeiçoar seus mecanismos de comunicação com a sociedade, para fazer um levantamento das reais necessidades.
Acompanhar a repercussão da dimensão econômica, social e cultural	- Registro dos egressos Na extensão: manter contato após o projeto para ver os resultados, e como foi o andamento para um futuro aperfeiçoamento. Nos cursos de formação, ter um <i>feedback</i> constante da comunidade e alunos para ver qual modificações são necessárias nos currículos. Democratizar cada vez mais os processos.
Aumentar o diálogo com outras políticas setoriais	Se fazer presente na comunidade, participando de conselhos, comissões, eventos externos, Rádio, jornais, televisão. <i>Webinar</i> com outras universidades da região.
Aumentar os projetos de extensão e seu alcance	Envolver todos os servidores em algum projeto. Aperfeiçoar a forma que se conduz os projetos, do objetivo do projeto. Pensar em projetos em rede e distribuir em cada câmpus, de acordo com uma necessidade da comunidade regional. Incentivar a comunidade a estar organizada para liderar os projetos e assim contribuir para seu desenvolvimento. Conseguir mais investimentos nos projetos através dos órgãos de fomento.
Redução das políticas sociais	Fazer projetos com bolsas para contemplar alunos de baixa renda a continuarem seus estudos.
Carências de pessoal nos câmpus para expansão dos cursos	Buscar o ensino EAD para inserir novos cursos e abrir possibilidades para alunos distantes, buscando a contribuição da rede dos IFES para os profissionais da área. Formalizar junto ao MEC essas necessidades.
Desafios da gestão participativa para com a sociedade	Ter cada vez mais espaços abertos para diálogo e participação para se ter uma gestão participativa. Formalizando nos documentos e divulgando essas participações. Convidar a sociedade para se fazer presente através de uma conscientização da importância para uma Educação com qualidade.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos resultados do estudo.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, expõe-se as considerações finais acerca do objeto de estudo pesquisado nesta tese que trouxe como objetivo geral analisar e compreender a repercussão dos IFES do Rio Grande do Sul na dinâmica regional por meio de sua inserção no território.

As análises e interpretações sobre as repercussões, a dinâmica das Instituições Federais de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, sua contribuição para o desenvolvimento Social, econômico, realizados na presente pesquisa seguiram a metodologia da HP proposta por Thompson, em que no decorrer da pesquisa se definiu sete categorias relacionados ao tema. Essas categorias foram assim definidas: dimensão econômico, social e cultural; soluções técnicas e tecnológica; cidadania; inserção social; diálogo com outras políticas setoriais; abrangência e atuação dos institutos; e aderência à prática dos objetivos de criação desde a sua concepção.

Por intermédio das entrevistas, foi possível traçar uma visão ampla considerando as categorias de análise naquilo que se refere o objetivo deste trabalho, as quais estão presentes nas IE e se concretizam a partir do tripé ensino, pesquisa e extensão e, também, de uma gestão dialógica que permite que haja participação da sociedade. Porém se faz necessário ressaltar que é na extensão que se estabelecem as relações e o diálogo mais efetivo com a sociedade. Quanto aos aspectos socioeconômicos estão identificados na formação de capital humano, na maneira com que a gestão democrática se realiza nas práticas da Instituição, no intercâmbio de experiência a partir das relações sociais vivenciadas dentro das Instituições em cada região.

Fica evidente a existência de IE superior voltadas para a oferta de uma educação com qualidade, voltada para a formação humanizada, com o objetivo de formar cidadão emancipados e ativos na sociedade, porém para que haja continuidade desta finalidade, se faz necessária a valorização e novos investimentos na Política Pública em Educação, quando nos referimos ao futuro das Instituições. Nessas condições, emerge a constatação que alguns desses desafios quanto ao futuro das IE, que se propagam à medida que há mudanças políticas que interferem diretamente na área da educação do país. Dentre os desafios estão a preocupação sobre a manutenção da estrutura e a necessidade de novos investimentos, novas instalações, aumento do quadro de pessoal e oferta de novos cursos.

Em relação à interação com a sociedade, esta requer o aprimoramento e a criação de novos mecanismos de comunicação e participação, tanto internos quanto externos. Razão pela qual é necessário envolver cada vez mais a sociedade na dinâmica interna dos Institutos para ampliar a comunicação de forma a ouvir suas necessidades, manter uma educação com qualidade e ter uma gestão voltada para a democracia, bem como ampliar a participação externa do Instituto na sociedade. Outro desafio se constitui na necessária participação da sociedade, embora existam vários espaços ainda há pouca participação.

Entretanto, o atual cenário em que se está vivendo faz esta autora questionar se não está se perdendo um pouco do hábito de participar, devido a correria pela própria sobrevivência e o isolamento com a pandemia. Este trabalho mostrou que todas as pessoas e as relações sociais são importantes para o processo de desenvolvimento e que as relações se estabelecem a partir dos projetos de pesquisa, do ensino e, principalmente, da extensão, pois é onde se criam esses espaços de diálogo, interação e inserção. São atividades essenciais para impulsionar uma conexão, uma maior participação da sociedade em busca de melhorias para a qualidade de vida, participando ativamente nas decisões. Nesse sentido, ressalta-se a importância de políticas de educação que contribuam no processo de inclusão social e acesso equitativo, no sentido de impactar do processo de desenvolvimento das regiões, pois a educação é um propulsor de desenvolvimento. Ela deve estar voltada para incentivar os processos de comunicação com a sociedade, formando cidadãos reflexivos de sua realidade e proporcionar o desenvolvimento, fazendo a ligação dos incentivos públicos em projetos, as empresas e a sociedade. É fato que isto se refletirá de forma gradual, porém se olhar para o passado pode se ver o quanto se avançou na educação da população.

Portanto, o desenvolvimento é algo bastante complexo, pois precisa de várias inter-relações para que aconteça e a instituição de ensino deve estar inserida na dinâmica regional, abrangendo dimensões em diferentes escalas, que são de suma importância para o desenvolvimento, dimensões políticas, social, econômica, que precisam ser constantemente analisadas para verificar se suas ações de fato estão seguindo os objetivos de formação cidadã, através do ensino, pesquisa e extensão atendendo as demandas da sociedade. E a extensão deve acontecer de forma que incentive cada vez mais a participação da sociedade.

A pesquisa em Políticas Públicas em Educação nos IFES, por ser um processo dinâmico e em constante mudanças no decorrer dos anos, no que se refere a sua interação com a sociedade, se

constitui uma possibilidade de estudos futuros, abrindo espaços para vários temas, como a inserção da sociedade nos IFES, como dos IFES na sociedade de forma contínua. Nos locais onde estão presentes os IFES e em municípios ao redor, para verificar como estão sendo vistos, e se estão ampliando sua inserção, atendendo suas características e finalidades de criação.

De maneira geral, estas repercussões estão presentes nas manifestações dos entrevistados e não necessariamente representam uma realidade mensurada quantitativamente.

Pode-se afirmar que esta tese atingiu os objetivos propostos ao contribuir para que os IFES reflitam e passem a incorporar cada vez mais em seus planos de ação, estratégias e mecanismos sobre questões que se referem à obtenção de uma maior interação com a sociedade de modo a contribuir com o desenvolvimento territorial. E que sejam cada vez mais relevantes os estudos sobre a importância das políticas públicas em educação com o envolvimento da sociedade no território, além de considerar como um importante mecanismo para o desenvolvimento regional. O estudo colaborou para uma reflexão sobre a importância desta política pública de educação para a sociedade, de forma a demonstrar que o papel das IE superior na condição de dinamizadoras do desenvolvimento pode contribuir na redução das desigualdades sociais e melhoria da qualidade de vida das pessoas.

No entanto, para que este processo de desenvolvimento social, econômico ocorra é necessário que as IE sejam protagonistas no processo de desenvolvimento regional e continuem fazendo seu papel de formação através do ensino, da pesquisa e da extensão e que ocorram as inter-relações com governo, empresas e sociedade civil. Para que desta forma, se possa a partir da Política Pública em Educação, ter condições de igualdades em um país desigual, com políticas públicas realmente equitativas que trabalhem a igualdade a partir das diferenças de modo que não sejam produzidas ainda mais exclusões.

Em síntese, esta tese representa a valorização das Políticas Públicas em Educação, de forma a proporcionar o desenvolvimento social, econômico e cultural das regiões, com uma educação inclusiva que contribui para a redução da desigualdade social. Esta tese termina com um fechamento de um ciclo, que envolveu as repercussões de uma interessante Política Pública no qual se levou em conta seu contexto de criação para compreendê-la.

REFERÊNCIAS

ALLEBRANDT, S. L.; TENÓRIO, F. G. **Controle social de territórios: teoria e prática**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2018. v. 2.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. O método nas ciências sociais. In: GEWANDSZNAJDER, F.; ALVES-MAZZOTTI, A. J. (orgs.). **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1998.

ATLAS SOCIOECONÔMICO. **Tabela dos municípios por COREDE e região funcional de planejamento**. 2021. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/upload/arquivos/202010/09172616-tabela-dos-municipios-por-corede-e-regiao-funcional-de-planejamento.xlsx>. Acesso em: 10 out. 2020.

BECKER, D.; WITTMAN, M. L. (orgs.). **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

BID – BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **A política das políticas públicas: progresso econômico e social na América Latina – relatório 2006**. 2007. Disponível em: https://cursos.ufrrj.br/grad/admpublica/files/2015/08/A_pol%c3%adtica_das_pol%c3%adticas_p%c3%bablicas.pdf. Acesso em: 05 ago. 2021.

BIRKLAND, T. A. **Na introduction to the policy process: theories, concepts and models of public policy making**. 3. ed. New York: M. E. Sharp, 2010.

BRAGATO, J. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: inovação da política de educação profissional no Brasil? In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 5., 2018, Niterói. **Anais [...]**. Niterói: Ed. Universidade Federal Fluminense, 2018.

BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. 2. ed. São Paulo: Ed. Unicamp, 2012.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituições da rede federal**. 2019a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>. Acesso em: 19 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ministério da Educação**. 2019b. Disponível em: <https://www.mec.gov.br>. Acesso em: 12 fev. 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto-Lei nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Rio de Janeiro, 1909. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 19 set. 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 19 set. 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959**. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1959. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3552.htm. Acesso em: 19 set. 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937**. Dá nova, organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/l0378.htm. Acesso em: 19 set. 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978**. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasília, 1978. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6545.htm. Acesso em: 19 set. 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994**. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasília, 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8948.htm. Acesso em: 19 set. 2019.

BRASIL. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório do PNUD lança luz sobre nova geração de desigualdades**. 2019c. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2019/condicoes-de-partida-podem-determinar-desigualdades-no-futuro--r.html>. Acesso em: 13 dez. 2019.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Modelos de estado desenvolvimentista. **Textos para Discussão da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas**, fev. 2016.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e município sustentável**: material para orientação técnica de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília: IICA, 1999.

CASTRO, D. P. **Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público**: integração das áreas do ciclo de gestão – planejamento, orçamento, finanças, contabilidade e auditoria e organização dos controles internos, como suporte à governança corporativa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

CHIARELLO, I. S. A universidade e seu papel no desenvolvimento regional: contribuição do Poresde. **Revista Extensão em Foco**, Caçador, v. 3, n. 1, p. 240-257, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/extensao/article/view/795>. Acesso em: 10 mar. 2021.

CONIF – CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. 2019. Disponível em: <http://conif.org.br>. Acesso em: 11 fev. 2019.

CONIF – CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. 2021. Disponível em: <https://portal.conif.org.br/br/rede-federal/modalidades-ofertadas-do-conif>. Acesso em: 15 dez. 2021.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DALLABRIDA, V. R.; BECKER, D. F. Dinâmica territorial do desenvolvimento. In: BECKER, D. F.; WITTMANN, M. L. (orgs.). **Desenvolvimento regional**: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas públicas**: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2017.

DYE, T. D. **Understanding public policy**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice Hall, 1984.

ETZKOWITZ, H. **Hélice tríplice**: universidade-indústria-governo: inovação em movimento. 1. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

FARENZENA, N. Assistência da união na educação básica, referência de política de gestão em foco. **Políticas Educativas**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 51-67, 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Poled/article/view/56542/34831>. Acesso em: 10 nov. 2020.

FARENZENA, N. Políticas de assistência financeira da União no marco das responsabilidades (inter)governamentais em educação básica. In: GOUVEIA, A. B.; PINTO, J. M. R.; CORBUCCI, P. R. (orgs.). **Federalismo e políticas educacionais na efetivação do direito à educação no Brasil**. Brasília, 2011.

FÁVERO, M. L. A. Autonomia universitária do Brasil: uma utopia. **EPAA**, [s.l.], v. 7, n. 24, p. 1-10, 1999. Disponível em: http://www.quadernsdigitais.net/datos/hemeroteca/r_69/nr_720/a_9660/9660.pdf. Acesso em: 15 mar. 2021.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FIGUEIREDO, A. M. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**: contexto de influências, produção de textos e tensões, na construção da política pública, relativo ao processo de criação dos institutos federais. 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/9031>. Acesso em: 15 dez. 2021.

FRANTZ, W. **Sociologia do desenvolvimento**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2010.

FURTADO, C. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

FURTADO, C. **Introdução ao desenvolvimento**: enfoque histórico-estrutural. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GEMELLI, I. M. P.; FILIPPIM, E. S. Gestão de pessoas na administração. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, Joaçaba, v. 9, n. 1-2, p. 153-180, 2010.

GOEBEL, M. A.; MIURA, M. N. A universidade como fator de desenvolvimento: caso do município de Toledo – PR. **Revista Expectativa**, Toledo, v. 3, n. 3, 2004.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: IX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 2001, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001.

HAESBAERT, R. Descaminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (orgs.). **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Ed. Unioeste, 2004a.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade**: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: Ed. UFF, 1997.

HAESBAERT, R. Fim dos territórios ou novas territorialidades? In: LOPES, L. P.; BASTOS, L. C. (orgs.). **Identidades**: recortes multi e interdisciplinares. São Paulo: Mercado das Letras, 2002.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004b.

HEIDMANN, F. G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDMANN, F. G.; SALM, J. F. (orgs.). **Políticas públicas e desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelos de análise. 2. ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2010.

IFFAR – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)**: 2019-2026. Farroupilha: IFFAR, 2019. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/documentos-do-pdi/item/13876-pdi-2019-2026->. Acesso em: 17 ago. 2021.

IFRS – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. **Dos campi do IFRS**. 2021. Disponível em: <http://www2.poa.ifrs.edu.br/institucional/a-instituicao/dos-campi-do-ifrs>. Acesso em: 17 ago. 2021.

IFRS – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)**: 2019-2023. Porto Alegre: IFRS, 2019. Disponível em: https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2018/10/Cap%C3%ADulo-9_Organiza%C3%A7%C3%A3o-Administrativa.pdf. Acesso em: 17 ago. 2021.

IFSUL – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)**: julho de 2020 a dezembro de 2024. Porto Alegre: IFSUL, 2020. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/plano-de-desenv-institucional/item/1334-pdi-2020-2024>. Acesso em: 10 ago. 2021.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Sinopse estatística da educação superior**. 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 18 jan. 2019.

JATOBÁ, J. **Políticas implícitas e explícitas de desenvolvimento regional**. 2010. Disponível em: <http://noticiasdepoliticaesade.blogspot.com/2010/03/politica-politicas-implicitas-e.html>. Acesso em: 02 set. 2019.

JONES, C. O. **An introduction to the study of public policies**. Belmont, CA: Wadsworth, 1970.

LEÃO, A. C. **Introdução à administração escolar**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

LYNN, L. E. **Designing public policy: a casebook on the role of policy analysis**. Santa Monica, Calif: Goodyear, 1980.

MAGALHÃES, A. D. D.; MARTINS, J. B.; RIBEIRO, H. M. D. **A universidade e o desenvolvimento regional: o caso da UFVJM**. 2011. Disponível em: https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2012/a_universidade_e_o_desenvolvimento_regional.pdf.

MAGGIOLO, I.; PEROZO MAGGIOLO, J. Políticas públicas: processo de concentracion Estado-sociedad. **Revista Venezolana de Gerencia**, Caracas, año 12, n. 39, p. 373-392, sept. 2007.

MEAD, L. M. Public policy: vision, potential, limits, policy currents. **Policy Currents**, [s.l.], v. 68, n. 3, 1995.

MILANI, C. Teorias do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de pintadas (Bahia, Brasil). **Organizações e Sociedade**, Salvador, v. 11, ed. especial, p. 95-113, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/cSw768DQRn6qvc6QqRNjVPc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2021.

MORAES, A. C. R. **Bases da formação territorial do Brasil**: o território colonial brasileiro no século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

NASCIMENTO, E. R. **Gestão pública**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

OLIVEIRA, D. P. R. **Administração pública**: foco na otimização do modelo administrativo. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

PACHECO, E. **Os institutos federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Natal: IFRN, 2010.

PALUDO, A. V. **Administração pública**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

PAULA, A. P. P. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 36-49, 2005. Disponível em: https://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S0034-759020050001_00005.pdf. Acesso em: 30 jul. 2021.

PAULA, J. **Desenvolvimento local**: como fazer? Brasília: SEBRAE, 2008. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/NT0003D BA6.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2021.

PETERS, B. G. **American public policy**. Chatham, N.J.: Chatham House, 1986.

PETERS, B. G. **American public policy**: promise and performance. Chatham, N.J.: Chatham House, 1993.

PNP – PLATAFORMA NILO PEÇANHA. 2021. Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2021.html>. Acesso em: 02 set. 2021.

PREDIGER, R. P.; SCHERER, L.; ALLEBRANDT, S. L. Hermenêutica de profundidade e suas possibilidades metodológicas: um levantamento bibliométrico da produção científica com essa metodologia. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, jan. 2018.

PROCOPIUCK, M. **Políticas públicas e fundamentos da administração pública**: análise e avaliação, governança e redes de políticas, administração judiciária. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIO GRANDE DO SUL. Departamento de Economia e Estatística. **Índice de Desenvolvimento Socioeconômico – IDESE**: revisão 2020 (2013 a 2018). Porto Alegre: DEE, 2020. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/upload/arquivos/202012/23120114-idese-apresentacao-dee-final.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. **Rumos 2015**: estudo sobre o desenvolvimento regional e logística de transportes no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: SCP, 2006. Disponível em: <http://planejamento.rs.gov.br/rumos-2015>.

SACK, R. D. **Human territoriality**: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANDER, B. A pesquisa sobre política e gestão da educação no Brasil: uma leitura introdutória de sua construção. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 23, n. 3, p. 421-447, set./dez. 2007a.

SANDER, B. **Administração da educação no Brasil**: genealogia do conhecimento. Brasília: Liber Livro, 2007b.

SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I. G. P. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, Campina Grande, v. 23, n. 1, p. 99-116, 2004. Disponível em: <http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/237>. Acesso em: 22 ago. 2021.

SEBRAE – SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Políticas públicas**: conceitos e práticas. Belo Horizonte: SEBRAE, 2008.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SEN, A. **A ideia de justiça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SILVA, E. W. **Extensão universitária**: concepções e práticas nas universidades gaúchas. 2003. 282f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/3780/000392869.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 08 ago. 2021.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2021.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço de poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. (org.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SPOSITO, E. S. Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (orgs.). **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Ed. Unioeste, 2004.

TARTARUGA, I. G. P. **O orçamento participativo de Porto Alegre** – lugar e território do cidadão? 2003. 161f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, UFRGS, Porto Alegre, 2003.

TENÓRIO, F. G.; SARAVIA, E. J. Escorços sobre gestão pública e gestão social. In: MARTINS, P. E. M.; PIERANTI, O. P. (orgs.). **Estado e gestão pública**: visões do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

TERRA, A. A pertinência do conceito de território para análise de assentamentos rurais. **Revista Nera**, São Paulo, v. 22, n. 48, p. 190-205, 2019. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/download/6372/4850>. Acesso em: 15 nov. 2020.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

VERONESE, M. V.; GUARESCHI, P. A. Hermenêutica de profundidade na pesquisa social. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 42, n. 2, p. 85-93, maio/ago. 2006.

**APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS REITORES DOS
INSTITUTOS FEDERAIS DO RIO GRANDE DO SUL**

**UNIJUÍ – UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PPGDR – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO – PLANEJAMENTO E GESTÃO
LINHA DE PESQUISA – POLÍTICAS PÚBLICAS, PLANEJAMENTO
URBANO E GESTÃO DO TERRITÓRIO**

**ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DE ENTREVISTAS
PARA INTEGRANTES DAS REITORIAS**

Nome: _____

Cargo: _____

Instituição: _____

Local de realização da entrevista: _____

Data: _____ Hora inicial: _____ Hora final: _____

QUESTÕES INTRODUTÓRIAS

I. Perfil do respondente:

a) Idade: _____

b) Naturalidade: _____

c) Gênero: _____

d) Titulação e área de formação: _____

e) Há quanto está no serviço público federal? _____

f) Há quanto tempo está na função atual (reitor, pró-reitor): _____

g) Quais outros cargos ocupou na sua instituição antes da atual: _____

II. Perfil do instituto:

a) Nome do instituto: _____

b) Ano de criação: _____

c) Abrangência territorial: _____

d) Número de unidades regionais: _____

III. No seu entendimento as instituições são importantes para o processo de desenvolvimento de uma região ou país? Por quê?

IV. No seu entendimento, o que é desenvolvimento regional?

QUESTÕES CATEGORIZADAS

1. Na sua visão como a sua Instituição tem contribuído para o desenvolvimento social, econômico e cultural na sua região de abrangência? De que forma?
2. Existe envolvimento das unidades regionais de seu Instituto com as comunidades locais e microrregionais? Como isso ocorre?
3. Em que momentos específicos a instituição interage com as comunidades?
4. Você entende que as unidades de seu Instituto estão plenamente inseridas na comunidade? Existe diversidade regional nesta inserção? Existem dificuldades ou fragilidades neste processo de inserção?
5. Os docentes e pesquisadores das unidades desenvolvem projetos de pesquisa e extensão voltados a compreender e solucionar fenômenos decorrentes de problemas de interesse das comunidades regionais? Existe possibilidade de participação da comunidade nas decisões sobre os projetos de pesquisa e extensão?
6. Existem mecanismos de devolução dos resultados de pesquisas para as comunidades e para os sujeitos que de alguma forma participam nos projetos? Quais e como?
7. As unidades elaboram relatórios periódicos visando publicitar sua atuação regional, apresentar os investimentos do período, de forma transparente?
8. A Instituição se considera aberta à comunicação com a sociedade? Por quê?
9. A Instituição coopera com Estados e municípios?
10. Se considera democrática?
11. Como o Instituto produz conhecimento, ciência e tecnologia?
12. Como ocorreu as escolhas das cidades para a implantação das unidades?
13. Na amplitude territorial, qual das unidades está com maior número de projetos e de valores alocados em pesquisa e extensão?
14. A atuação das unidades está alinhada com os objetivos de criação da Instituição ou na prática sofreram mudanças no decorrer de sua implantação?

15. Existe alguma forma de se obter o *feedback* da comunidade local? Como isso ocorre?
16. Como se dá o alcance das Instituições em termos territoriais?
17. Como o Instituto e suas unidades se comunicam com o regional?
18. A instituição possui em seus objetivos estratégicos, em seu plano de desenvolvimento, objetivos de inserção territorial?
19. Existem editais específicos de pesquisa e extensão como orientações de tema de pesquisa? E esses temas são de interesse da comunidade local e regional?
20. Teria alguma consideração que gostaria de fazer sobre os Institutos Federais?

**APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS DIRIGENTES DOS
INSTITUTOS FEDERAIS DO RIO GRANDE DO SUL**

**UNIJUÍ – UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PPGDR – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO – PLANEJAMENTO E GESTÃO
LINHA DE PESQUISA – POLÍTICAS PÚBLICAS, PLANEJAMENTO
URBANO E GESTÃO DO TERRITÓRIO**

**ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DE ENTREVISTAS PARA OS
DIRIGENTES DAS UNIDADES DOS INSTITUTOS**

Nome: _____

Cargo: _____

Instituição: _____

Local de realização da entrevista: _____

Data: _____ Hora inicial: _____ Hora final: _____

QUESTÕES INTRODUTÓRIAS

I. Perfil do respondente:

a) Idade: _____

b) Naturalidade: _____

c) Gênero: _____

d) Titulação e área de formação: _____

e) Há quanto está no serviço público federal? _____

f) Há quanto tempo está na função atual: _____

g) Quais outros cargos ocupou na sua instituição antes da atual: _____

II. Perfil do instituto:

a) Nome do instituto: _____

b) Ano de criação: _____

c) Abrangência territorial: _____

III. No seu entendimento as instituições são importantes para o processo de desenvolvimento de uma região ou país? Por quê?

IV. No seu entendimento, o que é desenvolvimento regional?

QUESTÕES CATEGORIZADAS

1. Na sua visão, como a sua Instituição tem contribuído para o desenvolvimento social, econômico e cultural na sua região de abrangência? De que forma?
2. Existe envolvimento da unidade de seu Instituto com as comunidades locais e microrregionais? Como isso ocorre?
3. Em que momentos específicos a instituição interage com as comunidades?
4. Você entende que as unidades de seu Instituto estão plenamente inseridas na comunidade? Existem dificuldades ou fragilidades neste processo de inserção?
5. Os docentes e pesquisadores da unidade desenvolvem projetos de pesquisa e extensão voltados a compreender e solucionar fenômenos decorrentes de problemas de interesse das comunidades regionais? Existe possibilidade de participação da comunidade nas decisões sobre os projetos de pesquisa e extensão?
6. Existem mecanismos de devolução dos resultados de pesquisas para as comunidades e para os sujeitos que de alguma forma participam nos projetos? Quais e como?
7. A unidade elabora relatórios periódicos visando publicitar sua atuação regional, apresentar os investimentos do período, de forma transparente?
8. A Instituição se considera aberta à comunicação com a sociedade? Por quê?
9. A Instituição coopera com Estados e municípios?
10. Se considera democrática?
11. Como o Instituto produz conhecimento, ciência e tecnologia?
12. Como o Instituto faz a divisão dos recursos orçamentários para os investimentos na unidade?
13. Quantos e quais cursos o Instituto possui atualmente? E como ocorreu a escolha desses cursos?
14. Na sua opinião, quais são ou foram os projetos de maior relevância para a sociedade?

15. A atuação da unidade está alinhada com os objetivos de criação da Instituição ou na prática sofreram mudanças no decorrer de sua implantação?
16. Existe alguma forma de se obter o *feedback* da comunidade local? Como isso ocorre?
17. Como se dá o alcance das Instituições em termos territoriais atualmente?
18. A instituição possui em seus objetivos estratégicos, em seu plano de desenvolvimento, objetivos de inserção territorial?
19. Existem editais específicos de pesquisa e extensão como orientações de tema de pesquisa? E esses temas são de interesse da comunidade local e regional?
20. Teria alguma consideração que gostaria de fazer sobre os Institutos Federais?

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A SOCIEDADE

UNIJUÍ – UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PPGDR – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL ÁREA DE CONCENTRAÇÃO – PLANEJAMENTO E GESTÃO LINHA DE PESQUISA – POLÍTICAS PÚBLICAS, PLANEJAMENTO URBANO E GESTÃO DO TERRITÓRIO

ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DE ENTREVISTA COM INTEGRANTES DA SOCIEDADE (SETOR PÚBLICO, SETOR PRIVADO E SOCIEDADE CIVIL)

Nome: _____

Município: _____

Instituição: _____

Data: _____ Hora inicial: _____ Hora final: _____

1. No seu entendimento, o que os Institutos trouxeram de contribuição ao processo de desenvolvimento do município sede e da microrregião de abrangência? No âmbito social, econômico e cultural?
2. Como você considera a atuação e envolvimento do Instituto nos municípios de abrangência da Unidade?
3. Existe participação do Instituto em espaços públicos ou outros arranjos institucionais para discutir problemas dos municípios e região e deliberar sobre ações/projetos/diretrizes? Se existirem, os dirigentes ou representantes participam efetivamente?
4. Quais são as ações realizadas pelo Instituto que você conhece nos municípios?
5. No que os Institutos poderiam melhorar sua atuação no local e regional?
6. Você sabe como ocorreu o processo de implantação dos Institutos no local? Teve alguma discussão com a sociedade?
7. Na implantação dos cursos, você tem conhecimento se houve discussão com a sociedade?
8. Existem convênios para oferecer capacitações à comunidade local e regional?
9. Tem conhecimentos dos projetos de pesquisa ou extensão realizados pelo Instituto na comunidade local e regional?
10. Em uma perspectiva futura, o que espera do Instituto presente no município e região?
11. Você tem conhecimento, participou ou participa de alguma avaliação ou decisão nos Institutos?
12. Você teve algum envolvimento com a escolha e implantação dos cursos?
13. Você teve algum envolvimento com a escolha dos temas dos projetos de pesquisa e extensão?
14. Na sua opinião os Institutos interagem com a comunidade local e regional? Ou trabalham de forma totalmente isolada da comunidade?
15. Teria alguma consideração que gostaria de fazer sobre o que espera dos Institutos Federais?

**APÊNDICE D – LISTA DE PERIÓDICOS PESQUISADOS SOBRE OS INSTITUTOS
FEDERAIS NA PLATAFORMA SCIELO**

Autores	Título	Área – Ano
DUTRA, Rogério Severiano; DUTRA, Giselle Bezerra Mesquita; PARENTE, Paulo Henrique Nobre; PARENTE, Lya Oliveira da Silva Souza.	Determinantes do desempenho educacional dos Institutos Federais do Brasil no Exame Nacional do Ensino Médio.	Educação e Pesquisa, v. 45, 2019.
VILELA, Katia de Fatima; FREITAS, Alair Ferreira de; BARBOSA, Rodney Alves; SALGADO, Rafael Junior dos Santos Figueiredo.	Implementation of the national school nourishment program in the Brazilian Federal Institution of Education of Bahia State.	Ciência Rural, v. 49, n. 9, 2019.
DUTRA, Rogério Severiano; DUTRA, Giselle Bezerra Mesquita; PARENTE, Paulo Henrique Nobre; PAULO, Edilson.	O que mudou no desempenho educacional dos Institutos Federais do Brasil?	Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 27, n. 104, p. 631-653, 2019.
MAGALHÃES, Guilherme Lins de; CASTIONI, Remi.	Educação profissional no Brasil – expansão para quem?	Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 27, n. 105, p. 732-754, 2019.
MELO, Daniela Gama de; JALLAD, Pedro Sérgio Soares; BRITO, Luiz Gustavo Oliveira.	Quality information about uterine fibroids on the Internet.	Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia, v. 40, n. 9, p. 547-553, 2018.
EGITO, Niedja Balbino do; SILVEIRA, Maria Inez Matoso.	O letramento acadêmico de estudantes “não tradicionais” em cursos superiores tecnológicos: avaliando uma experiência de mediação pedagógica.	Revista Brasileira de Linguística Aplicada, v. 18, n. 4, p. 799-819, 2018.
SILVA, Paula Francisca da; MELO, Savana Diniz Gomes.	O trabalho docente nos Institutos Federais no contexto de expansão da educação superior.	Educação e Pesquisa, v. 44, 2018.
FEITOSA, Lígia Rocha Cavalcante; ARAUJO, Claisy Maria Marinho.	O papel do psicólogo na educação profissional e tecnológica: contribuições da psicologia escolar.	Estudos de Psicologia, v. 35, n. 2, p. 181-191, 2018.
PRADA, Talita; GARCIA, Maria Lúcia Teixeira.	Perfil das assistentes sociais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil.	Serviço Social & Sociedade, n. 129, p. 304-325, 2017.
SOUSA, Romier da Paixão.	Agroecologia e educação do campo: desafios da institucionalização no Brasil.	Educação & Sociedade, v. 38, n. 140, p. 631-648, 2017.
CAMARGO, Arlete Maria Monte de; CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo.	Expansão da educação superior e formação de professores nos Estados do Pará e do Rio Grande do Norte.	Educação em Revista, v. 32, n. 4, p. 119-146, 2016.
BLEICHER, Taís; OLIVEIRA, Raquel Campos Nepomuceno de.	Políticas de assistência estudantil em saúde nos institutos e universidades federais.	Psicologia Escolar e Educativa, v. 20, n. 3, p. 543-549, 2016.
CHALK, Phillip Michael.	From production to consumption: tracing C, N, and S dynamics in Brazilian agroecosystems using stable isotopes.	Pesquisa Agropecuária Brasileira, v. 51, n. 9, p. 1039-1050, 2016.
PASQUALLI, Roberta; CARVALHO, Marie Jane Soares.	Os saberes docentes nos cursos de licenciatura a distância em ciências naturais e matemática nos Institutos Federais do Brasil.	Ciência & Educação, v. 22, n. 2, p. 523-540, 2016.

Autores	Título	Área – Ano
RODRIGUES, Flávia Couto Ruback; GAVA, Rodrigo.	Capacidade de apoio à inovação dos Institutos Federais e das Universidades Federais no Estado de Minas Gerais: um estudo comparativo.	REAd: Revista Eletrônica de Administração, v. 22, n. 1, p. 26-51, 2016.
PERUCCHI, Valmira; MUELLER, Suzana Pinheiro Machado.	Produção de conhecimento científico e tecnológico nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: uma investigação sobre a sua natureza e aplicação.	Perspectivas em Ciência da Informação, v. 21, n. 1, p. 134-151, 2016.
FERRARI, Mari.	A internacionalização dos Institutos Federais: um estudo sobre o acordo Brasil-Canadá.	Educação & Sociedade, v. 36, n. 133, p. 1003-1019, 2015.
OLIVEIRA, Adriana Rivoire Menelli de; ESCOTT, Clarice Monteiro.	Políticas públicas e o ensino profissional no Brasil.	Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 23, n. 88, p. 717-738, 2015.
PEREIRA, Evelyne Medeiros; HOLANDA, Denise de Araújo Silva; SOARES, Raí Vieira; SILVA, Samilly Elise de Souza.	Educação, “neodesenvolvimentismo” e serviço social: os IFs em questão.	Serviço Social & Sociedade, n. 122, p. 317-340, 2015.
PREDIGER, Juliana; SILVA, Rosane Azevedo Neves da.	Contribuições à prática do psicólogo na educação profissional.	Psicologia: Ciência e Profissão, v. 34, n. 4, p. 931-939, 2014.
FARTES, Vera Lúcia Bueno.	A cultura profissional dos grupos de pesquisa nos Institutos Federais: uma comunidade de práticas?	Cadernos de Pesquisa, v. 44, n. 154, p. 850-874, 2014.
RISTOFF, Dilvo.	O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação.	Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, v. 19, n. 3, p. 723-747, 2014.

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa no SCIELO (2021).